CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CAMINHOS DE EXU E A PROPOSTA DE UM CATÁLOGO VIRTUAL PARTICIPATIVO DE LIVROS INFANTOJUVENIS SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

Nivia de Andrade Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Profª Drª Luciana de Mesquita Silva

Rio de Janeiro
Março/2025

CAMINHOS DE EXU E A PROPOSTA DE UM CATÁLOGO VIRTUAL PARTICIPATIVO DE LIVROS INFANTOJUVENIS SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Nivia de Andrade Lima

Banca Examinadora:

Presidente: Profa. Dra. Luciana de Mesquita Silva (CEFET/RJ) (orientadora)

Profa. Dra. Talita de Oliveira (CEFET/RJ)

Profa. Dra. Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ/RJ)

SUPLENTES

Prof. Dr. Fabio Sampaio de Almeida (CEFET/RJ)

Prof. Dr. Daniel Roberto dos Reis Silva (IPHAN/RJ)

Rio de Janeiro
Março/2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

L732 Lima, Nivia de Andrade
Caminhos de Exu e a proposta de um catálogo virtual participativo de livros infantojuvenis sobre as religiões de matriz africana / Nivia de Andrade Lima. — 2025.
132f. : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2025.
Bibliografia : f. 124-132
Orientadora: Luciana de Mesquita Silva

1. Cultos afro-brasileiros. 2. Religião – Influências africanas. 3. Tolerância religiosa. 4. Literatura infanto-juvenil. 5. Letramento. 6. Patrimônio cultural – Estudo e ensino. I. Silva, Luciana de Mesquita. (Orient.). II. Título.

CDD 299.673

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

Dedico este trabalho aos meus pais, Nelson Araújo Lima e Luiza de Andrade Lima, pelo cuidado, carinho e amor dedicados a mim desde o meu nascimento até o momento de escrita da minha dissertação de mestrado, a qual somente foi possível graças ao apoio incondicional que recebi da minha família em todas as minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todo o corpo docente do Mestrado em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ, pela dedicação e sabedoria apresentadas em todas as disciplinas que tive a felicidade de poder cursar, e, em especial, à minha professora orientadora, Profa. Dra. Luciana de Mesquita Silva, pela compreensão e generosidade em relação às minhas dificuldades de conciliação entre o trabalho profissional e o desenvolvimento da escrita da minha dissertação. Seus ensinamentos me transformaram como pessoa e como cidadã.

Gostaria também de agradecer às doutoras pesquisadoras Oluwa Seyi Salles Bento e Luena Nascimento Nunes Pereira e ao doutor pesquisador Humberto Manoel de Santana Júnior, que participaram da minha banca de qualificação e que, de forma muito generosa, me indicaram revisões conceituais e leituras acadêmicas, as quais foram essenciais para a construção da minha dissertação e para a compreensão das religiões de matriz africana como um modo de vida.

Finalmente, dedico meus agradecimentos finais ao querido colega da turma de mestrado, Luan da Cruz, que esteve ao meu lado durante muitas disciplinas e que me incentivou a participar do IV Congresso Internacional da Associação Internacional de Estudos Literários e Culturais Africanos (Afrolic) e do Terceiro Encontro Continental de Estudos Afro-Latino-Americanos do Instituto de Pesquisas Afro-latino-americanas (ALARI), encontros acadêmicos memoráveis na minha formação como pesquisadora negra.

O sangue e a esperança

Corre corre o sangue nas veias
Rola rola o grão das areias
Só não corre só não rola a esperança
Do negro órfão que só corre e cansa

Cansa do eito corre das correntes
Corre e cansa do bote das serpentes
Só não corre só não cansa de amar
O amor da Mãe-África no além-mar

Além-mar das águas e da alegria
Mar-além do axé nativo que procria
Aqui é o mar-aquém do desamor frio
Aquém-mar do ódio do destino sombrio

Sombrio corre o sangue derramado
No mar-aquém de tanta luta devotado
Mas o sangue continua rubro a ferver
Inspirado nos Orixá que nos faz crescer

Crescer na esperança do aquém e do além
Do continente e da pele de alguém
Lutar é crescer no além e no aquém
Afirmando a liberdade da raça amém

Rio de Janeiro, 14 de março de 1982

Abdias do Nascimento

(Poema do livro *Axés do sangue e da esperança*, online, p. 107)

RESUMO

Caminhos de Exu e a proposta de um catálogo virtual participativo de livros infantojuvenis sobre as religiões de matriz africana

As religiões de matriz africana sofrem, até os dias atuais, na sociedade brasileira, manifestações de racismo religioso, através de atos de violência física e simbólica perpetrados contra seus adeptos e locais de culto. A partir da convicção de que a literatura infantojuvenil é uma ferramenta importante de letramento racial crítico, conceito introduzido no Brasil por Aparecida de Jesus Ferreira (2015), este trabalho acadêmico tem por objetivo geral desencadear uma reflexão coletiva sobre como as religiões de matriz africana estão sendo representadas na literatura infantojuvenil brasileira, impulsionada pela base dialógica estruturante do proposto catálogo virtual participativo, entre os saberes técnicos e os saberes dos grupos sociais envolvidos. Para esse fim, são analisados os peritextos (GENETTE, 2009) de livros infantojuvenis com a temática das religiões afro-brasileiras de forma a buscar identificar estratégias editoriais que indiquem um enfrentamento à resistência, identificada em estudos acadêmicos (MARQUES, 2014; DONADONI, 2020; ROSA, 2022; PEREIRA; AGUIAR, 2022), para a utilização dessas obras literárias em sala de aula, em especial, daquelas que fazem referência à divindade afro-brasileira Exu. Nesse sentido, são analisados livros infantojuvenis publicados a partir de 2003, ano de promulgação da lei nº 10.639, a qual estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio (BRASIL, 2004), e contribuiu para um aumento na produção editorial de obras literárias com essa temática (PEREIRA, 2016; PEREIRA; AGUIAR, 2022). Dessa forma, foram analisados os livros infantojuvenis *Omo-oba* (OLIVEIRA; MARINHO, 2009; OLIVEIRA; FRANÇA, 2023), *Minhas contas* (ANTONIO; KONDO, 2022), *Modupé, meu amigo* (CAPONE; CARNEIRO, 2015), *ABC afro-brasileiro* (CUNHA, 2009), *A Ialorixá e o pajé* (SANTOS; SAMPAIO, 2018), *Umbanda para crianças e iniciantes* (CARAJILESCOV, 2024), *Erêmi: o guia da umbanda para crianças de axé (ou outra fé)* (LEANDRO; BARELLI, 2020), *Lendas de Exu* (MARTINS, 2005; 2011), *Exu, dois amigos e uma luta* (NUNES; BRESSANE, 2019), *Exu e o mentiroso* (ATHAYDE; ZÚÑIGA, 2012), *Exu: Laroyé!* (SANTOS, 2021), e as obras literárias infantojuvenis *Caminhos de Exu* (CUNHA, 2005), *Eleguá e a sagrada semente de cola* (CUNHA, 2007) e *Awani* (CUNHA, 2014), da autora Carolina Cunha, as quais se tornaram a fonte de inspiração para a proposta da temática de um catálogo virtual participativo de livros infantojuvenis a ser desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Essa proposta de ação de educação patrimonial através de fóruns virtuais participativos entre editoras, autores, jovens leitores, profissionais da educação, pais e responsáveis, pesquisadores, corpo técnico do Iphan e adeptos das religiões de matriz africana, entende a educação na perspectiva do diálogo, onde o fortalecimento dos sujeitos se dá através da produção de conhecimentos sobre suas próprias culturas e memória, de acordo com o que Simone Scifoni (2022) definiu como a nova pedagogia do patrimônio.

Palavras-chave: Religiões de matriz africana; Racismo religioso; Literatura infantojuvenil; Letramento racial crítico; Educação patrimonial.

ABSTRACT

Caminhos de Exu and the proposal for a participatory virtual catalog of children's books about religions of African origin

Religions of African origin suffer, to this day, in Brazilian society, manifestations of religious racism, through acts of physical and symbolic violence perpetrated against their followers and places of worship. Based on the conviction that children's literature is an important tool for critical racial literacy, a concept introduced in Brazil by Aparecida de Jesus Ferreira (2015), this academic work has the general objective of triggering a collective reflection on how religions of African origin are being represented in Brazilian children´s literature, driven by the structuring dialogical basis of the proposed participatory virtual catalog, between the technical knowledge and the knowledge of the social groups involved. To this end, the peritexts (GENETTE, 2009) of children's books with the theme of Afro-Brazilian religions are analyzed in order to identify editorial strategies that indicate a confrontation with the resistance, identified in academic studies (MARQUES, 2014; DONADONI, 2020; ROSA, 2022; PEREIRA; AGUIAR, 2022), for the use of these literary works in the classroom, especially those that make reference to the Afro-Brazilian deity Exu. In this sense, the analyzed children's books are published from 2003 onwards, the year of enactment of Law No. 10,639, which established the mandatory teaching of Afro-Brazilian history and culture in elementary and high schools (BRASIL, 2004), and contributed to an increase in the editorial production of literary works with this theme (PEREIRA, 2016; PEREIRA; AGUIAR, 2022). Thus, the children's books that are analyzed are *Omo-oba* (OLIVEIRA; MARINHO, 2009; OLIVEIRA; FRANÇA, 2023), *Minhas contas* (ANTONIO; KONDO, 2022), *Modupé, meu amigo* (CAPONE; CARNEIRO, 2015), *ABC afro-brasileiro* (CUNHA, 2009), *A Ialorixá e o pajé* (SANTOS; SAMPAIO, 2018), *Umbanda para crianças e iniciantes* (CARAJILESCOV, 2024), *Erêmi: o guia da umbanda para crianças de axé (ou outra fé)* (LEANDRO; BARELLI, 2020), *Lendas de Exu* (MARTINS, 2005; 2011), *Exu, dois amigos e uma luta* (NUNES; BRESSANE, 2019), *Exu e o mentiroso* (ATHAYDE; ZÚÑIGA, 2012), *Exu: Laroyé!* (SANTOS, 2021), and the children's literary works *Caminhos de Exu* (CUNHA, 2005), *Eleguá e a sagrada semente de cola* (CUNHA, 2007) and *Awani* (CUNHA, 2014), by author Carolina Cunha, which became the source of inspiration for the theme proposal of a participatory virtual catalog of children's books to be developed by the Institute of National Historical and Artistic Cultural Heritage (Iphan). This proposed heritage education action through participatory virtual forums between publishers, authors, young readers, education professionals, parents and guardians, researchers, Iphan technical staff and followers of religions of African origin, understands education from the perspective of a dialogue, where the strengthening of subjects occurs through the production of knowledge about their own cultures and memory, according to what Simone Scifoni (2022) defined as the new pedagogy of heritage.

Keywords: Religions of African origin; Religious racism; Children's literature; Critical Racial Literacy; Heritage education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Violações de liberdade religiosa no Brasil em 2021 25

Figura 2 – Plenário do Supremo Tribunal Federal do Brasil, com crucifixo à parede 28

Figura 3 – Categorias de análise da representação das religiões de matriz africana na literatura infantojuvenil 31

Figura 4 – *Ọmọ-oba*, Mazza (2009) e Companhia das Letrinhas (2023) 32

Figura 5 – Processo de produção do livro 34

Figura 6 – Relacionamento da editora com o ambiente 35

Figura 7 - *Ọmọ-Oba*, ilustrações que acompanham os termos "adê" e "erukerê", nas edições de 2009 e 2023 39

Figura 8 – Características recorrentes dos autores de livros infantojuvenis sobre as religiões afro-brasileiras 42

Figura 9 – Partes componentes de um livro, o peritexto editorial 44

Figura 10 – Tipos de epitexto autoral, de acordo com a ordem temporal e pragmática 45

Figura 11 – Livros *Omo-Oba* de 2009 e 2023, peritextos sobre a autora Kiusam de Oliveira e os ilustradores Josias Marinho e Ayodê França 47

Figura 12 – *Minhas contas* (2008; 2022) e *Modupé, meu amigo* (2015) 50

Figura 13 – Capítulo II – "Na praia", de *Modupé, meu amigo* (2015) 52

Figura 14 – Trecho da narrativa verbo-visual de *Minhas contas* (2008; 2022) 53

Figura 15 – A narrativa visual e seus planos cinematográficos: do *extreme close-up* ao

extreme long shot 55

Figura 16 – Trecho do glossário de *Modupé, meu amigo* (2015) 56

Figura 17 – Capítulos “IV – Na internet” e “V – No terreiro” do livro *Modupé, meu amigo* (2015) 57

Figura 18 – Extrato de *Minhas contas* (2008; 2022) que remete a Oxóssi 59

Figura 19 – Glossário intitulado “Alguns orixás do candomblé”, do livro *Minhas contas* (2008; 2022) 60

Figura 20 – Trecho final de *Minhas contas* (2008; 2022) 61

Figura 21 – Seções de *Modupé, meu amigo* (2015) e *Minhas contas* (2008; 2022) dedicadas a seus autores 63

Figura 22 – Capa e contracapa de *ABC afro-brasileiro* (2009) 65

Figura 23 – Prefácio e orelhas de *ABC afro-brasileiro* (2009) 66

Figura 24 – Nancy de Souza e Silva, a Vovó Cici de Oxalá, Egbomi do Terreiro Ilê Axé Opô Aganjú 68

Figura 25 – Verbete “E”, “ebó”, correspondente a macumba em falares bantos 71

Figura 26 – Verbetes “A”, “axé”, “F”, “fio de contas” e “I”, “ilê-aiê” 72

Figura 27 – Verbetes “K”, “ketu”, e, “V”, “voduns” 73

Figura 28 – Verbete “H”, “hun” 74

Figura 29 – Exercício do livro *Umbanda para crianças e iniciantes* (2024) 77

Figura 30 – Capa, contracapa e primeira orelha do livro *Umbanda para crianças e iniciantes* (2024) 78

Figura 31 – Contracapa e capa de *Erêmi* (2020) 79

Figura 32 – Imagens da contadora de histórias Kemla Baptista e seu podcast 80

Figura 33 – Apresentação e informação sobre os autores de *Erêmi* (2020) 80

Figura 34 – Capítulos “O que é a Umbanda?” e “Exu e o povo da rua” do livro *Erêmi* (2020)82

Figura 35 – Fatores que influenciam a criação do livro infantojuvenil 83

Figura 36 – Relação de interseção da literatura infantojuvenil afro-brasileira com os livros infantojuvenis sobre a temática das religiões de matriz africana 88

Figura 37 – Páginas iniciais do site das editoras Mazza e Nandyala, dedicadas à publicação da temática negra 90

Figura 38 – Alguns livros da editora Malê e do selo Malê Mirim 92

Figura 39 – Páginas iniciais do site da editora Pallas 93

Figura 40 – Informação no site da Pallas Editora sobre o seu selo Pallas Míni 94

Figura 41 – Contracapa, capa e folha de rosto de *Lendas de Exu* 96

Figura 42 – Contracapa, capa e folha de rosto de *Lendas de Exu* 98

Figura 43 – Texto sobre Adilson Martins em *Lendas de Exu* (2011) e capas de *Erinlé, o caçador e outros contos africanos* (2008) e *O papagaio que não gostava de mentiras e outras fábulas africanas* (2008) 99

Figura 44 – *Igbadu, a cabaça da existência* (2006), *666 ebós de odu* (2006), *As mil verdades de Ifá* (2012), e *O jogo de búzios por odu* (2013), de Adilson Martins 102

Figura 45 –*A Ialorixá e o pajé*, de Mãe Stella de Oxóssi 104

Figura 46 – *Patrimônio e leitura*: capa e resenha dos catálogos 1 a 4 109

Figura 47 – *Patrimônio e leitura*: catálogo comentado de literatura infantojuvenil 4 – Cultura Afrodescendente 110

Fonte: Rezende (2014) 110

Figura 48 – Relação dialógica entre as partes envolvidas nos processos de criação e de fruição da literatura infantojuvenil com a temática das religiões de matriz africana através do catálogo virtual participativo do Iphan 112

Figura 49 – *Caminhos de Exu* (2005) e *Awani* (2014) 113

Figura 50 – Capa e trechos de *Eleguá e a sagrada semente de cola* (2007) 115

Figura 51 – Livros *Orixás: deuses iorubas na África e no novo mundo* (2018) e *Exu: Laroyé!* (2021) 116

Figura 52 – Segunda orelha, contracapa, capa e trechos de *Exu e o mentiroso* (2012) 117

Figura 53 – Contracapa e capas de *Exu: um deus afro-atlântico no Brasil* (2022) 119

Figura 54 – Capa, informação sobre os autores e trechos do livro *Exu dois amigos e uma luta* (2019) 120

Figura 55 – Verbete “M”, “Menininha do Gantois” 122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Livros infantojuvenis segundo a relação entre palavra e imagem 37

Quadro 2 – Apresentação de *Omo-Oba*, nas edições de 2009 e 2023 41

Quadro 3 – Trecho final do livro *Modupé, meu amigo* (2015) 58

Quadro 4 – Trecho do livro *Histórias de Tia Nastácia* (1937) e suas capas nas edições de 1934, 1974 e 2011 86

Quadro 5 – Introdução do livro *Lendas de Exu*, nas edições de 2005 e 2011 100

SUMÁRIO

Introdução **16**

1 – O racismo religioso e a importância do letramento racial crítico **23**

1.1 – Racismo religioso no Brasil 24

1.2 – Racismo religioso no espaço escolar 28

1.3 – Estratégias editoriais 33

1.4 – *Ọmọ-oba*: breve estudo comparativo entre as edições de 2009 e 2023 36

1.5 – A importância do letramento racial crítico no espaço escolar 47

1.6 – Racismo religioso: breve estudo comparativo entre *Minhas contas* (2008; 2022) *e Modupé, meu amigo* (2015) 50

2 – As religiões de matriz africana - "Ina Mojubá! / Kongojiro jamugonge, iá, iá, orere, / Kongojiro jamugone... / Kongojiro, kujá kujango!" **64**

2.1 – O complexo campo religioso afro-brasileiro 65

2.2 – Literatura infantojuvenil afro-brasileira e os livros infantojuvenis com temática das religiões afro-brasileiras: uma relação de interseção 82

2.2.1 – Livro infantojuvenil *Lendas de Exu*: breve estudo comparativo entre as edições de 2005 e 2011 95

3 – Exu na literatura infantojuvenil - "Sentado, sua cabeça bate no teto e de pé / não atinge nem mesmo a altura do fogareiro" **105**

3.1 – O Iphan e a educação patrimonial 106

3.2 – Catálogo comentado *Patrimônio e leitura* e a educação patrimonial 107

3.3 – Proposta de um catálogo virtual participativo – nº 1: *Caminhos de Exu* na literatura

infantojuvenil brasileira 111

Considerações Finais **122**

Referências **124**

Introdução

O tráfico negreiro retirou à força de suas terras, no decorrer dos séculos XV a XIX, milhões de pessoas africanas de etnias diversas para servirem de mão de obra escravizada nas colônias europeias localizadas no continente americano. Além desse processo violento de desterritorialização, essas populações sofreram um processo de epistemicídio, termo que o sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2009) definiu como a busca de destruição por parte de um povo colonizador dos saberes de outros povos que compartilham esse território colonizado, através da sua inferiorização, "desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas" (SANTOS, 2009, p. 183). No Brasil, frente a processos epistemicidas, como a imposição de conversão ao cristianismo e de uso da língua portuguesa, esses grupos étnicos africanos se reterritorializaram, criando estratégias de existência, resistência e de re-existência, perceptíveis, até os dias atuais, na influência e presença de elementos culturais de origem africana nas práticas culturais brasileiras, entre as quais se destacam aquelas relacionadas às religiões de matriz africana.

No século XX, com o propósito de assegurar a permanência e o usufruto das práticas e dos bens culturais brasileiros para as gerações presentes e futuras, foi criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que deu origem ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, que responde pela proteção, preservação e promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro. Nesse sentido, como servidora pública concursada do Iphan desde 2010, este trabalho acadêmico tem como finalidade o fortalecimento da minha atuação profissional, enquanto membro suplente do Comitê Permanente para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana, e a proposição de publicação virtual de um catálogo participativo de livros infantojuvenis sobre as religiões de matriz africana a ser enviada à Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social (Cogedu), setor responsável pelas ações de Educação Patrimonial no Iphan.

Essa proposição se insere no que a Profª Simone Scifoni (2022), geógrafa e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), definiu como "nova pedagogia do patrimônio", a qual "entende a educação na perspectiva do diálogo e do fortalecimento da autonomia dos sujeitos, que se dá pela produção de conhecimentos sobre as próprias cultura e memória, bem como pela problematização do que já se encontra instituído" (SCIFONI, 2022, p. 2). Em contraposição ao trabalho educativo dentro de uma perspectiva tradicional, de mera divulgação do que foi eleito pelo Estado, e que reproduz, portanto, os discursos e a memória do poder, afirmando certas identidades sobre outras, a nova pedagogia do patrimônio se propõe a ser crítica e a romper com a mentalidade autorizada, "através de um exercício diário de reflexão e questionamento sobre o que é patrimônio [...] tornando esse ato comunicativo um processo crítico, dialógico e, portanto, político" (SCIFONI, 2022, p. 3). Essa nova pedagogia do patrimônio foi construída no Iphan de forma coletiva, desde 2006, com a entrada na autarquia de novos servidores concursados, a partir da seguinte tríade de princípios articulados: autonomia dos sujeitos, dialogicidade e participação social, e do entendimento do patrimônio cultural como um vetor por meio do qual é possível conhecer, resgatar e fortalecer identidades. Além disso, seu embasamento vem de três importantes publicações: *Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos* (IPHAN, 2014); Portaria nº 137/2016, a qual estabelece as diretrizes para a educação patrimonial no país; e o *Inventário Participativo. Manual de Aplicação* (IPHAN, 2016).

De acordo com art. 2º da Portaria Iphan nº 137/2016, "entende-se por Educação Patrimonial, os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural" (IPHAN, 2016, p. 6). Em seu parágrafo único, essa portaria enfatiza que esses "processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades" (Ibidem). Nesse sentido, o Iphan estabeleceu, em 2016, como uma ferramenta de educação patrimonial, os inventários participativos. Através dessa ferramenta, a comunidade inventaria, descreve, classifica e define o que ela considera como seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação social. A partir desse entendimento da educação patrimonial, proponho, como resultado da pesquisa de mestrado, o catálogo virtual participativo, construído, portanto, com a participação social, de livros

infantojuvenis sobre as religiões de matriz africana, onde os diferentes agentes sociais envolvidos nessas práticas educacionais, culturais e religiosas, poderão participar na construção de um diálogo e de conhecimento sobre esse tema, em um exercício de cidadania e participação social, contribuindo, dessa forma, para a valorização e preservação dessa importante referência cultural brasileira.

Concebendo o ensinar e aprender como dimensões articuladas de um mesmo ato – ensinar-aprender, e seguindo, portanto, o pensamento de Paulo Freire (2017), essa proposição de um catálogo virtual participativo coloca "o diálogo como fundamental na valorização e no respeito ao outro, o que pede a escuta e a abertura para aprender com [esse outro]" (SCIFONI, 2022, p. 5). Nesse sentido, esse trabalho acadêmico tem como objetivo geral desencadear uma reflexão coletiva sobre como as religiões de matriz africana estão sendo representadas na literatura infantojuvenil brasileira, impulsionada pela base dialógica estruturante do proposto catálogo virtual participativo, entre os saberes técnicos e os saberes dos grupos sociais envolvidos. Para esse fim, busquei, como objetivos específicos, demonstrar o papel da literatura infantojuvenil como importante ferramenta de letramento racial crítico e analisar o peritexto (GENETTE, 2009) de livros infantojuvenis com a temática das religiões afro-brasileiras de forma a identificar estratégias editoriais de enfrentamento à resistência para a utilização dessas obras literárias em sala de aula. Essa ação de Educação Patrimonial a ser desenvolvida pelo Iphan se alicerça no importante papel do livro infantojuvenil, enquanto artefato cultural verbo-visual que convida o seu leitor a se envolver, tanto intelectual quanto emocionalmente, com a sua narrativa (KIEFER, 2008), e no impacto da lei 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nas escolas de ensino fundamental e médio, a qual promoveu, no campo editorial brasileiro, um aumento expressivo na produção de obras literárias infantojuvenis com a temática das religiões de matriz africana (PEREIRA, 2016).

Enquanto a graduação em Letras – Português e Literaturas, a especialização em Literatura Infantojuvenil e o estudo sobre a Cultura e a Língua Iorubá do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PROLEM), cursados na Universidade Federal Fluminense (UFF), me proporcionaram a base teórica para uma análise linguística e literária dos livros infantojuvenis selecionados e apresentados neste trabalho acadêmico, o Mestrado em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ foi essencial para o

desenvolvimento desse trabalho de pesquisa, devido à sua característica interdisciplinar. Pois, ao pesquisar e refletir criticamente sobre a representação das religiões afro-brasileiras na literatura infantojuvenil, foram fundamentais os conceitos de "Literatura Afro-brasileira", apresentado na disciplina "Linguagem, literatura e tradução sob(re) perspectivas negras", ministrada pela Profa. Dra. Luciana de Mesquita Silva, e de "Letramento Racial Crítico", apresentado na disciplina "Letramento(s) das Relações Étnico-Raciais", ministrada pela Profa. Dra. Talita de Oliveira. Além disso, o meu primeiro contato com os campos de estudo da Geografia Cultural e da Antropologia deu-se através das disciplinas "Espaço, cultura e Relações Étnico-Raciais", ministrada pelo Prof. Dr. Patrício Pereira Alves de Souza, "Des-re-territorialização negro-africana e os territórios de (k)quilombo", ministrada pela Profa. Dra. Aline da Fonseca Sá e Silveira, e "Antropologia e Religiões de Matriz Africana", ministrada pelo Prof. Dr. Humberto Manoel de Santana Júnior, as quais foram fundamentais para a minha compreensão da importância dos processos de re-territorialização, de resistência e de protagonismo negro que consubstanciam as religiões de matriz africana. Ademais, as disciplinas "Pensamento Social e Questões Étnico-Raciais", ministrada pelo Prof. Dr. Mário Luiz de Souza, e "Intelectualidade, raça e poder: racismo e antirracismo", ministrada pelo Prof. Dr. Roberto Carlos da Silva Borges, foram essenciais para a minha tomada de consciência das engrenagens que alimentam o racismo presente na sociedade brasileira, através das leituras de textos acadêmicos de grandes pensadores do campo e dos debates críticos realizados em sala de aula.

A metodologia dessa pesquisa, de base qualitativa, se estruturou em dois processos, que ocorreram de forma concomitante: uma pesquisa bibliográfica relativa a artigos acadêmicos sobre o tema das religiões de matriz africana na literatura infantojuvenil; e uma pesquisa documental e análise multimodal das fontes primárias, ou seja, dos livros infantojuvenis com essa temática, indicados nos artigos acadêmicos ou encontrados em sites de editoras e livrarias, apresentados nessa dissertação sob a forma de breves estudos comparativos. Durante essa pesquisa documental, a descoberta da reedição do livro infantojuvenil *Caminhos de Exu* (2005), de Carolina Cunha, o qual recebeu o novo título de *Awani* (2014), e a retirada da palavra "exu" de todo o seu texto escrito, direcionou a estruturação desse trabalho acadêmico. Tendo sido a literatura infantojuvenil com a temática das religiões de matriz africana a minha proposta inicial

de objeto de estudo para o Mestrado em Relações Étnico-Raciais no CEFET/RJ, a partir dessa revelação, a minha pesquisa documental buscou identificar e analisar estratégias editoriais presentes em obras literárias com essa temática, de enfrentamento ao racismo religioso perpetrado no espaço escolar, conforme evidenciado durante a pesquisa bibliográfica. Essas estratégias são entendidas aqui a partir das perspectivas de Augsburger (1981), Bailey (1990) Knapp (1992), Segura (2003), Chartier (2010) e Cuti (2010) em torno do planejamento e trabalho editorial.

Desse modo, este trabalho acadêmico foi desenvolvido em três capítulos que se interrelacionam. O primeiro capítulo, intitulado "O racismo religioso e a importância do letramento racial crítico – 'Os textos sagrados dizem que o senhor faz o erro virar acerto e o acerto virar erro'", tem como objetivo justificar a relevância da realização do catálogo virtual participativo enquanto ação educativa a ser promovida pelo Iphan. Centrado nos conceitos de "racismo religioso" e de "letramento racial crítico", neste capítulo são apresentadas e analisadas as duas edições do livro *Ọmọ-oba* (2009; 2023), tendo a primeira sofrido racismo religioso no ambiente escolar, e duas obras literárias infantojuvenis que abordam a questão do racismo religioso, respectivamente, no espaço social e no espaço escolar: *Minhas contas* (2008), publicado pela editora Grua, e *Modupé, meu amigo* (2015), publicado pela editora Pallas.

O segundo capítulo desta dissertação, intitulado "As religiões de matriz africana. 'Ina Mojubá! Kongojiro jamugonge, iá, iá, orere, Kongojiro jamugonge... Kongojiro, kujá kujango![1]'", tem por objetivo apresentar, de forma introdutória, o complexo campo das religiões afro-brasileiras, assunto temático do catálogo, com base no trabalho de pesquisa do antropólogo Vagner Gonçalves da Silva (2005), publicado em sua obra *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*. Ao longo deste capítulo são apresentadas e analisadas as seguintes obras literárias infantojuvenis que abordam a temática das religiões de matriz africana: *ABC afro-brasileiro* (2009), publicado pela Edições SM, *Umbanda para crianças e iniciantes* (2024), publicado pela editora Madras, *Erêmi – o guia da umbanda para crianças de axé (ou de outra fé)* (2020), publicado pela Arole Cultural, e *A Ialorixá e o pajé* (2018), publicado pela editora

[1] "Ina Mojubá!" significa "Fogo, fogo, meus respeitos", sendo uma saudação a Exu na tradição do candomblé nagô (iorubá) e "Kongojiro jamugonge, iá, iá, orere, Kongojiro jamugonge... Kongojiro, kujá kujango!" significa "Kongojwiro, que bebe, mas nos protege, dono dos caminhos... Kongjiro, alivia o sofrimento!", sendo uma saudação a Exu na tradição do candomblé angola (banto) (SILVA, 2022, p. 35).

Solisluna. Além disso, nesse capítulo, a partir da apresentação do conceito de literatura infantojuvenil (SIMÕES, 2013) e da problematização do conceito de literatura infantojuvenil afro-brasileira, é proposta uma relação de interseção do conceito de literatura afro-brasileira (DUARTE, 2008) com os livros infantojuvenis dedicados à temática das religiões de matriz africana. Concluindo esse capítulo, são apresentadas e analisadas as duas edições do livro *Lendas de Exu* (2005; 2011), cuja primeira edição sofreu racismo religioso no ambiente escolar.

O terceiro capítulo, intitulado "Exu na literatura infantojuvenil brasileira. 'Sentado, sua cabeça bate no teto e de pé não atinge nem mesmo a altura do fogareiro'", tem por objetivo apresentar a proposta do catálogo virtual participativo, com o primeiro número a ser denominado de "*Caminhos de Exu* na literatura infantojuvenil brasileira", cuja estrutura possibilite a apresentação dos livros *Awani* (2014), *Lendas de Exu* (2011), *Omo-oba: histórias de princesas e príncipes* (2023), *Eleguá e a sagrada semente de cola* (2007), *Exu: um deus afro-atlântico no Brasil* (2022), e *Exu, dois amigos e uma luta* (2019) nos fóruns denominados "Laroiê, Exu!", "Contação de histórias e a representação intersemiótica de Exu", e "Os dois lados do gorro", de forma a que uma relação dialógica seja criada e permita a construção mútua de conhecimentos sobre a temática das religiões afro-brasileiras.

Tendo em vista que os agentes sociais envolvidos com as religiões de matriz africana se encontram em todo o território brasileiro, proponho que esse catálogo seja no formato virtual, de forma a possibilitar um acesso mais amplo, através de aparelhos celulares ou computadores pessoais ou escolares, às informações sobre os livros infantojuvenis e aos seus respectivos fóruns participativos. Para esse fim, sugiro a utilização do Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), por se tratar de uma plataforma virtual de software livre, acessível através da Internet ou de rede local, já em utilização no Iphan como ferramenta de apoio a ações educativas. Atuando como mediador na construção de um diálogo e de conhecimento sobre as religiões de matriz africana, o corpo técnico do Iphan deve assumir os papéis de administrador e de gerente das atividades construídas na plataforma Moodle referentes ao catálogo virtual participativo, registrando nos papéis de professores e de estudantes, os agentes sociais convidados, assim como os que tenham demonstrado interesse em participar das atividades desenvolvidas, entre elas, os fóruns participativos. Portanto,

além do corpo técnico do Iphan, de profissionais da educação e de adeptos das religiões de matriz africana, espera-se que o catálogo virtual participativo desperte o interesse de participação, nos diálogos síncronos e assíncronos que os fóruns possibilitam, de jovens leitores, de pesquisadores, de pais e responsáveis, de autoras e autores de livros infantojuvenis e de editoras envolvidas em sua publicação.

Se a pesquisa bibliográfica revelou estudos acadêmicos, citados nessa dissertação, sobre o racismo religioso sofrido no espaço escolar em relação a obras infantojuvenis com a temática das religiões de matriz africana (MARQUES, 2014; DONADONI, 2020; ROSA, 2022; PEREIRA; AGUIAR, 2022), não foram encontrados, entretanto, durante a pesquisa, estudos específicos sobre estratégias editoriais relacionadas a livros infantojuvenis que indiquem um enfrentamento à resistência para a utilização dessas obras literárias em sala de aula. Dessa forma, espero que esse trabalho acadêmico, com sua análise e proposta de um catálogo virtual participativo, contribua, de forma relevante, para os estudos étnico-raciais no campo da literatura infantojuvenil brasileira.

1 – O racismo religioso e a importância do letramento racial crítico

"Exu faz o erro virar acerto e o acerto virar erro[2]*"*

O primeiro capítulo desta dissertação se desenvolve através de dois conceitos muito importantes para o campo de estudos das relações étnico-raciais, que são o racismo religioso e o letramento racial crítico (FERREIRA, 2004; 2014; 2015a; 2015b). Partindo do conceito de racismo religioso apresentado na cartilha *Terreiros em luta: caminhos para o enfrentamento ao racismo religioso* (CASTRO *et al*., 2022), são apresentadas as raízes históricas que alicerçaram de forma social, política e jurídica, o racismo contra as religiões afro-brasileiras em nosso país, e que se manifestam até os dias atuais.

De forma a combater esse racismo religioso, presente, inclusive no espaço escolar, apesar do estabelecido na Constituição Federal de 1988 e nas leis nº 10.639 de 2003 e nº 11.645 de 2008, de obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo oficial do ensino básico, faz-se necessário o investimento no letramento racial crítico do corpo diretivo e do corpo docente das escolas públicas e privadas, pois estudos, como o apresentado no artigo intitulado "As religiões de matriz africana na literatura infantojuvenil" (PEREIRA; AGUIAR, 2022), têm demonstrado que as obras literárias infantojuvenis sobre as religiões de matriz africana têm sofrido resistência para o seu uso em sala de aula.

Neste capítulo também será discutida a noção de estratégias editoriais, de modo que, mais adiante, se possa traçar um breve estudo comparativo entre as edições de 2009

[2] Os orikís são saudações usadas para louvar os orixás. No orikí dedicado a Exu, são expressas as coisas extraordinárias que esse orixá pode fazer: "Exu faz o erro virar acerto e o acerto virar erro"; "é numa peneira que ele transporta o azeite que compra no mercado; e o azeite não escorre dessa estranha vasilha"; "ele matou um pássaro ontem, com uma pedra que somente hoje atirou. Se ele zanga, pisa nessa pedra e ela põe-se a sangrar"; "aborrecido, ele senta-se na pele de uma formiga"; "sentado, sua cabeça bate no teto; de pé, não atinge nem mesmo a altura do fogareiro". Fonte: https://www.blogdaannapon-umbandaeespiritualidade.com/2022/03/orixa-exu-por-pierre-verger.html. Consulta em 01 de dezembro de 2024.

e 2023 da obra literária infantojuvenil intitulada *Omo-Oba*, da escritora Kiusam de Oliveira, que sofreu racismo religioso no espaço escolar, e identificar essas estratégias na publicação da nova edição, assim como um breve estudo comparativo entre os livros infantojuvenis intitulados *Minhas contas* (ANTONIO; KONDO, 2008; 2022) e *Modupé, meu amigo* (CAPONE; CARNEIRO; TAVARES, 2015), que têm como tema o racismo religioso sofrido por crianças praticantes de religiões afro-brasileiras no seu espaço social e escolar. Subsidiando a metodologia utilizada nos estudos comparativos apresentados ao longo desta dissertação, são apresentadas teoricamente, neste primeiro capítulo, categorias de análise que tratam da relação entre palavra e imagem na narrativa verbo-visual do livro infantojuvenil, assim como categorias que tratam da forma como as religiões afro-brasileiras são representadas nessas obras literárias, seja através de uma crítica direta à discriminação, ou recorrendo a formas lúdicas ou didáticas para tratar do tema. Finalmente, através da apresentação e utilização do conceito de paratextos editoriais, cunhado por Gérard Genette (2009), a análise da questão da autoria também é um dos elementos que compõem esses estudos comparativos, de forma a possibilitar uma reflexão crítica, no Capítulo 2 desta dissertação, sobre o conceito de literatura afro-brasileira.

1.1 – Racismo religioso no Brasil

Segundo a cartilha *Terreiros em luta: caminhos para o enfrentamento ao racismo religioso* (CASTRO *et al.*, 2022), o racismo religioso ocorre quando locais de culto e adeptos de religiões não hegemônicas sofrem discriminação, humilhações, xingamentos, violência física e psicológica, perda patrimonial, expulsão e violação dos territórios, assim como quando seus adeptos têm "o acesso negado ou dificultado aos serviços de saúde; a não autorização para o uso dos paramentos religiosos; [...] a proibição de uso de espaço comum para oferendas, [ou sofrem] ataques, ofensas e difamações em redes sociais" (Ibidem, p. 4). Apesar do termo "intolerância religiosa" também se referir à atitude mental caracterizada pela "falta de habilidade ou vontade de reconhecer ou respeitar diferenças ou crenças religiosas de outros" (GOMES;

CAMPOS; AMORIM, 2009), as práticas religiosas de origem indígena e africana no Brasil, por terem sofrido, desde o período colonial, processos físicos e simbólicos muito violentos de discriminação e ódio, têm no termo “racismo religioso” uma definição mais adequada para exprimir essa “prática que ameaça a liberdade e a existência dos povos de terreiro há séculos” (CONECTAS, 2022).

Essa prática de perseguição foi recentemente comprovada pelo relatório intitulado *Racismo religioso no Brasil* (BOAZ, 2022), o qual aponta os 218 ataques violentos contra devotos de religiões afro-brasileiras e seus locais de culto entre 2010 e 2015, documentados pela Fundação Cultural Palmares, e os 37 terreiros que foram destruídos em 2017 no estado do Rio de Janeiro. Além disso, dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania revelam que, entre os 645 registros de violações da liberdade de crença e religião no Brasil, entre janeiro e dezembro de 2021, os percentuais mais expressivos de vítimas estão relacionados a mulheres praticantes de umbanda e candomblé (FALAVINA; GURGEL, 2022), conforme demonstra a Figura 1, a seguir.



Figura 1 – Violações de liberdade religiosa no Brasil em 2021
Fonte: Falavina e Gurgel (2022)

E por que motivo os adeptos das religiões de matriz africana são as principais

vítimas de racismo religioso no Brasil? Resquício do período colonial, no qual uma aliança de poder entre a Igreja Católica e o Estado, para fins de controle social, político e econômico, estigmatizaram, ao longo dos séculos, os ritos e símbolos das religiões afro-brasileiras, ligando-as ao Diabo cristão e criminalizando-as no plano jurídico (ROCHA, 2022). A partir das definições do "eu" e dos "outros" por meio do binômio "cristãos" e "pagãos", os documentos produzidos pela Igreja colonial embasaram, conforme observou o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015), a busca de negação e aniquilamento do "outro" como recurso para a afirmação de si.

No campo jurídico, o artigo 5º da Constituição brasileira de 1824 instituiu o catolicismo como a religião oficial do Brasil Império, e o Código Criminal de 1830, que foi o primeiro código penal brasileiro, em seu capítulo intitulado "Offensas da religião, da moral, e bons costumes", proibiu, em seu artigo 276, celebrar em casa, publicamente ou em templos "o culto de outra Religião, que não seja a do Estado" (BRASIL, 1830). Reflexo da sociedade patriarcal, repressora e escravocrata de sua época, esse código penal tinha por objetivo reprimir uma organização social da população, em sua maioria carente, que questionasse o *status quo* e mobilizasse a revolta dos escravizados. A abolição da escravatura foi proclamada no Brasil em 1888, e o Estado brasileiro só se tornou laico a partir de 1890, com o decreto nº 119-A, promulgado pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República. Essa lei concedeu, em seu artigo 2º, a todas as confissões religiosas "a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou públicos" (BRASIL, 1890), além de proibir o Estado de definir uma religião oficial.

Entretanto, apesar desse decreto e da primeira Constituição da República, em 1891, tornar o Estado laico, prever a separação entre religião e poder político, e garantir o livre exercício da manifestação religiosa, as religiões de matriz africana continuaram sendo perseguidas através dos dispositivos do Código Criminal de 1890, que considerava crime o curandeirismo e o espiritismo. A Constituição de 1934 também previu em seu artigo 113.5 ser "inviolável a liberdade de convivência e de crença e garantido o livro exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham às ordens públicas e aos bons costumes" (BRASIL, 1934). A partir do entendimento de que a ameaça à ordem pública e aos bons costumes fazia referência às manifestações religiosas dos afro-brasileiros, os governantes e seus chefes de polícia tinham essa base legal para

a perseguição aos terreiros. Com o novo Código Penal de 1940, essas manifestações religiosas continuaram a ser perseguidas através dos mesmos artigos 156 a 158, que foram mantidos e que puniam o exercício ilegal da medicina, o espiritismo e o curandeirismo. A partir dos anos 1960, por força da aliança de grupos religiosos afro-brasileiros com artistas e intelectuais, houve uma gradual aceitação da legitimidade das religiões de matriz africana por parte do discurso estatal, até seu pleno reconhecimento na Constituição Federal (CF) de 1988 (BARRETO JÚNIOR, 2021).

Porém, embora o Art. 5º da CF de 1988 estabeleça em seu inciso VI ser "inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias" (BRASIL, 1988), em seu livro intitulado *Intolerância religiosa*, Sidnei Nogueira (2023), também conhecido como Babalorixá Sidnei de Xangô, chama a atenção para a farsa da laicidade do estado republicano brasileiro, a qual exemplifica o conceito de colonialidade. Na visão de Aníbal Quijano (2005), o processo de constituição da América Latina e de propagação do capitalismo eurocentrado teve como padrão de poder a classificação por raça, sendo o homem europeu tido como superior e os povos colonizados submetidos a uma situação de inferioridade. Dessa forma, apesar do colonialismo ter sido superado, a colonialidade continua presente em nossa sociedade, através de comportamentos e discursos, como, por exemplo, o racismo, mediante uma matriz que se expressa por meio de relações dominantes de poder, saber e ser (BALLESTRIN, 2013).

Esse vestígio da colonialidade, que atende a interesses de determinados grupos e perpetua a influência da religião cristã no Estado brasileiro, permanece visível, seja nas ações do estado, ainda preponderantemente omisso no seu dever de cumprimento da lei, seja no próprio preâmbulo da atual Carta Magna, que define a promulgação do documento "sob a proteção de Deus" (BRASIL, 1988), e na presença do crucifixo em repartições públicas, como, por exemplo, no plenário do Supremo Tribunal Federal, conforme demonstra, a seguir, a Figura 2.



Figura 2 – Plenário do Supremo Tribunal Federal do Brasil, com crucifixo à parede
Fonte: Portal STF (2022)[3]

Para entender esse acordo não-verbal no qual brancos em cargos de poder asseguram entre si posições de privilégio, a psicóloga Cida Bento (2022), diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, trabalha com a ideia de branquitude. Em seu livro *O pacto da branquitude,* a autora afirma que romper com a perpetuação desse "pacto narcísico da branquitude" significa "desfazer sistemas que, durante séculos, promoveram o conforto e a segurança de um grupo de pessoas em detrimento de outro" (BENTO, 2022, p. 125), e que esse trabalho intenso e duradouro, deve ter "sua âncora em ações coletivas estruturais envolvendo a responsabilidade social das organizações que precisam se posicionar diante de sua herança concreta e simbólica na história do país" (Ibidem, p. 125). Entre tais ações, destaca-se o desenvolvimento e implantação de uma educação antirracista em nossa sociedade.

1.2 – Racismo religioso no espaço escolar

Para o desenvolvimento de uma educação antirracista em nosso país, faz-se

[3]Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=493414&ori=1. Acesso em: 04 jan. 2025.

necessária uma efetiva implementação, no conteúdo programático escolar, do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas brasileiras, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, e que foi tornado obrigatório pelas leis nº 10.639 de 2003 e nº 11.645 de 2008, pois estudos têm demonstrado a presença do racismo religioso no espaço escolar, praticado pelo corpo docente e discente, direcionado, principalmente, aos praticantes das religiões de matriz africana. Entre esses estudos, destaca-se o que foi publicado, em 2020, pela Editus – Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em Ilhéus, intitulado *Racismo religioso em escolas da Bahia: autoafirmação e inclusão de crianças e jovens de terreiro*, de autoria de Ademar Cirne, resultado da pesquisa desenvolvida para a sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia – PPGER/UFSB, defendida em julho de 2019. Na apresentação desse livro, o estimado antropólogo e professor Kabengele Munanga destaca que:

> [o] livro "Racismo Religioso em Escolas da Bahia", da autoria de Ademar de Oliveira Cirne Filho, se debruça justamente sobre a existência do racismo nas escolas da Bahia e suas consequências no processo de construção da identidade religiosa de jovens negros e negras que frequentam essas escolas, de sua autoestima que impacta sobre os resultados de sua aprendizagem escolar. A partir de uma rica pesquisa de campo, baseada numa dupla experiência como professor de história do Brasil na educação básica pública e privada e como praticante membro da Comunidade Religiosa Ilê Axé Oxumaré, onde ocupa o cargo de Ogã de Iemanjá, o autor aponta a importância de investir numa educação multicultural que valoriza a riqueza da diversidade religiosa brasileira. Isto é, uma educação antirracista que foge do modelo eurocêntrico colonizante e alienante dominante e do fundamentalismo religioso que está sendo introduzido por algumas religiões neopentacotistas (*sic*) ou evangélicas que tentam destruir as religiões de matriz africana praticando não a intolerância religiosa, mas sim uma discriminação racial religiosa sem ambiguidade (MUNANGA *apud* CIRNE, p. 16, 2020).

No capítulo final do acima referido livro, intitulado "Palavra final: resistência", Ademar Cirne (2020) declara que, através da pesquisa de campo, ouviu relatos emocionantes de crianças e jovens sobre muitos casos de colegas que deixaram de frequentar a escola por causa das perseguições diárias que sofriam, relacionadas ao racismo religioso. Essas crianças e jovens expressaram, também, a alegria e satisfação

que sentem por fazerem parte da comunidade das religiões de matriz africana, e que, no terreiro, se sentem respeitadas e valorizadas nas funções que exercem para o bom funcionamento da casa e nas realizações das obrigações religiosas. O autor conclui que o espaço da educação formal precisa, portanto, de um modelo de educação que respeite as diferenças e que discuta "os conteúdos educacionais a partir do olhar daqueles que foram subalternizados, permitindo que estes tenham o direito de falar de si próprios, expressar-se de diferentes formas" (CIRNE, p. 141, 2020).

De forma a instrumentalizar essa educação antirracista sobre as religiões afro-brasileiras, no que tange o mercado editorial e a produção de obras literárias infantojuvenis sobre essa temática, a lei nº 10.639 de 2003 impulsionou, a partir de então, uma maior produção de obras didáticas e literárias de forma a suprir as temáticas étnico-raciais (PEREIRA, 2016), com muitos destes livros tendo sido indicados para compor listas de compras governamentais e adotados por professores no espaço escolar. Entretanto, conforme afirmam a antropóloga e professora associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Luena Nascimento Nunes Pereira, juntamente com sua aluna-pesquisadora graduada em Ciências Sociais, Thais Teixeira Aguiar, em seu artigo intitulado "As religiões de matriz africana na literatura infanto-juvenil", publicado em 2022, na Revista Calundu, "[o]s livros dedicados à temática afro-religiosa [...] têm sofrido uma resistência específica quando utilizados em sala de aula" (PEREIRA; AGUIAR, 2022, p. 121-122).

Como parte do projeto de pesquisa "Literatura Infanto-juvenil Afro-Brasileira: novas narrativas", coordenado pela professora Luena Pereira desde 2014, e financiado através do edital CNPq Universal entre 2017 e 2020, quatro livros infantojuvenis que abordam a temática das religiões de matriz africana foram analisados de forma a compreender "como cada um deles representa as religiões de matriz africana em suas histórias e [...] se eles buscavam fazê-lo através da crítica direta à discriminação, do lúdico, ou recorrendo ao didatismo" (Ibidem, 2022, p. 122). As três possibilidades estão representadas na Figura 3, e servirão como categorias de análise das obras literárias infantojuvenis apresentadas nesta dissertação.



Figura 3 – Categorias de análise da representação das religiões de matriz africana na literatura infantojuvenil

Fonte: Elaboração própria, com base em Pereira (2022)

Dentre esses livros, destaca-se o livro *Ọmọ-obá: histórias de princesas* (2009), de Kiusam de Oliveira, indicado pelo Ministério da Educação (MEC), ao compor a lista do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)4 de 2011. Com ilustração de Josias Marinho, foi publicado pela Mazza Edições com seis contos: 1) "Oiá e o búfalo interior"; 2) "Oxum e seu mistério"; 3) "Iemanjá e o poder da criação do mundo"; 4) "Olocum e o segredo do fundo do oceano"; 5) "Ajê Xalugá e o seu brilho intenso"; e,
6) "Oduduá e a briga pelos sete anéis". Conforme destaca a autora, na apresentação do livro, essas "histórias vêm de fontes tradicionais conhecidas, contadas e recontadas pelo povo africano (iorubano) e afro-brasileiro" (OLIVEIRA, 2009, p. 7), sobre princesas negras que se tornaram rainhas, expressando alguns arquétipos dos Orixás, em uma linguagem voltada para o público infantojuvenil. Em 2023, uma nova edição foi publicada pela editora Companhia das Letrinhas, com ilustrações de Ayodê França e um acréscimo no título, que passou a ser *Omo-Oba: histórias de princesas e de príncipes*, e de seis novos contos.

[4] O Programa Nacional Biblioteca da Escola foi instituído pelo governo federal em 1997, com o objetivo de adquirir livros para compor o acervo de bibliotecas de escolas de ensino fundamental de todo o Brasil (CASSIANO, 2007). A partir de 2017, essas compras passaram a ser feitas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que foi reformulado (NETO, 2017).

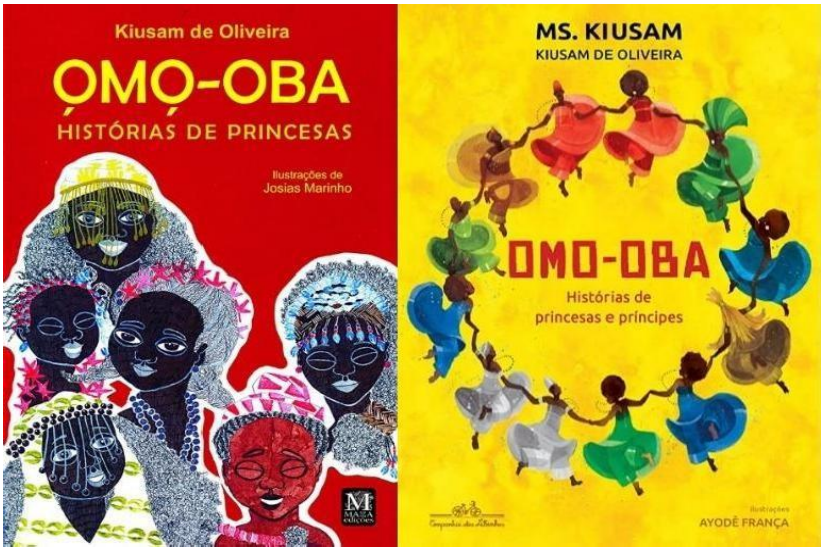


Figura 4 – *Ọmọ-oba*, Mazza (2009) e Companhia das Letrinhas (2023)
Fonte: Oliveira (2009; 2023)

Em seu artigo, as pesquisadoras da UFRRJ, Luena Pereira e Thais Aguiar, relatam que a primeira edição desse livro (2009) sofreu racismo religioso na escola do Serviço Social da Indústria (SESI) de Volta Redonda, no sul do Estado do Rio de Janeiro, e teve sua exclusão solicitada por um grupo de pais. A autora Sonia Rosa, em seu livro *Literatura infantil afrocentrada e letramento racial: uma narrativa autobiográfica* (2022), também relata esse caso, onde transcreve a notícia publicada, no jornal O Dia, em 20 de março de 2018:

> A obra, escolhida pela equipe pedagógica do Sesi no dia 8, para turmas infantis, até julho, chegou a ser suspensa na quinta-feira pela instituição, que voltou atrás da decisão ontem. Outros pais, que já haviam adquirido o livro, atribuíram a rejeição nas redes sociais à suposta intolerância religiosa e racismo. A obra já foi premiada e traz ilustrações de figuras negras e narra contos de orixás e mitos africanos, através da tradição ketu (maior nação de candomblé), embora não tenha conotação religiosa (ROSA, 2022, p. 127)

Neste primeiro capítulo, dedicado a justificar a importância da literatura infantojuvenil com a temática das religiões de matriz africana no desenvolvimento de uma educação antirracista, são apresentados dois estudos comparativos. Enquanto o segundo estudo dedica-se à análise de duas obras literárias infantojuvenis que têm como

tema o racismo religioso, o primeiro estudo comparativo é dedicado à obra literária *Ọmọ-oba*, que em sua reedição (2023) trouxe uma ampliação dos orixás apresentados, trazendo, inclusive, um capítulo dedicado ao orixá Exu, conforme apresentado no subcapítulo 1.4, após uma breve apresentação teórica sobre estratégias editoriais, a seguir.

1.3 – Estratégias editoriais

Uma linha editorial estabelece-se intencionalmente, quando o seu editor tem mais afinidade e conhecimentos para publicar livros em determinado campo de estudos, ou acidentalmente, quando um autor ou autora possui uma relação próxima com um editor (KNAPP, 1992). Para o planejamento de uma publicação, o editor deve levar em consideração, também, os custos de produção de um livro, que são, geralmente, altos, pois envolvem direitos autorais, impressão, manutenção de estoque, esforço de vendas e divulgação. E, como em toda empresa, as editoras têm limites orçamentários e metas financeiras a atingir (SEGURA, 2003).

Nesse sentido, segundo Alberto Augsburger (1981, p. 36), a editora deve considerar, entre outros, os seguintes pontos no planejamento de uma publicação:

- Conhecimento do público a que está destinado o livro;
- Canais de distribuição;
- Características próprias de cada publicação;
- Informações comerciais e históricas do tema;
- Projeções de edições similares quanto a conteúdo, qualidade e preço;
- Compradores potenciais;
- Se há necessidade de convencer o público a comprar o novo livro;
- O que pode influenciar o novo comprador.

Segundo Wolfgang Knapp (1992, p. 45), a editora, ao sugerir modificações ao autor ou autora do livro, terá em conta que tipo de livro o mercado aceita. Todavia, os

gerentes editoriais realizam análises mais profundas do que apenas dados de mercado, pois também devem estar atentos à filosofia editorial da empresa. É a partir desse entendimento, por um lado comercial e por outro ideológico, que as estratégias editoriais são analisadas nessa dissertação com relação às obras literárias infantojuvenis que sofreram modificações em sua edição após terem sofrido racismo religioso no espaço escolar. Tais estratégias buscam conciliar a nova edição do livro à linha editorial e à filosofia da empresa, assim como a uma busca de aceitação do livro no mercado pelos seus consumidores, conforme apresentado na Figura 5, a seguir. Nesse sentido, destaca-se a relação da editora com os autores ou autoras, que "não escrevem os livros, nem mesmo os próprios. Os livros [...] são sempre o resultado de múltiplas operações que supõem decisões, técnicas e competências muito diversas" (CHARTIER, 2010, p. 21).

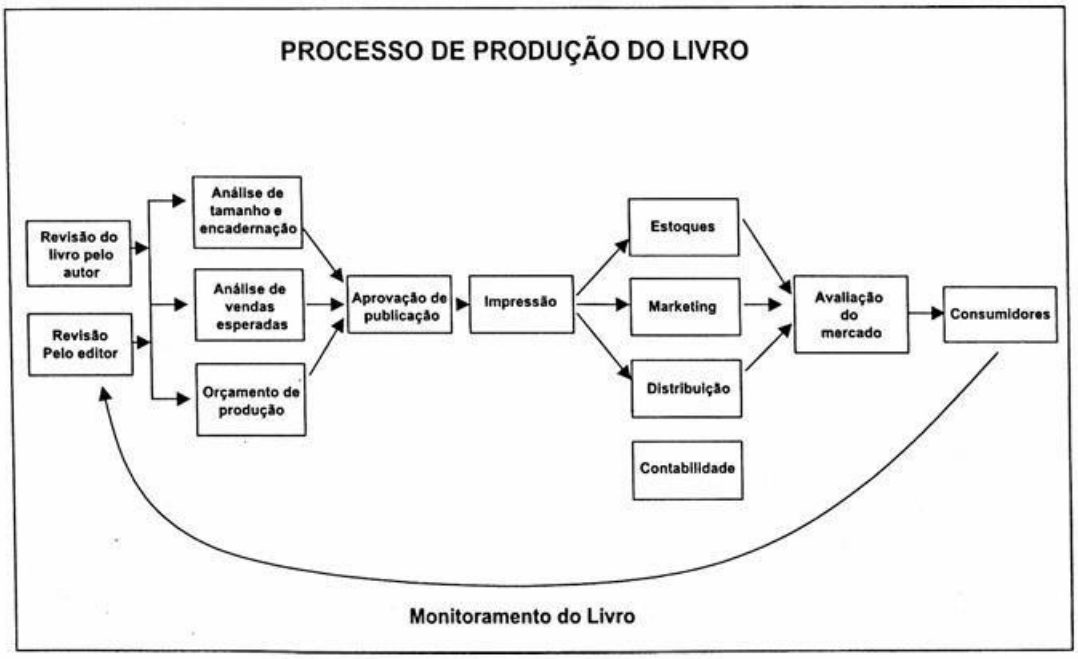


Figura 5 – Processo de produção do livro
Fonte: Segura (2003)

Isso se deve ao fato de que a edição de livros, além de uma atividade social e cultural, é, também, uma atividade de negócio, que sofre influência de diversos atores, conforme proposto por Herbert Smith Bailey (1990, p. 63), em seu quadro intitulado

"Relacionamento da editora com o ambiente", apresentado na Figura 6, a seguir, o qual apresenta os atores internos e externos que influenciam as estratégias de cada editora.

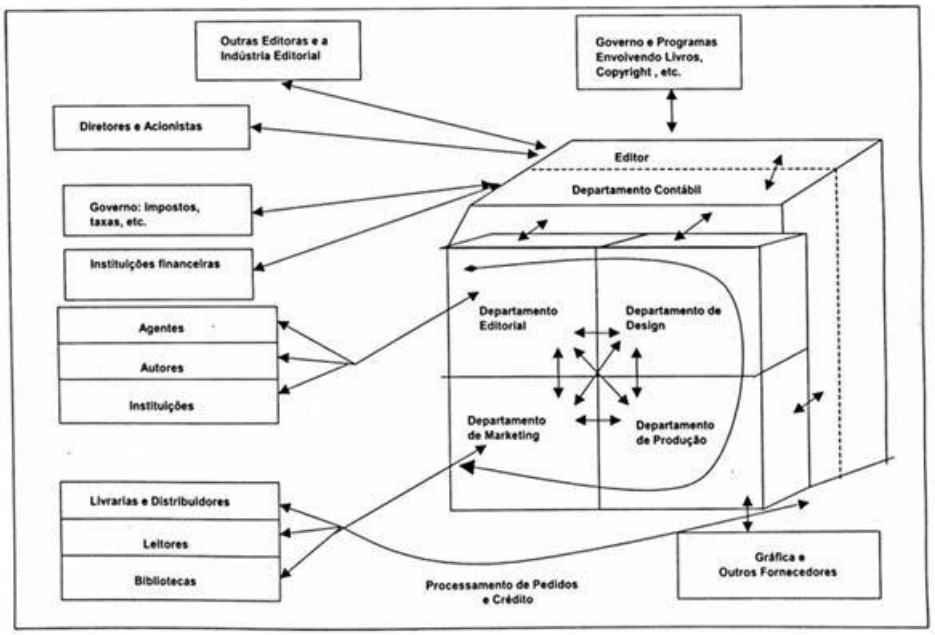


Figura 6 – Relacionamento da editora com o ambiente
Fonte: Bailey (1990)

Tais estratégias editoriais influenciam a materialidade do livro, ou seja, "o formato do livro, a construção da página, a divisão do texto, a presença ou ausência das imagens, as convenções tipográficas e a pontuação" (CHARTIER, 2010, P.8), que implicam em significações intelectuais e estéticas.

No campo ideológico, faz-se importante destacar se as novas edições dos livros infantojuvenis que sofreram racismo religioso no espaço escolar buscaram uma autocensura ou o confronto. Em seu artigo intitulado "Autocensura: 'eu' negro x 'tigre' do silêncio", Cuti começa a sua reflexão declarando: "Falar e ser ouvido é um ato de poder. Escrever e ser lido, também" (CUTI, 2010, p. 1). Segundo o autor, a literatura é uma das expressões discursivas mais importantes, "pois atua na configuração do imaginário de milhões de pessoas" (Ibidem), onde a liberdade de escolha do leitor recai apenas nas publicações disponíveis.

No sentido do confronto, observa-se, por exemplo, na edição de 2023 do livro infantojuvenil *Omo-Oba* (OLIVEIRA, 2009; 2023), cuja primeira edição sofreu racismo religioso no espaço escolar (PEREIRA; AGUIAR, 2022; ROSA; 2022), um fortalecimento do engajamento étnico-racial da obra literária, através das seguintes estratégias editoriais: autora autodeclarada negra e adepta de religiões afro-brasileiras; alteração do ilustrador, com a representação visual dos orixás em estilo mais combativo; alteração da ilustração da capa; alteração do texto da apresentação; e, a inclusão de narrativas (mitos iorubás) sobre orixás masculinos, entre eles, um dedicado a Exu, divindade das religiões de matriz africana, importante alvo de manifestações de racismo religioso no espaço escolar (MARQUES, 2014; PEREIRA; AGUIAR, 2022), onde a editora mostra-se disposta a "pagar o preço pelo conteúdo não desejado pelas instâncias de poder estabelecidas na área" (CUTI, 2010, p. 2).

Por outro lado, dentro de uma perspectiva de autocensura, observa-se na nova edição do livro *Caminhos de Exu* (CUNHA, 2005), onde a palavra "exu" foi substituída em todo o texto escrito, inclusive no título da obra, que passou a se chamar *Awani* (CUNHA, 2014), uma estratégia de renúncia. Entretanto, o fato de ter mantido a palavra "exu" nas ilustrações, escrita "Èṣù", em língua iorubá, revela uma forma de resistência cifrada, um recurso muito utilizado pelos meios de comunicação durante a ditadura militar no Brasil, no período de 1964 a 1985 (CUTI, 2010).

1.4 – *Ọmọ-oba*: breve estudo comparativo entre as edições de 2009 e 2023

Proponho começar a minha análise de livros infantojuvenis a partir do entendimento de que estes são artefatos culturais que têm como característica uma narrativa verbo-visual, onde a relação entre a palavra (o texto escrito) e a imagem (o texto visual) pode se dar de diferentes formas. De modo a melhor compreender essa relação e os diversos tipos de livros infantojuvenis que ela gera, preconizo a tabela criada pelas renomadas pesquisadoras no campo da literatura infantojuvenil, Maria Nikolajeva e Carole Scott, apresentada em sua obra *Livro ilustrado: palavras e imagens* (2011). As autoras elaboraram essa tabela, apresentada a seguir, em um eixo vertical

que representa um continuum tipológico, onde a concepção do livro infantojuvenil pode estar totalmente baseada na palavra ou na imagem, ou em uma combinação entre ambas, e onde as colunas da tabela elencam os livros que possuem uma narrativa ou não.

Um abecedário, por exemplo, é um livro infantojuvenil que contém as letras de um alfabeto e que tem por objetivo apresentar a ortografia à criança, assim como sua fonética, quando lido, em voz alta, por um leitor experiente. Por esse motivo, esse tipo de livro infantojuvenil se encontra na coluna da direita da tabela, reservada aos textos não narrativos, em uma célula próxima ao termo "palavra", pois é através do texto escrito que o autor ou autora do livro pretende alcançar o seu leitor. Um livro-imagem, em contrapartida, é uma obra composta pelo encadeamento de imagens escolhidas em torno de uma ideia ou conceito, e que, por este motivo, se encontra na coluna da esquerda da tabela, em uma coluna próxima ao termo "imagem".

Quadro 1 – Livros infantojuvenis segundo a relação entre palavra e imagem

<table>
<tr><th colspan="2">PALAVRA</th></tr>
<tr><th>Texto narrativo</th><th>Texto não narrativo</th></tr>
<tr><td>Texto narrativo com poucas ilustrações</td><td>Livro de lâminas
(Abecedário, poesia ilustrada,
Livro com ilustração não ficcional)</td></tr>
<tr><td>Texto narrativo com pelo menos uma imagem por página dupla (não é dependente da imagem)</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Livro ilustrado simétrico (duas narrativas mutuamente redundantes)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Livro ilustrado complementar (palavra e imagem preenchem uma a lacuna da outra)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Livro ilustrado "expansivo" ou "reforçador"
(a narrativa visual apoia a verbal, a narrativa verbal depende da visual)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Livro ilustrado de "contraponto" (duas narrativas mutuamente dependentes)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Livro ilustrado "siléptico" (com ou sem palavras) (duas ou mais narrativas independentes entre si)</td></tr>
<tr><td>Narrativa de imagens com palavras
(sequencial)</td><td>Livro demonstrativo com palavras
(não narrativo, não sequencial)</td></tr>
</table>

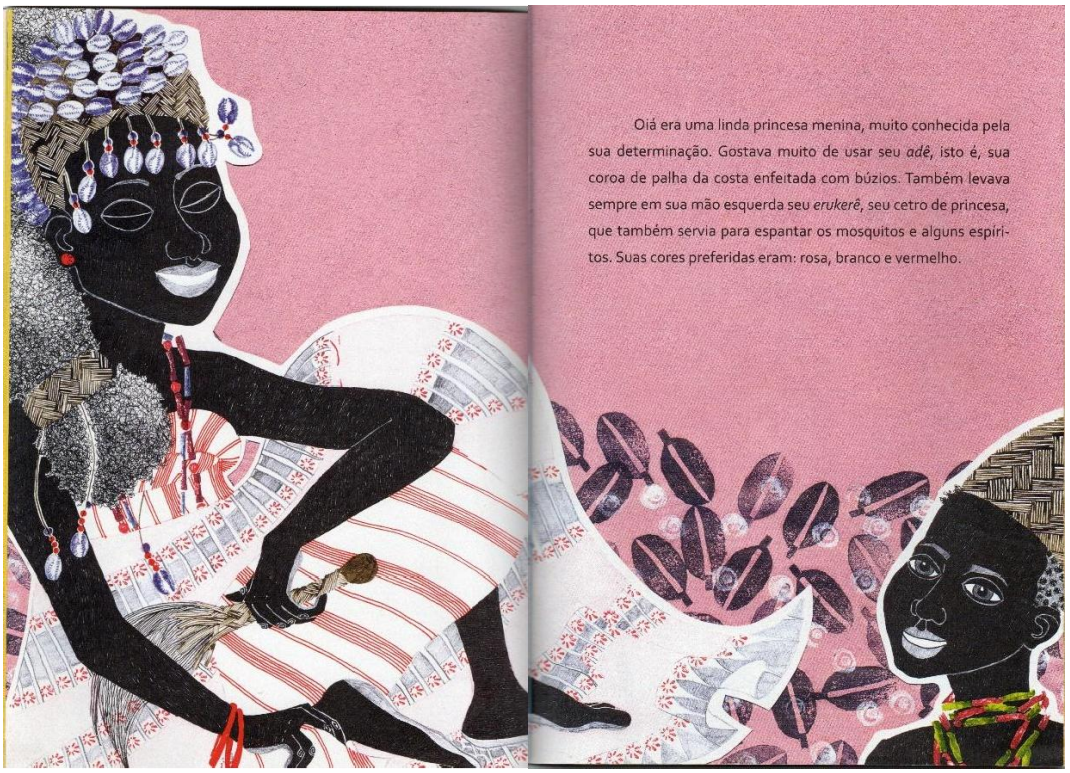
Narrativa de imagens sem palavras (sequencial)	
Livro-imagem ou livro de imagem	Livro demonstrativo (não narrativo, não sequencial)
Texto narrativo	**Texto não narrativo**
IMAGEM	

Fonte: Nikolajeva e Scott (2011)

O livro infantojuvenil *Ọmọ-oba* apresenta-se, em ambas as edições, como um "texto narrativo com pelo menos uma imagem por página dupla (não é dependente da imagem)", pois a apresentação dos mitos iorubás é feita, essencialmente, através do texto narrativo, com a presença de uma ilustração por página dupla. A ausência de um glossário ao final do livro e de notas de rodapé que expliquem termos específicos que aparecem no texto escrito, em formato itálico, como, por exemplo, "adê"[5], "erukerê"[6], que, entretanto, possuem destaque na bela ilustração de Josias Marinho, permitem a classificação dessa obra literária, segundo as categorias propostas na Figura 3, como, primordialmente, lúdica. Cabe observar, entretanto, que as ilustrações de Josias Marinho, na edição de 2009, permitem uma compreensão visual desses termos, o que não ocorre na edição de 2023, onde a representação do "adê" foi suprimida, e o "erukerê" se encontra na mão direita de Oiá, em contraposição ao texto escrito "sempre em sua mão esquerda", conforme se pode observar nas imagens da Figura 7, a seguir.

[5] Conforme descrito no conto, "coroa de palha da costa enfeitada de búzios" (OLIVEIRA, 2009, p. 11).

[6] Conforme descrito no conto, "cetro de princesa, que também servia para espantar os mosquitos e alguns espíritos" (Ibidem).



Oiá era uma linda princesa menina, muito conhecida pela sua determinação. Gostava muito de usar seu *adê*, isto é, sua coroa de palha da costa enfeitada com búzios. Também levava sempre em sua mão esquerda seu *erukerê*, seu cetro de princesa, que também servia para espantar os mosquitos e alguns espíritos. Suas cores preferidas eram: rosa, branco e vermelho.



OIÁ E O BÚFALO INTERIOR

Oiá era uma princesa jovem e linda, muito conhecida pela sua determinação. Gostava de usar seu adê, sua coroa de palha da costa enfeitada com búzios. Levava sempre em sua mão esquerda um erukerê, seu cetro de princesa, que também servia para espantar mosquitos e alguns espíritos. Suas cores preferidas eram o rosa, o branco e o vermelho.

Ogum era o grande amigo de Oiá e, quando eles se encontravam, tudo virava uma imensa diversão, e aproveitavam para brincar de luta, cada um com a sua ferramenta preferida: Oiá com a sua adaga e Ogum com a sua espada.

No melhor da brincadeira, Oiá sempre saía dizendo que precisava fazer algo que não podia contar para ninguém, o que deixava seu amigo curioso.

Um dia, quando estavam em uma clareira na floresta, Oiá retirou sua coroa. Ogum disse:

— Já sei, princesa Oiá. Você vai brincar com o vento.

11

Figura 7 - *Ọmọ-Oba*, ilustrações que acompanham os termos "adê" e "erukerê", nas edições de 2009 e 2023

Fonte: Oliveira (2009; 2023)

Faz-se importante destacar, também, os contextos políticos distintos em que cada edição do livro infantojuvenil *Omo-Oba* foi publicado. A primeira edição foi publicada em 2009, durante, portanto, o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Seu governo foi caracterizado por um intenso crescimento econômico, e por grandes avanços sociais, entre outros, pela promulgação da lei 10.639 em 2003, seu primeiro ano de mandato. Os avanços jurídicos e sociais relacionados às minorias seguiram nos anos seguintes, durante os mandatos da presidente Dilma Rousseff, porém, o seu impeachment foi um marco importante na história política brasileira, de volta ao poder dos grupos mais conservadores da sociedade brasileira, durante os governos dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, que se estendeu de agosto de 2016 a dezembro de 2022, período marcado por crises econômicas e muitos retrocessos sociais. A nova edição de *Omo-Oba* em 2023 acompanha a volta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder e a retomada das pautas étnico-raciais no governo federal e, por conseguinte, no Ministério da Educação.

Além da alteração do projeto gráfico na edição de 2023, que contou com a participação do ilustrador Ayodê França, houve uma importante alteração no título e no conteúdo da obra literária, que de *Ọmọ-oba: histórias de princesas* passou a se chamar *Omo-Oba*: *histórias de princesas e de príncipes*, o que possibilita expandir o seu público leitor, tanto a nível de gênero quanto a nível etário, com ilustrações que exprimem menos doçura e mais vigor combativo na nova edição. Se, por um lado, houve o abandono da grafia da escrita conforme a língua iorubá, expressa pela letra "ọ", o que, no meu entendimento, é lamentável, por outro lado, o acréscimo, na edição de 2023, da seção dedicada às histórias de príncipes, trouxe, ditosamente, os seguintes mitos: "Exu e o respeito à ancestralidade"; "Oxóssi aprende a lutar com Ogum"; "Otim e seu segredo"; "Ossaim e o poder das folhas"; "Omulu e a cura"; e "A coragem de Orunmilá". Surpreendentemente, nessa obra literária, Exu é representado como um jovem príncipe altivo, que ensinará às princesas Oiá, Iemanjá e Oxum, a importância de se manter o respeito à ancestralidade, pois tal representação de Exu se contrapõe às suas representações comumente encontradas em outros livros infantojuvenis, as quais serão apresentadas e analisadas no Capítulo 3 desta dissertação. Entretanto, a explicação para essa representação inusitada de Exu se encontra na apresentação do livro infantojuvenil *Ọmọ-oba*, onde a autora Kiusam de Oliveira, nas edições de 2009 e 2023, revela que a

sua intenção foi a de potencializar as virtudes dos orixás de forma a promover o empoderamento do leitor infantojuvenil afro-brasileiro, conforme apresentado na Tabela 2, a seguir.

Quadro 2 – Apresentação de *Omo-Oba*, nas edições de 2009 e 2023

Apresentação	
2009	2023
As histórias deste livro mostram como princesas se tornaram, mais tarde, rainhas. Essas histórias vêm de fontes tradicionais conhecidas, contadas e recontadas pelo povo africano (iorubano) e afro-brasileiro, nas quais uma mulher chamada Oduduwá criou o planeta Terra e, se uma mulher teve esta capacidade, o poder está com ela. Como todas as histórias antigas, quando infinitamente recontadas, podem ser interpretadas de diferentes formas, porque, ao recontá-las, cada pessoa reforça o conhecimento de que mais necessita. Neste livro, reforço características que julgo capazes de empoderar meninas de todos os tempos. Que tudo se movimente!	As histórias deste livro revelam como princesas e príncipes se tornaram rainhas e reis. Essas narrativas são mitos iorubás advindos de fontes orais e tradicionais, contadas e recontadas no Brasil para fortalecer a população negra e mostrar que não somos descendentes de escravizados e, sim, de uma realeza. Todas as histórias antigas, quando recontadas, podem ser interpretadas de uma forma diferente. Isso ocorre porque, ao fazê-lo, cada pessoa reforça o conhecimento de que mais necessita. Neste livro, potencializo as virtudes dessa realeza (conhecida, no Brasil, como orixás) com o objetivo de empoderar meninas e meninos de todos os tempos. Que tudo se movimente!

Fonte: Oliveira (2009; 2023)

Uma análise comparativa dos textos das apresentações das edições de 2009 e 2023 de *Omo-Oba* reforça, conforme esperado pela inclusão de contos sobre orixás masculinos, que a edição de 2023 busca empoderar, além das meninas, também os meninos. Destaca-se, no primeiro parágrafo da nova edição, que as narrativas do livro tratam de "mitos iorubás advindos de fontes orais e tradicionais, contadas e recontadas no Brasil para fortalecer a população negra e mostrar que não somos descendentes de escravizados e, sim de uma realeza" (OLIVEIRA, 2023, p. 7). Nesse sentido, a edição de 2023 coloca-se mais engajada na luta contra o racismo, e contra o racismo religioso, ao destacar que essa realeza é "conhecida, no Brasil, como orixás" (Ibidem), talvez como uma forma de reação aos governos federais conservadores que antecederam a sua publicação.

É possível perceber, ainda, conforme destaca Chartier (1998), que o sentido atribuído "aos dispositivos técnicos, visuais e físicos que organizam a leitura do escrito quando ele se torna um livro" (1998, p. 8) "dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam" (Ibidem, p. 9). Tendo a edição de 2009 de *Omo-Oba* enfrentado racismo religioso no espaço escolar, a nova edição de 2023, com a inclusão dos orixás masculinos, investe em um público leitor mais amplo e, esperançosamente, mais bem letrado racialmente, por ter recebido, em sua trajetória escolar, conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, devido à promulgação da lei 10.639 em 2003.

Concluindo esse breve estudo comparativo, uma questão importante na análise dos livros infantojuvenis sobre as religiões de matriz africana diz respeito à autoria dessas obras literárias. A partir da leitura e análise das obras literárias apresentadas nessa dissertação, foi possível identificar algumas características recorrentes dos autores que se dedicam à sua criação, conforme esquematizado na Figura 8, a seguir, que são: pesquisador(a) do tema; adepto de alguma religião de matriz africana; e, pertencente à população negra (pessoa preta ou parda). Tais características, quando não presentes em sua totalidade em um mesmo autor, levantaram questionamentos acerca do pertencimento da obra literária à literatura afro-brasileira, tema que será desenvolvido no Capítulo 2 desse trabalho acadêmico.

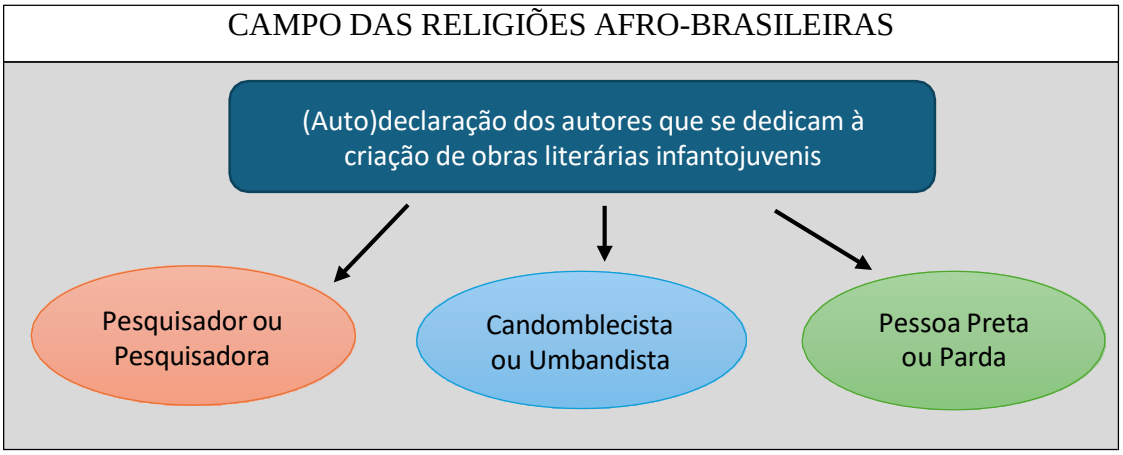


Figura 8 – Características recorrentes dos autores de livros infantojuvenis sobre as religiões afro-brasileiras

Fonte: Elaboração própria

De forma a poder analisar a questão da autoria, serão apresentadas e analisadas, neste trabalho acadêmico, as autodeclarações (realizadas na 1ª pessoa do singular) e as declarações (realizadas na 3ª pessoa do singular) sobre os autores dos livros infantojuvenis selecionados, que se encontram nos paratextos, especificamente no peritexto da obra literária em questão. De acordo com o crítico literário francês e teórico da literatura Gérard Genette (2009), em seu livro *Paratextos editoriais*, o conceito de paratexto define e distingue tudo que é oferecido ao leitor que não seja o texto em si, mas que está intimamente relacionado à obra. Na forma de título, prefácio, orelhas e contracapa, o paratexto cerca e prolonga o texto escrito, "exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua 'recepção' e seu consumo" (GENETTE, 2009, p. 9). Atuando, portanto, como um elo entre o leitor e o texto, "[seu] investimento estético ou ideológico ('belo título', prefácio-manifesto), [...] está sempre subordinado a 'seu' texto, e essa funcionalidade determina o essencial de sua conduta e de sua existência" (Ibidem, p. 17-18), de modo que sua presença, seja na obra concretizada ou em outros meios de apresentação da respectiva obra literária, poderá tanto orientar o leitor para que seu texto seja descoberto quanto enriquecer sua leitura.

Com base nesse entendimento, Genette (2009) dividiu o termo paratexto em duas subcategorias: a primeira é o peritexto, associado pelo autor a todos os paratextos que se encontram concretizados e ocupam o mesmo espaço físico da obra, conforme apresentado na Figura 9, a seguir; e, a segunda subcategoria é denominada de epitexto pelo autor, que esclarece que este termo está relacionado a tudo o que foi desenvolvido sobre o texto, mas que não se encontra concretizado na obra.

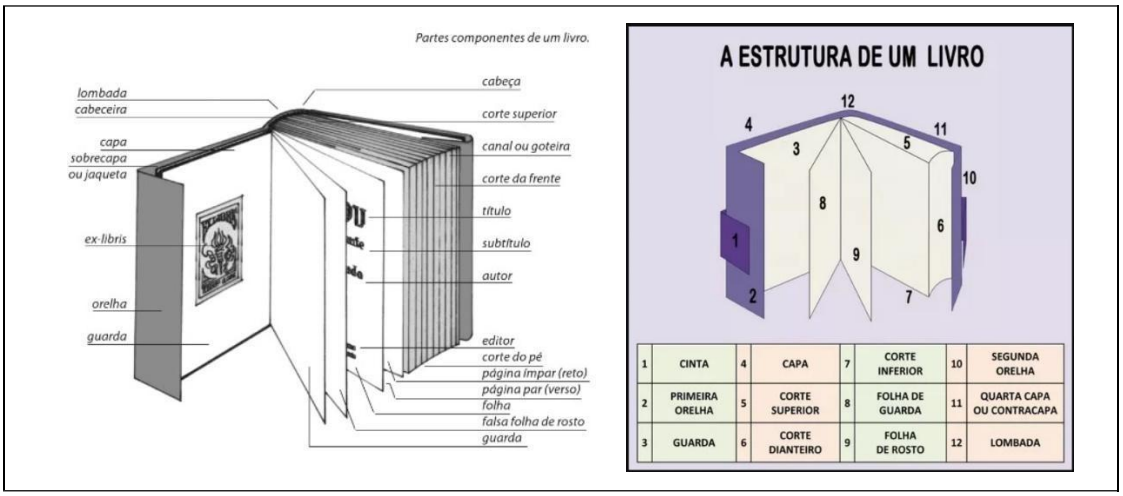


Figura 9 – Partes componentes de um livro, o peritexto editorial
Fonte: Cutedrop (2016)[7]; Editorial Paco (2020)[8]

O epitexto, cuja partícula grega "epi" significa "sobre", diz respeito "a todas as mensagens que se situam, pelo menos na origem, na parte externa do livro: em geral num suporte midiático (conversas, entrevistas), ou sob a forma de uma comunicação privada (correspondências, diários íntimos e outros)" (GENETTE, 2009, p. 12). Diferentemente do peritexto, o epitexto não se encontra anexado de forma material ao texto em uma publicação, embora isso possa vir a acontecer, posteriormente. Em vez disso, conforme Genette, ele "circula de algum modo ao ar livre, num espaço físico e social virtualmente ilimitado" (Ibidem, p. 303). Como exemplificado por Genette (2009), os epitextos podem ser mensagens referentes à obra literária "em jornais e revistas, emissões de rádio ou televisão, conferências e colóquios, [...] entrevistas e conversas reunidas pelo autor [...] ou por um mediador [...] atas de colóquios, coletâneas de autocomentários" (Ibidem).

Além de sua particularidade espacial, Genette (2009) propõe uma tipologia funcional para o epitexto, a partir do critério temporal (anterior – testemunhos sobre projetos de um autor e a gênese de sua obra; original – entrevistas, conferências e dedicatórias concedidas no lançamento de um livro; e posterior - entrevistas, colóquios,

[7] Disponível em: https://www.cutedrop.com.br/2016/05/a-anatomia-do-livro-para-designers/. Acesso em: 03 jan. 2025.

[8] Disponível em: https://editorialpaco.com.br/quais-sao-as-partes-de-um-livro-impresso/. Acesso em: 03 jan. 2025.

autocomentários espontâneos e autônomos) e do critério pragmático, que são "os epitextos editorial, alógrafo oficioso, autoral público e autoral privado" (Ibidem, p. 304). Enquanto o teórico francês foca nas funções publicitárias e comerciais do "epitexto editorial", ele define o "alógrafo oficioso" como "a aceitação pelo autor de um prefácio alógrafo", ou seja, um estudo ou artigo crítico sob o selo editorial do autor da obra em questão. Com relação aos epitextos sob responsabilidade do autor, Genette os divide em "autoral público" (dirigido ao público em geral) e "autoral privado", onde o tipo "autoral público" apresenta algumas variedades, de acordo com a sua ordem temporal e pragmática, conforme apresentado na Figura 10, a seguir.

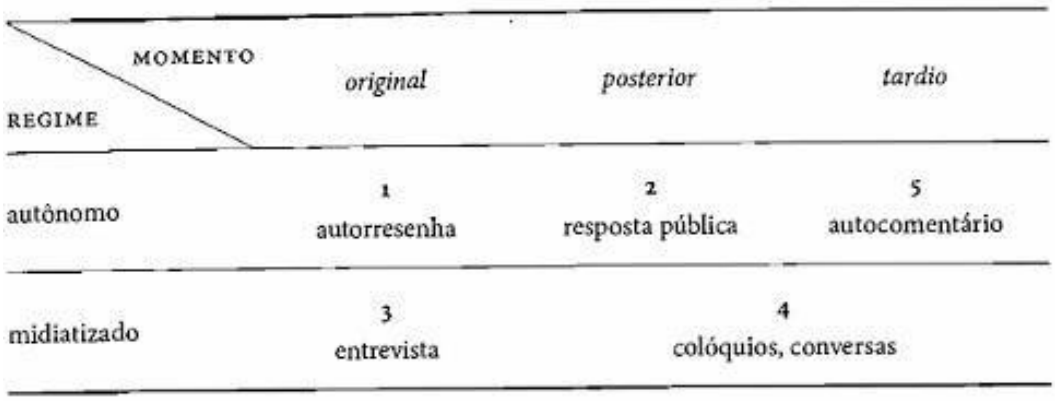


Figura 10 – Tipos de epitexto autoral, de acordo com a ordem temporal e pragmática
Fonte: Genette (2009)

Atualmente, mesmo as gerações de imigrantes digitais, ou seja, as pessoas que nasceram durante ou anteriormente à década de 1980, e que cresceram antes da era digital, têm a facilidade, paralelamente a visitas presenciais a livrarias e bibliotecas, de recorrer a plataformas virtuais ou sites na internet para a aquisição física ou eletrônica de obras literárias, assim como para obter informação sobre um autor ou autora e sua produção literária. Nesse sentido, as plataformas virtuais ou sites na internet são espaços que se inserem no conceito de epitexto cunhado por Genette, publicado, originalmente, em 1987, na França, antes do início do processo mundial de democratização do acesso à internet.

No âmbito da autoria do livro, a autora Kiusam de Oliveira, por exemplo, se autodeclara, no peritexto editorial intitulado “Sobre a autora”, que se encontra na página 62 da edição de 2023 de seu livro *Omo-Oba*, como pesquisadora, candomblecista e/ou umbandista e negra, pois declara ter sido criada “por pais e mães ancestrais como Osòssí, Osun e Caboclo Tupinambá”; carregar o título de “Iyá Kiusam de Osòssí”; ser “doutora em Educação, Cultura e Organização e mestre em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano e futura pós-doutora, todos pela Universidade de São Paulo (USP); e, levar “o título de escritora do que tenho chamado de LINEBEIJU – Literatura Negro-Brasileira de Encantamento Infantil e Juvenil” (OLIVEIRA, 2023, p. 62). Na edição de 2009, apesar do peritexto sobre a autora se encontrar na quarta capa, local, portanto, de maior exposição e acessibilidade de leitura, ele está escrito na 3ª pessoa do singular, o que, em certa medida, distancia o referente da declaração do seu leitor. Além disso, com relação às características propostas na Figura 8, essa declaração faz referência ao seu doutorado em Educação e à sua valorização da corporeidade e da autoimagem negras, omitindo, entretanto, qualquer referência à sua religiosidade, conforme demonstra a Figura 11, a seguir.



Kiusam Regina de Oliveira é paulista de Santo André. Nasceu, cresceu e, por um tempo, acreditou que conseguiria viver longe do País, o que rapidamente percebeu não ser verdade. Assim, compreendeu uma coisa: pode até alçar vôos incríveis como tem feito ao longo destes anos, mas tendo a certeza de que rapidamente retornará aos braços dos seus entes mais queridos: seu pai Cicia e sua mãe Erdi. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e tia de três lindas crianças, Kayo Odê, Yasmim e Isabella, procura mostrar a eles formas de estarem fortes neste mundo, a partir da valorização da autoimagem negra e dos cabelos *blacks* ou trançados. Bailarina que é, procura dentro da metodologia da afrodescendência desvelar um corpo repleto de ginga, isto é, de uma corporeidade afrobrasileira que, em muito, contribui para os processos reflexivos sobre uma possível desconstrução do corpo socialmente imposto pela sociedade brasileira. Como contadora de histórias nata que é, recheia a vida das crianças que têm contato com histórias fantásticas, calcadas num discurso engajado na política do empoderamento das identidades negras, procurando, por meio das histórias que cria ou reconta, provocar as suturas psíquicas necessárias para que as crianças, de todos os tempos, sejam capazes de encontrar o caminho pleno da vida, apesar de todas as diferenças.

Josias Marinho é desenhista e arte-educador formado pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Nasceu em uma pequenina cidade à margem do Rio Guaporé, chamada Real Forte Príncipe da Beira, no Estado de Rondônia. Foi crescendo e ficava fascinado pelas histórias que envolviam a fortaleza, a floresta e o rio. Deixava-se envolver pelas imagens, cheiros, sons e movimentos que essas histórias ofereciam. Traz dessa paixão a deliciosa vontade de desenhar, de fazer arte e de ensinar arte. Deixe-se, também, contaminar pela natureza de uma bela história.



SOBRE A AUTORA

Sou Kiusam de Oliveira, filha carnal de Erdi Pereira de Oliveira (*in memoriam*) e Gema-rino de Oliveira (Cicid). Também fui criada por pais e mães ancestrais como Osóssi, Oxun e Caboclo Tupinambá. Carrego alguns títulos, e os que mais valorizo são os seguintes: Iyá Kiusam de Osóssi, terapeuta integrativa, pedagoga, doutora em Educação, Cultura e Organização e mestre em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano e futura pós-doutora, todos pela Universidade de São Paulo (USP). Sou bailarina e coreógrafa dos mais diversos estilos, estudados e aprofundados desde minha infância: clássico, jazz, contemporâneo, dança-afro e, nos últimos vinte anos, tenho me dedicado à Dança dos Orixás, sendo considerada uma Mestra da Cultura Popular em Dança.

Também levo o título de escritora do que tenho chamado de LINEBEIJU — Literatura Negro-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil, campo teórico que tenho defendido. Atuo como formadora de profissionais da educação na temática das infâncias, educação, relações étnico-raciais e de gênero e candomblé de ketu, com foco na educação antirracista e na intencionalidade para o empoderamento da criança negra desde 1992.

Sou aquela que carrega, como meus pais, um ofá — um arco e flecha — em uma mão e, quando necessito, recorro imediatamente a um abebé — um espelho — assim como faz a minha mãe: tecnologias ancestrais poderosas que faço questão de trazer para minhas experiências cotidianas.

SOBRE O ILUSTRADOR

Ayodê, significa "chegou a alegria" em iorubá, uma língua africana. Esse foi o nome que minha mãe e meu pai escolheram para mim. Desde muito pequeno, lá pelos três ou quatro anos, surgiu minha paixão pelo desenho. Desde então, me dedico a tentar fazer coisas bonitas para compartilhar com as pessoas e enfeitar as nossas vidas. Sou um artista negro, pernambucano, nascido no ano de 1984, na cidade do Recife, encantado pela poesia dos sons, das imagens, dos gestos e das palavras e trabalho constantemente para partilhar esse encantamento com todos que consigo alcançar.

Figura 11 – Livros *Omo-Oba* de 2009 e 2023, peritextos sobre a autora Kiusam de Oliveira e os ilustradores Josias Marinho e Ayodê França

Fonte: Oliveira (2009; 2023)

Nesse sentido, a edição de 2023 da Companhia das Letrinhas demonstra uma decisão editorial de valorização da identidade religiosa da autora, estratégia importante para o fortalecimento da luta contra o racismo religioso no espaço escolar. Sobre os ilustradores, enquanto a edição de 2009 valoriza a formação em desenho e arte-educação de Josias Marinho e sua fascinação pelo Real Forte Príncipe da Beira, pelo Rio Guaporé e pela floresta por ter nascido no Estado de Rondônia, a edição de 2023 destaca, em 1ª pessoa, que Ayodê teve seu prenome escolhido por seus pais, nome que em língua iorubá significa “chegou a alegria”. O ilustrador se declara um artista negro, nascido na cidade do Recife, Pernambuco, no ano de 1984, que trabalha para partilhar seu encantamento “pela poesia dos sons, das imagens, dos gestos e das palavras” (FRANÇA, 2023, p. 63).

1.5 – A importância do letramento racial crítico no espaço escolar

O aumento do número de livros paradidáticos e de literatura infantojuvenis

sobre temas voltados às relações étnico-raciais publicados (PEREIRA, 2016), e sua disponibilidade em programas de compra do governo, como o PNLD, por si sós, não significam a recepção destas obras por educadores, responsáveis ou alunos, pois muitas dessas obras sofrem racismo religioso, como foi o caso do livro *Omo-Oba*, relatado nesse capítulo, ou "acabam sendo ignoradas por muitas escolas. [...] não por falta de conhecimento sobre o assunto, mas por escolha, sendo ele uma das formas pelas quais a discriminação racial se expressa no ambiente escolar" (PEREIRA; AGUIAR, 2022, p. 126). Além disso, quando esses livros são utilizados pela escola somente em ocasiões comemorativas, como no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, ou no dia 19 de abril, Dia dos Povos Indígenas, revelam como a branquitude se posiciona normativamente na sociedade brasileira.

Para a desconstrução dessas estruturas e discursos opressivos, a Profa. Dra. Gloria Ladson-Billings utiliza a teoria racial crítica (*Critical Race Theory*) como uma importante ferramenta intelectual e social. Com suas raízes na área legal estadunidense, "[o] principal objetivo da literatura (*Scholarship*) da Teoria Racial Crítica (TRC) é tornar as estruturas de privilégio racial visíveis" (RYAN; DIXSON, 2015, p. 106). Os estudiosos da TRC na educação, como Gloria Ladson-Billings (1999), sugerem que sejam dadas aos professores, na sua formação, "oportunidades de reflexão crítica sobre suas crenças e experiências de raça" (RYAN; DIXSON, 2015, p. 108). Dentre os princípios da teoria racial crítica, o desenvolvimento do trabalho pedagógico deve "[p]rocurar novas maneiras de trazer as vozes tradicionalmente silenciadas e [suas] formas de conhecimento para a sala de aula" (Ibidem, 2015, p. 123). Se no contexto dos Estados Unidos, a introdução da abordagem da TRC no campo educacional foi feita por Ladson-Billings e Tate (1995), no Brasil, entre as principais referências estão a Profa. Dra. Aparecida de Jesus Ferreira (2004; 2006; 2008; 2011), professora associada aposentada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz (2010) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

No artigo intitulado "Literatura infantil como meio articulador do Letramento Racial Crítico em sala de aula" (2020), encontra-se a seguinte definição para letramento racial crítico da Profª Drª Aparecida de Jesus Ferreira:

> Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo e nos possibilita ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo

> são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impactado em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, seja no ambiente escolar, universitário, seja em nossas famílias, seja nas nossas relações sociais. No caso desta pesquisa, como formadora de professoras/es que sou, entender a importância de utilizar o letramento racial crítico na minha prática pedagógica é de extrema relevância para que assim possa também colaborar para que tenhamos uma sociedade mais justa, com igualdade e com equidade. (FERREIRA, 2015a, p.138)

A presença da literatura infantojuvenil com a temática das religiões de matriz africana nas práticas pedagógicas em sala de aula revela-se, portanto, um meio articulador importante de letramento racial crítico, pois, traz para a escola contranarrativas (FERREIRA, 2014), ou seja, narrativas que buscam desconstruir outra narrativa, geralmente como uma forma de resistência a um discurso dominante. Vindo de grupos não hegemônicos, elas promovem um dos princípios da teoria racial crítica, possibilitando "a análise de questões que envolvem raça e racismo, principalmente na interação entre professor-aluno e aluno-aluno" (FERREIRA, 2014, p. 257), e, sem dúvida, também, na interação entre professor-corpo diretivo da escola, professor-professor, professor-responsáveis e aluno-responsáveis. Como destacou a pedagoga brasileira Nilma Lino Gomes (2005), é importante que a escola atue, através do letramento racial crítico, de forma que o processo de (re)construção de identidade(s) das crianças e dos adolescentes seja, por um lado, um processo de reconhecimento e de pertencimento racial, e por outro, de compreensão e entendimento da importância da representação do outro, independentemente de sua raça.

Finalizo esse capítulo sobre o racismo religioso e a importância do letramento racial crítico, apresentando, através de um breve estudo comparativo, os livros infantojuvenis *Minhas contas* (2008; 2022) e *Modupé, meu amigo* (2015), que têm como tema o racismo religioso sofrido por jovens e crianças praticantes das religiões de matriz africana, e que, cada um à sua maneira, como será apresentado e analisado no subcaptítulo a seguir, buscam "ensinar a não discriminar; trabalhando com ensinamentos sobre respeito ao próximo [e] a possibilidade de mudança de atitude nas pessoas que discriminaram" (PEREIRA; AGUIAR, 2022, p. 145).

1.6 – Racismo religioso: breve estudo comparativo entre *Minhas contas* (2008; 2022) *e Modupé, meu amigo* (2015)

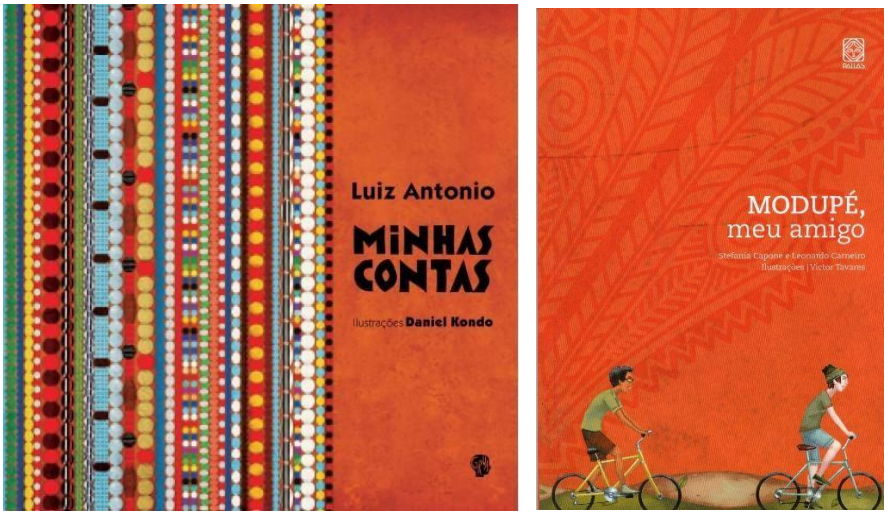


Figura 12 – *Minhas contas* (2008; 2022) e *Modupé, meu amigo* (2015)
Fontes: Antonio e Kondo (2008; 2022); Capone e Carneiro (2015)

Os livros *Minhas contas* (2008; 2022), escrito por Luiz Antonio e ilustrado por Daniel Kondo, e *Modupé, meu amigo* (2015), escrito por Stefania Capone e Leonardo Carneiro e ilustrado por Victor Tavares, foram selecionados para esse estudo comparativo por serem os únicos livros infantojuvenis, encontrados durante a pesquisa, que têm como temática o racismo religioso sofrido por crianças em seu espaço social e em seu espaço escolar, respectivamente.

O livro *Modupé, meu amigo* conta a história de dois amigos de escola, em que Anderson, interessado em conhecer as religiões de matriz africana, por curiosidade e para a elaboração de um trabalho na escola, é levado por Fabinho, que é adepto de uma religião afro-brasileira, a conhecer mais sobre as divindades pertencentes à umbanda e ao candomblé, suas festas e origens das palavras. Conforme apresentado no site da Pallas Editora[9], guiado pelo amigo de escola, Anderson "irá perceber a beleza da

[9] Sinopse do livro Modupé, meu amigo disponível em: https://pallaseditora.com.br/produto/modupe-meu-amigo/. Acesso em: 03 jan. 2025.

diversidade dos cultos brasileiros e a riqueza de uma religião ainda pouco compreendida e vítima de preconceito em boa parte do Brasil" (PALLAS EDITORA, 2024, online).

O livro *Minhas contas* conta a história de dois meninos vizinhos, Pedro e Nei, que são amigos inseparáveis. Um dia, porém, a mãe de Pedro o proíbe de brincar com o seu amigo por causa dos fios de contas que ele usa. Muito triste e abalado com isso, Nei conversa com a mãe e a avó, que lhe explicam que o candomblé é uma religião que prega o bem e o amor à natureza. Lançado originalmente em 2008, pela editora Cosac & Naify, editora que se destacou no mercado editorial pela publicação, até o seu encerramento em 2015, de livros de conceituado valor artístico, o livro *Minhas contas*, conforme consta em seu epílogo, foi o primeiro livro infantojuvenil a abordar o racismo religioso, tendo sido finalista em três categorias do Prêmio Jabuti, ter recebido o selo "altamente recomendável" da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ, e ter sido declarado Patrimônio da Cultura Afro-brasileira pelo Iphan. A edição analisada nessa dissertação foi publicada em 2022 pela Editora Grua, uma editora localizada na cidade de São Paulo, atuante no mercado desde 2008, e que, conforme declarado por seu editor Carlos Eduardo de Magalhães, no site da editora10, publica livros de literatura de autores clássicos e contemporâneos que "têm em comum um olhar acurado do mundo e uma escrita de excelência" (GRUA, online).

Ambos os livros infantojuvenis *Modupé, meu amigo* (2015) e *Minhas contas* (2008; 2022) tratam do tema do racismo religioso, mas de maneiras bem diferentes, tanto a nível de forma quanto a nível de conteúdo. De acordo com o esquema proposto pelas pesquisadoras Nikolajeva e Scott (2011), apresentado na Tabela 1, esses livros infantojuvenis que combinam "dois níveis de comunicação, o visual e o verbal" (NIKOLAJEVA; SCOTT, 2011, p.13), podem ser classificados conforme a tipologia elaborada pelas autoras: no caso de *Modupé, meu amigo*, um texto narrativo com pelo menos uma imagem por página dupla (não é dependente da imagem); no caso de *Minhas contas*, um "livro ilustrado de 'contraponto' (duas narrativas mutuamente dependentes)" (Ibidem, p.27), por se tratar de uma obra literária em que texto e imagem são igualmente importantes. Assim demonstram as Figuras 13 e 14, a seguir.

[10] Informação disponível em: https://www.grualivros.com.br/grua/. Acesso em: 03 jan. 2025.



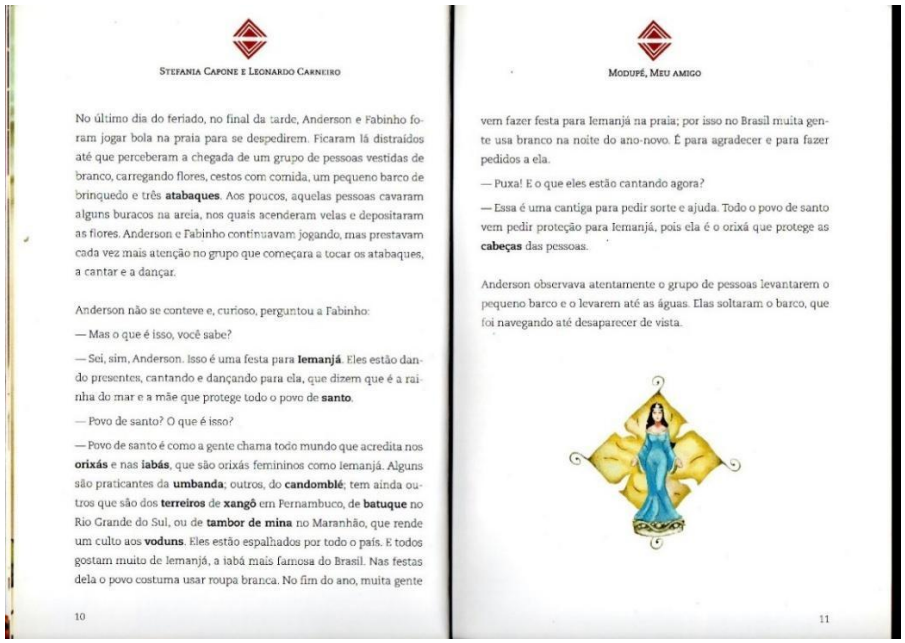
II

Na praia

A casa da tia Fernanda ficava bem perto da praia, bastava caminhar um pouco para chegar até a areia. De manhã bem cedo, Vera e Fernanda levaram Fabinho e Anderson para ver a chegada dos barcos de pesca. Elas aproveitaram para comprar peixes bem frescos. Tia Fernanda gostava de ficar conversando com os pescadores: perguntava se a pesca tinha sido boa, qual peixe que eles recomendavam para o dia, se o tempo ia mudar. Os pescadores respondiam tudo em detalhes, pareciam gostar dela. Anderson e Fabinho ficaram impressionados com os conhecimentos dos pescadores: *como eles podiam saber tanto sobre o tempo?* Eles faziam previsões para a tia Fernanda e nunca erravam; até mesmo a chuva que cairia na tarde de domingo eles disseram que iria acontecer.

O feriado estava perfeito: muito sol e calor. Após a compra dos peixes, todos foram juntos para a praia. Anderson e Fabinho ficaram mergulhando e não queriam mais sair da água. O namorado da tia Fernanda havia lhes emprestado máscaras de mergulho e uma bola de futebol, de modo que eles se divertiam muito.

Na hora do almoço, tia Fernanda preparou o peixe enquanto Vera cuidava dos acompanhamentos. Quando Fabinho e Anderson retornaram da praia, já com muita fome, o almoço já estava pronto. Como bons meninos, eles ajudaram na limpeza da cozinha.



No último dia do feriado, no final da tarde, Anderson e Fabinho foram jogar bola na praia para se despedirem. Ficaram lá distraídos até que perceberam a chegada de um grupo de pessoas vestidas de branco, carregando flores, cestos com comida, um pequeno barco de brinquedo e três **atabaques**. Aos poucos, aquelas pessoas cavaram alguns buracos na areia, nos quais acenderam velas e depositaram as flores. Anderson e Fabinho continuavam jogando, mas prestavam cada vez mais atenção no grupo que começara a tocar os atabaques, a cantar e a dançar.

Anderson não se conteve e, curioso, perguntou a Fabinho:

— Mas o que é isso, você sabe?

— Sei, sim, Anderson. Isso é uma festa para **Iemanjá**. Eles estão dando presentes, cantando e dançando para ela, que dizem que é a rainha do mar e a mãe que protege todo o povo de **santo**.

— Povo de santo? O que é isso?

— Povo de santo é como a gente chama todo mundo que acredita nos **orixás** e nas **iabás**, que são orixás femininos como Iemanjá. Alguns são praticantes da **umbanda**; outros, do **candomblé**; tem ainda outros que são dos **terreiros** de **xangô** em Pernambuco, de **batuque** no Rio Grande do Sul, ou de **tambor de mina** no Maranhão, que rende um culto aos **voduns**. Eles estão espalhados por todo o país. E todos gostam muito de Iemanjá, a iabá mais famosa do Brasil. Nas festas dela o povo costuma usar roupa branca. No fim do ano, muita gente

vem fazer festa para Iemanjá na praia; por isso no Brasil muita gente usa branco na noite do ano-novo. É para agradecer e para fazer pedidos a ela.

— Puxa! E o que eles estão cantando agora?

— Essa é uma cantiga para pedir sorte e ajuda. Todo o povo de santo vem pedir proteção para Iemanjá, pois ela é o orixá que protege as **cabeças** das pessoas.

Anderson observava atentamente o grupo de pessoas levantarem o pequeno barco e o levarem até as águas. Elas soltaram o barco, que foi navegando até desaparecer de vista.

Figura 13 – Capítulo II – "Na praia", de *Modupé, meu amigo* (2015)

Fonte: Capone, Carneiro e Tavares (2015)

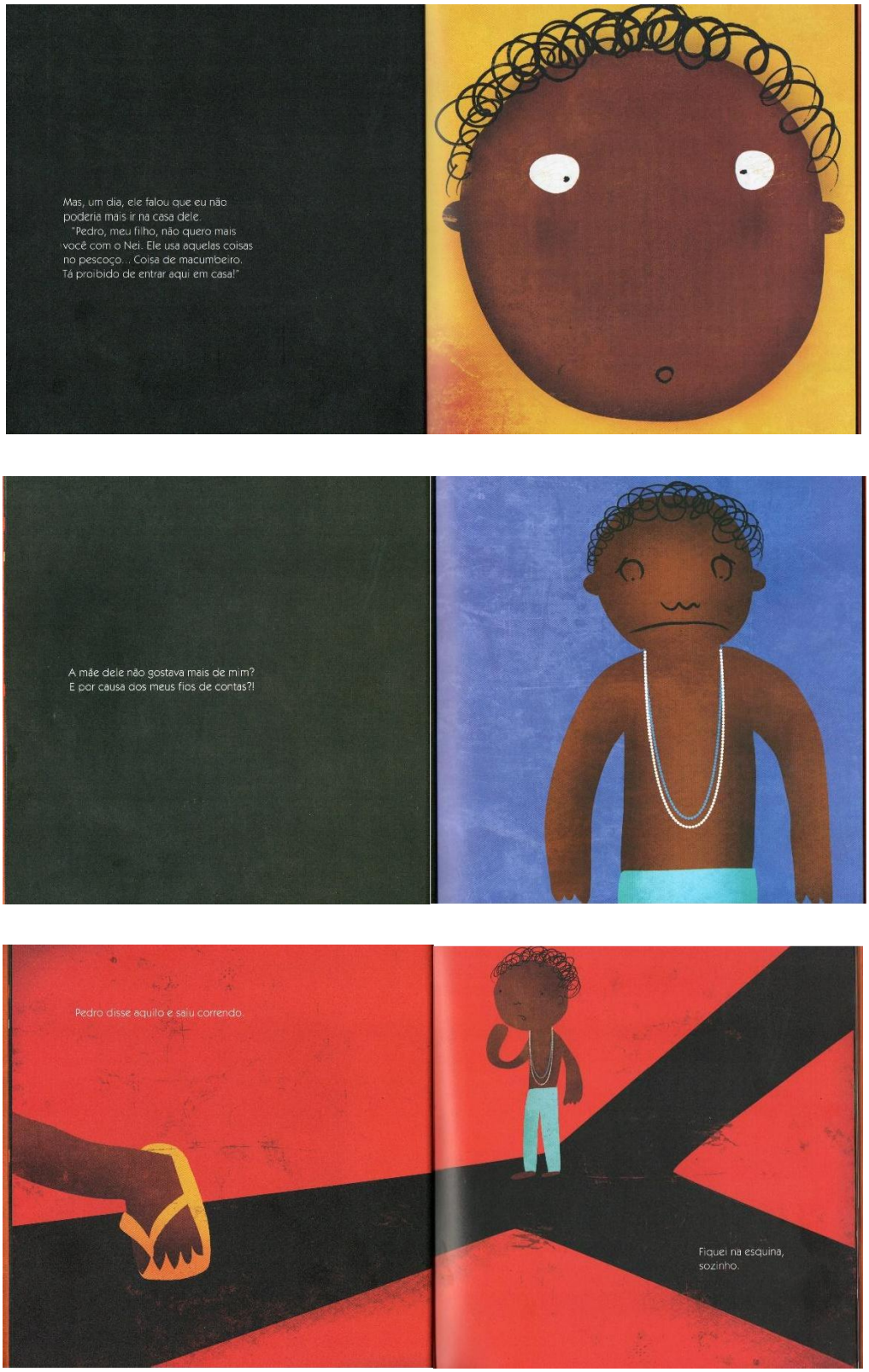


Figura 14 – Trecho da narrativa verbo-visual de *Minhas contas* (2008; 2022)

Fonte: Antonio e Kondo (2008)

Após a leitura e análise comparativa das imagens nas Figuras 13 e 14, percebe-se que o livro *Modupé, meu amigo* (2015) é uma obra que apresenta "um texto acompanhado de ilustrações. O leitor penetra na história por meio do texto, o qual sustenta a narrativa" (LINDEN, 2011, p. 24). Em contrapartida, o livro *Minhas contas* (2008; 2022) é uma obra "em que a imagem é espacialmente preponderante em relação ao texto, que aliás pode estar ausente. [...] A narrativa se faz de maneira articulada entre texto e imagem" (Ibidem, p. 24). Notam-se, através das ilustrações de Daniel Kondo, os sentimentos de espanto, tristeza e solidão que se apoderam da personagem Nei, quando seu "amigão do peito" Pedro lhe conta que sua mãe proibiu Nei de ir brincar em sua casa: "Pedro, meu filho, não quero mais você com o Nei. Ele usa aquelas coisas no pescoço... Coisa de macumbeiro. Tá proibido de entrar aqui em casa!" (ANTONIO; KONDO, 2022, p.6).

Próxima da narrativa verbo-visual utilizada pelo cinema mudo, expressão artística muito importante no início do século XX, a narrativa verbo-visual de livros infantojuvenis ilustrados apoia-se, em grande medida, nas expressões faciais e corporais das personagens, e nos planos das imagens. Em *Minhas contas*, por exemplo, as expressões faciais e corporais da personagem Nei, apresentadas ao longo da Figura 14, permitem ao leitor sentir o que o personagem sente quando ele compartilha com esse leitor o seu sofrimento: "A mãe dele não gostava mais de mim? E por causa dos meus fios de contas?!" (Ibidem, 2022, p.8). Além disso, outro fator importante na narrativa verbo-visual dos livros infantojuvenis é a escolha do plano da imagem. Ao analisarmos os três planos de imagem no trecho da narrativa verbo-visual de *Minhas contas* apresentado na Figura 14, nota-se a importância da escolha do *close-up* para o primeiro plano, onde o olhar de espanto da personagem Nei é essencial na narrativa, passando pelo *medium shot*, onde a apresentação dos fios de contas no pescoço da personagem é central, pois é a causa do racismo religioso sofrido por Nei, culminando em um plano de imagem *full shot*, que permite ver, ao mesmo tempo, Pedro abandonando ao seu amigo Nei, através do detalhe do seu pé que está em movimento para fora da imagem, e Nei, sozinho, na esquina.

Para uma melhor compreensão da importância dos planos de imagem para a análise da narrativa verbo-visual dos livros infantojuvenis, apresento, na Figura 15, a

seguir, uma mesma imagem em diferentes planos, do *extreme close-up* até o *extreme long-shot*, conforme a nomenclatura utilizada para os planos cinematográficos.

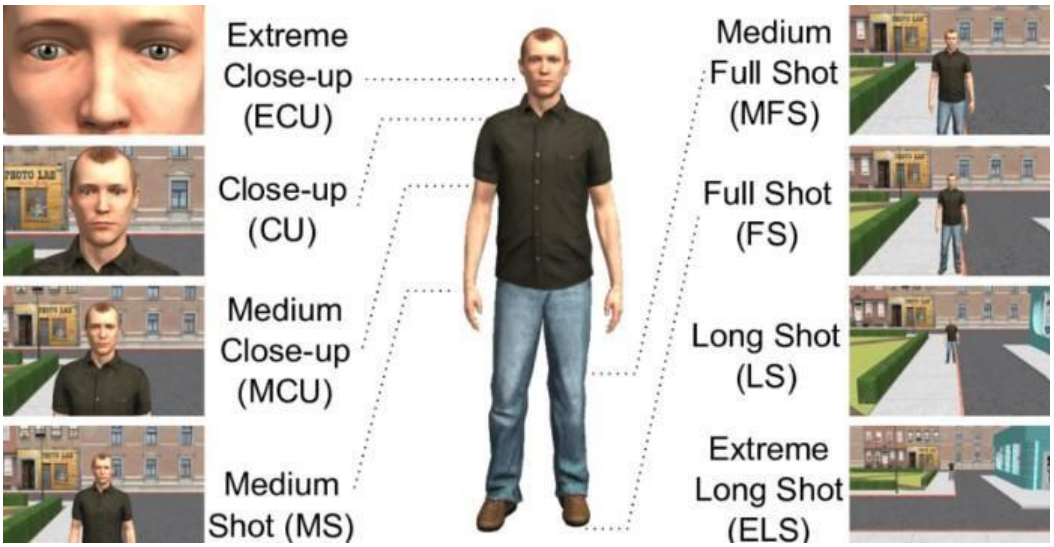
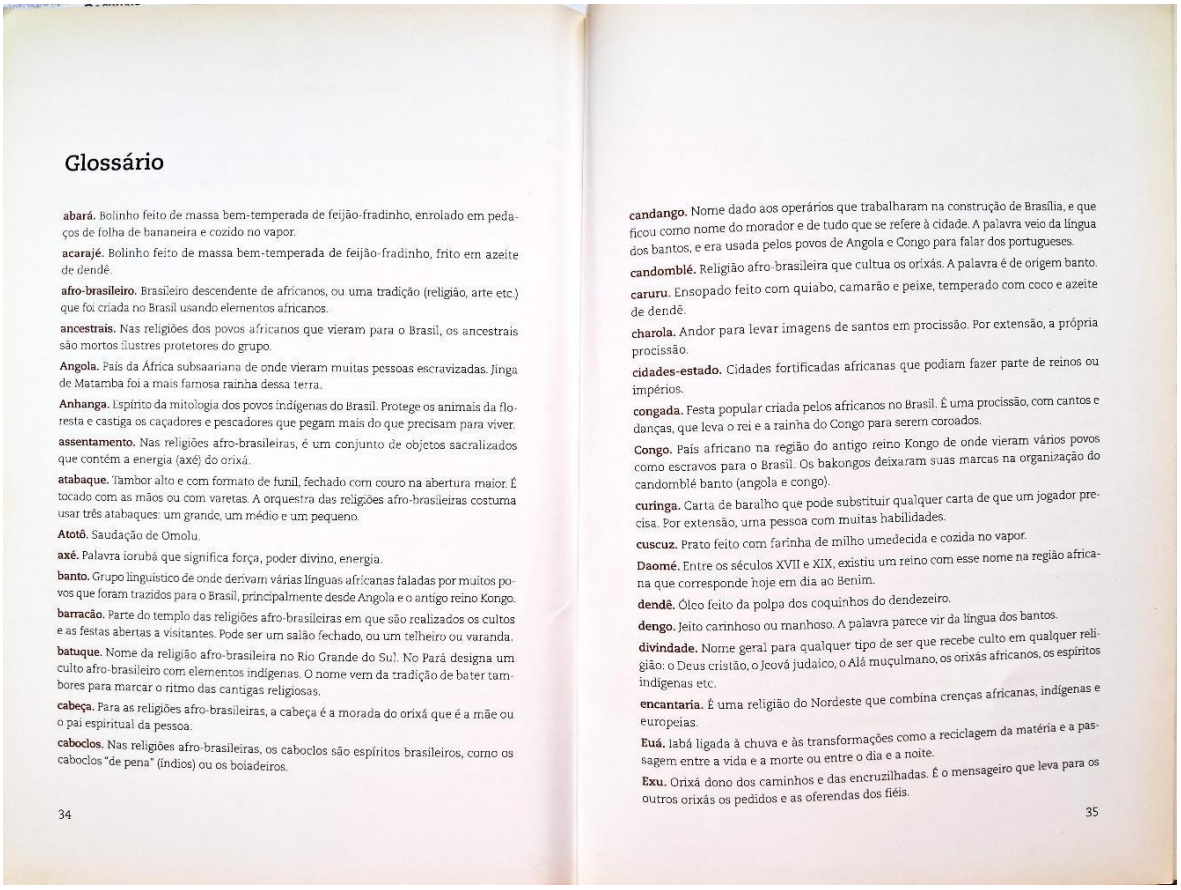


Figura 15 – A narrativa visual e seus planos cinematográficos: do *extreme close-up* ao *extreme long shot*

Fonte: Aguilera (2019)[11]

No que tange às categorias de análise propostas pelas pesquisadoras da UFRRJ Luena Pereira e Thais Aguiar, apresentadas na Figura 3, ambos os livros *Minhas contas* e *Modupé, meu amigo* fazem uma crítica direta à discriminação. Entretanto, enquanto a obra literária *Minhas contas* o faz de uma forma lúdica e artística, *Modupé, meu amigo* tem uma abordagem centrada no didatismo, onde "[h]á o cuidado, na obra, em desconstruir os preconceitos no desenrolar da narrativa e destacar vocábulos específicos das religiosidades de matrizes africanas" (GODOY, 2023, p.1), conforme apresentado na Figura 13, e um glossário ao final do livro para todas as palavras grafadas em negrito ao longo do texto escrito, conforme apresentado na Figura 16, a seguir.

[11] Disponível em: https://medium.com/psicolog%C3%ADa-del-lenguaje-ugr/lenguaje-audiovisual-los-planos-85ac0bd5e946. Acesso em: 03 jan. 2025.



Glossário

abará. Bolinho feito de massa bem-temperada de feijão-fradinho, enrolado em pedaços de folha de bananeira e cozido no vapor.

acarajé. Bolinho feito de massa bem-temperada de feijão-fradinho, frito em azeite de dendê.

afro-brasileiro. Brasileiro descendente de africanos, ou uma tradição (religião, arte etc.) que foi criada no Brasil usando elementos africanos.

ancestrais. Nas religiões dos povos africanos que vieram para o Brasil, os ancestrais são mortos ilustres protetores do grupo.

Angola. País da África subsaariana de onde vieram muitas pessoas escravizadas. Jinga de Matamba foi a mais famosa rainha dessa terra.

Anhanga. Espírito da mitologia dos povos indígenas do Brasil. Protege os animais da floresta e castiga os caçadores e pescadores que pegam mais do que precisam para viver.

assentamento. Nas religiões afro-brasileiras, é um conjunto de objetos sacralizados que contém a energia (axé) do orixá.

atabaque. Tambor alto e com formato de funil, fechado com couro na abertura maior. É tocado com as mãos ou com varetas. A orquestra das religiões afro-brasileiras costuma usar três atabaques: um grande, um médio e um pequeno.

Atotô. Saudação de Omolu.

axé. Palavra iorubá que significa força, poder divino, energia.

banto. Grupo linguístico de onde derivam várias línguas africanas faladas por muitos povos que foram trazidos para o Brasil, principalmente desde Angola e o antigo reino Kongo.

barracão. Parte do templo das religiões afro-brasileiras em que são realizados os cultos e as festas abertas a visitantes. Pode ser um salão fechado, ou um telheiro ou varanda.

batuque. Nome da religião afro-brasileira no Rio Grande do Sul. No Pará designa um culto afro-brasileiro com elementos indígenas. O nome vem da tradição de bater tambores para marcar o ritmo das cantigas religiosas.

cabeça. Para as religiões afro-brasileiras, a cabeça é a morada do orixá que é a mãe ou o pai espiritual da pessoa.

caboclos. Nas religiões afro-brasileiras, os caboclos são espíritos brasileiros, como os caboclos "de pena" (índios) ou os boiadeiros.

candango. Nome dado aos operários que trabalharam na construção de Brasília, e que ficou como nome do morador e de tudo que se refere à cidade. A palavra veio da língua dos bantos, e era usada pelos povos de Angola e Congo para falar dos portugueses.

candomblé. Religião afro-brasileira que cultua os orixás. A palavra é de origem banto.

caruru. Ensopado feito com quiabo, camarão e peixe, temperado com coco e azeite de dendê.

charola. Andor para levar imagens de santos em procissão. Por extensão, a própria procissão.

cidades-estado. Cidades fortificadas africanas que podiam fazer parte de reinos ou impérios.

congada. Festa popular criada pelos africanos no Brasil. É uma procissão, com cantos e danças, que leva o rei e a rainha do Congo para serem coroados.

Congo. País africano na região do antigo reino Kongo de onde vieram vários povos como escravos para o Brasil. Os bakongos deixaram suas marcas na organização do candomblé banto (angola e congo).

curinga. Carta de baralho que pode substituir qualquer carta de que um jogador precisa. Por extensão, uma pessoa com muitas habilidades.

cuscuz. Prato feito com farinha de milho umedecida e cozida no vapor.

Daomé. Entre os séculos XVII e XIX, existiu um reino com esse nome na região africana que corresponde hoje em dia ao Benim.

dendê. Óleo feito da polpa dos coquinhos do dendezeiro.

dengo. Jeito carinhoso ou manhoso. A palavra parece vir da língua dos bantos.

divindade. Nome geral para qualquer tipo de ser que recebe culto em qualquer religião: o Deus cristão, o Jeová judaico, o Alá muçulmano, os orixás africanos, os espíritos indígenas etc.

encantaria. É uma religião do Nordeste que combina crenças africanas, indígenas e europeias.

Euá. Iabá ligada à chuva e às transformações como a reciclagem da matéria e a passagem entre a vida e a morte ou entre o dia e a noite.

Exu. Orixá dono dos caminhos e das encruzilhadas. É o mensageiro que leva para os outros orixás os pedidos e as oferendas dos fiéis.

Figura 16 – Trecho do glossário de *Modupé, meu amigo* (2015)
Fonte: Capone e Carneiro (2015)

Além disso, uma questão também relevante para essa análise é o público-alvo ao qual esses livros infantojuvenis parecem estar direcionados. O livro *Modupé, meu amigo* (2015) parece direcionar-se a um jovem público leitor desconhecedor das religiões de matriz africana, com um foco narrativo na 3ª pessoa do singular, que acompanha o personagem Anderson, que é católico, no seu primeiro contato com cerimônias religiosas afro-brasileiras. Através do seu amigo de escola Fabinho, e da família dele, adeptos do candomblé, Anderson recebeu informações sobre as religiões afro-brasileiras e assistiu a uma cerimônia religiosa no terreiro. Para um trabalho escolar, ele também realizou uma pesquisa na internet sobre o tema das religiões de matriz africana, conforme demonstra a Figura 17, a seguir.



IV
Na internet

A curiosidade de Anderson era grande demais e ele não conseguiu esperar até o sábado. Naquela mesma noite, chegando em casa, ele foi pesquisar na internet sobre os orixás. E começou a descobrir um monte de coisas que ele não sabia.

Encontrou alguns mapas que mostravam a rota dos escravos para o Brasil: rotas que saíam do **Golfo da Guiné**, do reino de **Daomé** e das cidades-estado dos **Iorubás**, da região de **Congo**, de **Angola** e até de **Moçambique**. Descobriu a história da rainha **Jinga de Matamba** que enfrentou a Coroa portuguesa em Angola no século XVII.

Descobriu que na África havia diferentes regiões que cultuavam diferentes orixás; que no reino de **Oyó** se cultuava Xangô, o orixá do fogo, da justiça e do poder; que em **Oshogbo** se cultuava Oxum, a iabá da beleza, da fertilidade e da riqueza, que em **Ketu** se cultuava **Oxóssi**, orixá caçador que vivia nas matas. Ao serem trazidos para o Brasil, os africanos criaram uma nova religião que juntava todos os orixás em um só espaço — os terreiros. Nesses terreiros, podia-se cultuar os orixás e manter viva a herança da cultura africana no Brasil.

V
No terreiro

Vera, a mãe de Anderson, resolvera ir junto para a festa de candomblé para a qual Paulo e Lúcia, os pais de Fabinho, haviam convidado. Como ela também não tinha familiaridade com essa religião, achou que seria interessante conhecer. Assim, no sábado à tarde, Vera e Anderson foram para a casa de Fabinho e de lá foram todos juntos para um terreiro de candomblé que ficava no bairro vizinho.

Paulo foi explicando algumas coisas enquanto Lúcia dirigia:

— Em um terreiro, nós nos tratamos como uma família, que chamamos de família de santo: existe a **mãe** ou o **pai de santo**, os **filhos de santo**, os avós e as avós, as tias e os tios, os sobrinhos de santo... Nessa família há um grande respeito pelos mais velhos, são eles que mantêm a memória do terreiro, são eles que conviveram com os mais antigos, que sabem como cultuar os orixás há muito tempo, enfim eles têm mais experiência e conhecimentos do que os mais novos. Por isso, sempre saudamos e pedimos a bênção aos mais velhos. Vocês vão ver.

Quando chegaram à porta do terreiro, Paulo explicou:

— Aqui na entrada existe sempre um **assentamento de Exu** para dar proteção ao terreiro e sempre pedimos licença para podermos

Figura 17 – Capítulos “IV – Na internet” e “V – No terreiro” do livro *Modupé, meu amigo* (2015)

Fonte: Capone e Carneiro (2015)

Ao final da narrativa, conforme o trecho do livro apresentado na Tabela 3, a seguir, após uma manifestação de racismo religioso de um colega da turma, o personagem Anderson se levanta e se manifesta contra tal atitude, recebendo, então, o agradecimento de Fabinho, que finaliza o livro com a expressão “Modupé”, que em língua iorubá significa “obrigado”.

Quadro 3 – Trecho final do livro *Modupé, meu amigo* (2015)



VII

Na sala de aula

Na segunda-feira, a professora de História propôs um diálogo sobre a diversidade religiosa no Brasil. Ela começou falando sobre as religiões indígenas. Falou sobre **Tupã**, **Anhanga**, **Iracema**, **Jussara** e também sobre as **Icamiabas** (também chamadas de Amazonas) e **Jaci**. Ela trouxe imagens que mostravam os rituais de cura das doenças, de iniciação dos caçadores e os ligados aos cultivos agrícolas. Todos acharam muito bonito. Algumas meninas até disseram que gostariam de viver como as Icamiabas. Todos riram bastante! A professora interveio e disse que hoje as mulheres têm cada vez mais poder na sociedade e lembrou que uma mulher já tinha chegado à presidência da República do Brasil.

Em seguida, a professora propôs que alguns alunos falassem sobre o cristianismo. Muitos se levantaram e falaram sobre Jesus Cristo, sobre a perseguição que ele sofreu, sobre como ele morreu na cruz. Também falaram sobre o batismo, as igrejas e as diferentes formas do cristianismo: havia alunos católicos que falaram da missa, havia alunos protestantes que falaram sobre os cultos, enfim, a conversa foi muito animada. Quando todos terminaram, a professora disse à turma:

— Estão vendo como mesmo quando o Deus é o mesmo, as religiões podem ser diferentes? Mas elas são todas importantes para a população brasileira.

Ao final, ela [a professora] começou a falar sobre as religiões afro-brasileiras. De pronto, Tadeu, um dos alunos a interrompeu:
Mas, professora, isso é coisa de macumbeiro! Não é coisa boa.
Mais uma vez, todos riram.
Anderson, então, levantou-se e tomou a palavra:
— Gente, não é assim! As religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda, são religiões que acreditam nos orixás, que são deuses assim como os deuses das religiões indígenas, ou, como estudamos no ano passado, das religiões grega e romana da Antiguidade... Devemos respeitar essas religiões como todas as demais!
— Mas como você sabe disso? – perguntou Aline, uma colega de turma.
— Ora, porque eu vi uma festa de Iemanjá lá na praia, fiquei curioso e fui aprender sobre os orixás. E aprendi um monte de coisas muito interessantes... Aprendi que as matas, as cachoeiras, e até as pedras e o pôr do sol, são sagrados para essas religiões. Aprendi que nelas as pessoas devem viver em harmonia com os orixás, que são forças da natureza e que, por isso, devemos viver em equilíbrio com ela. Mas também aprendi que existe muito preconceito. Eu acho que se quisermos que tratem a nossa religião com respeito, também temos que respeitar as religiões dos outros. Especialmente essas que são tão importantes para a cultura brasileira.
(...)
Fabinho se sentiu muito orgulhoso da reação de Anderson, que conseguiu compreender a sua religião e transmiti-la a seus colegas de sala. Pensou naquelel momento em **Oxalá**, o pai de todos os outros orixás. Agradeceu ao velho senhor da sabedoria e pediu que ele abençoasse a todos que participaram daquele momento. Fabinho olhou para Anderson e disse:
— Obrigado, meu amigo! **Modupé**!

Fonte: Capone e Carneiro (2015, p. 30-33, grifos do autor).

O livro infantojuvenil *Minhas contas* (2008; 2022), por outro lado, parece direcionar-se, especialmente, a um jovem público leitor adepto de alguma religião de matriz africana, buscando o seu empoderamento, através de um foco narrativo na primeira pessoa do singular, e de um glossário, ao final do livro, sobre alguns dos orixás do candomblé, com um projeto gráfico que teve "[a]s cores e os objetos do Candomblé [como] ponto de partida para a criação das imagens, que demonstram a força e a característica de cada orixá" (ANTONIO; KONDO, 2022, p. 57), conforme demonstram as Figuras 18 e 19, a seguir. Importante destacar que o texto final do glossário esclarece que "[o]utros orixás são cultuados nos terreiros. Mas não só orixás. Dependendo da tradição religiosa e do reino da África de onde vieram, as divindades no Candomblé são também chamadas de Inquices (Nkisis) ou Voduns" (Ibidem, p. 55), tema que será aprofundado no Capítulo 2 desta dissertação.



Figura 18 – Extrato de *Minhas contas* (2008; 2022) que remete a Oxóssi

Fonte: Antonio e Kondo (2008; 2022)



Figura 19 – Glossário intitulado “Alguns orixás do candomblé”, do livro *Minhas contas* (2008; 2022)

Fonte: Antonio e Kondo (2008; 2022)

Assim como o livro *Modupé, meu amigo* (2015), o livro *Minhas contas* (2008; 2002) também tem um final feliz, pois a amizade de Pedro e Nei é retomada após a cura proporcionada à irritação de pele da mãe de Pedro, através da indicação de um banho de ervas pela avó de Nei, conforme demonstra a Figura 20, a seguir.

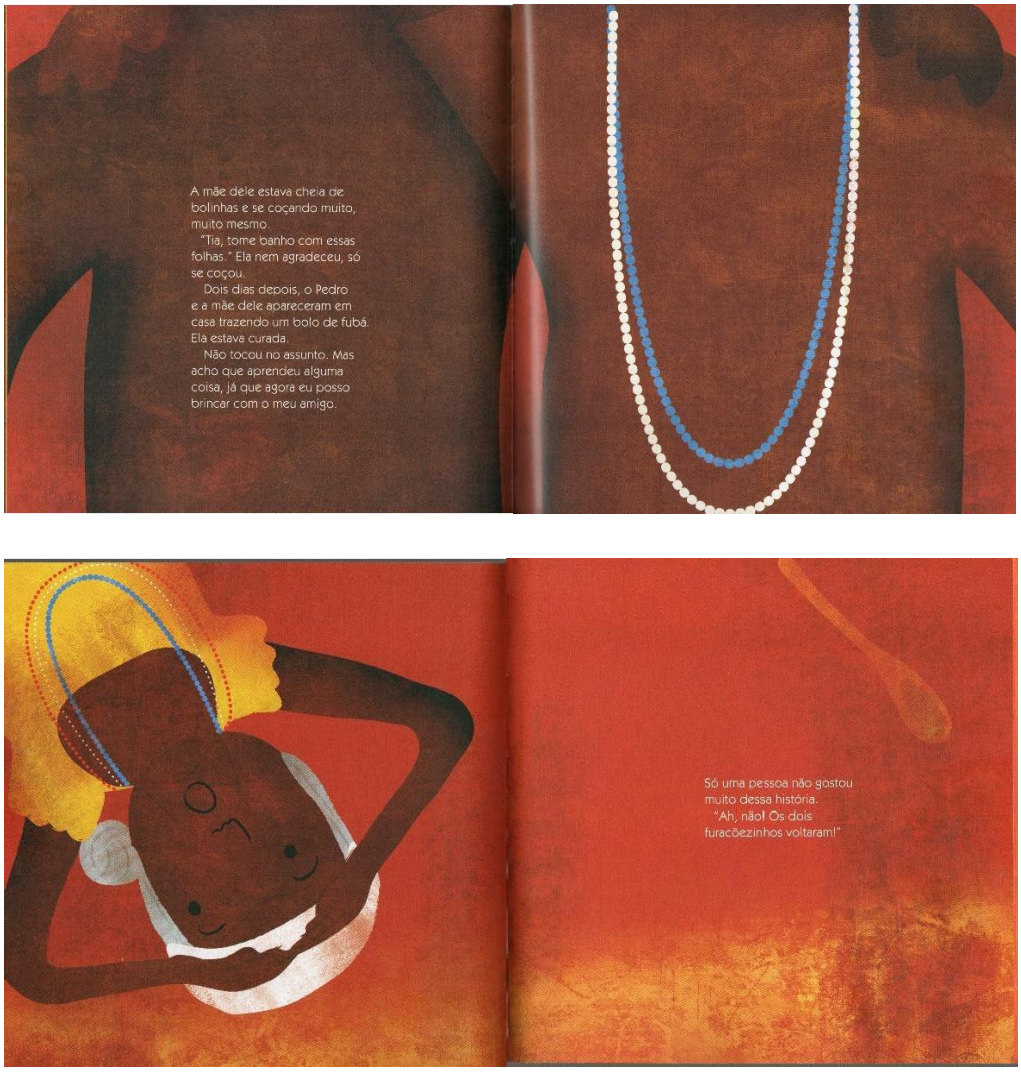
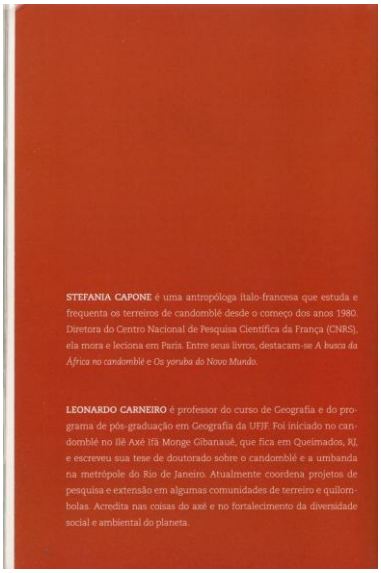


Figura 20 – Trecho final de *Minhas contas* (2008; 2022)
Fonte: Antonio e Kondo (2008; 2022)

Concluindo esse breve estudo comparativo sobre a questão da autoria, e retomando as categorias de análise apresentadas na Figura 8 desta dissertação, no livro

Modupé, meu amigo (2015), as informações sobre os autores Stefania Capone e Leonardo Carneiro se encontram na última página do livro, onde nenhuma informação sobre o ilustrador Victor Tavares é apresentada, conforme demonstra a Figura 21, a seguir. Para ambos os autores, o texto em 3ª pessoa do singular destaca os seus perfis de pesquisadores e de adeptos das religiões afro-brasileiras, pois Stefania Capone "é uma antropóloga ítalo-francesa que estuda e frequenta os terreiros de candomblé desde o começo dos anos 1980" (CAPONE; CARNEIRO, 2015, p. 40) e Leonardo Carneiro, além de ser professor nos cursos de graduação e de pós-graduação de Geografia na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, é "iniciado no camdomblé no Ilê Axé Ifá Monge Ginabauê, que fica em Queimados, RJ, e escreveu sua tese de doutorado sobre o candomblé e a umbanda na metrópole do Rio de Janeiro" (Ibidem, p.40).

No livro *Minhas Contas* (2008; 2022), uma seção ao final do livro, sem título específico e escrita na 3ª pessoa do singular, é dedicada aos autores Luiz Antonio e Daniel Kondo, reforçando a importância de ambos na construção da narrativa verbo-visual da obra literária, onde o destaque foi dado aos seus trabalhos como escritor e como ilustrador, conforme demonstra a Figura 21, a seguir. Para o escritor Luiz Antonio, há uma referência importante sobre sua religiosidade, pois "antes de tudo, seu grande orgulho é o de levar sua vida 'Iessé orixá' – aos pés dos Orixás" (ANTONIO; KONDO, 2008; 2022, p. 56). Em nenhum desses livros, há uma imagem dos seus autores ou uma (auto)declaração de pertencimento étnico-racial.



STEFANIA CAPONE é uma antropóloga ítalo-francesa que estuda e frequenta os terreiros de candomblé desde o começo dos anos 1980. Diretora do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (CNRS), ela mora e leciona em Paris. Entre seus livros, destacam-se *A busca da África no candomblé* e *Os yoruba do Novo Mundo*.

LEONARDO CARNEIRO é professor do curso de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da UFJF. Foi iniciado no candomblé no Ilê Axé Ifá Monge Gibanauê, que fica em Queimados, RJ, e escreveu sua tese de doutorado sobre o candomblé e a umbanda na metrópole do Rio de Janeiro. Atualmente coordena projetos de pesquisa e extensão em algumas comunidades de terreiro e quilombolas. Acredita nas coisas do axé e no fortalecimento da diversidade social e ambiental do planeta.

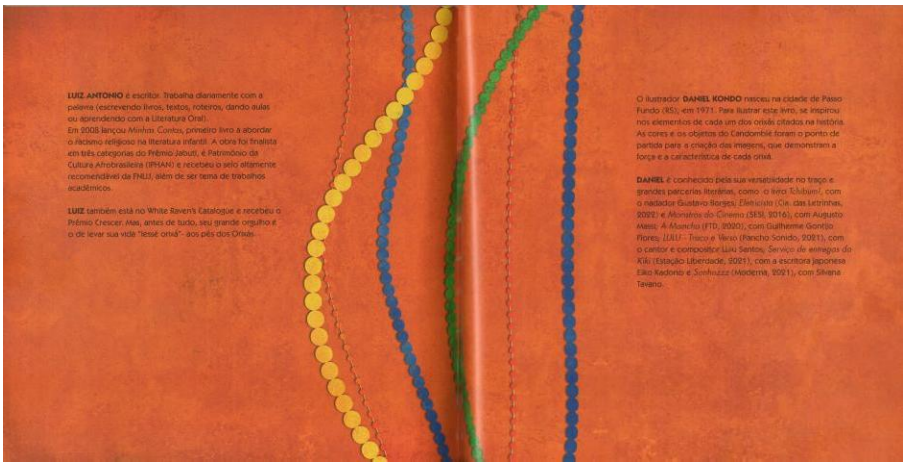


Figura 21 – Seções de *Modupé, meu amigo* (2015) e *Minhas contas* (2008; 2022) dedicadas a seus autores

Fontes: Capone e Carneiro (2015); Antonio e Kondo (2008)

Cabe destacar que, através da pesquisa realizada a respeito de obras literárias infantojuvenis sobre as religiões afro-brasileiras, o tema do racismo religioso pareceu ser ainda pouco desenvolvido, o que reforça a valorização dos livros *Modupé, meu amigo* (2015) e *Minhas contas* (2008; 2022), e a necessidade de debate sobre essa lacuna no mercado editorial. Grande parte dos livros infantojuvenis encontrados dedicam-se à mitologia dos orixás, como *Omo-Oba* (2009; 2023) de Kiusam de Oliveira, assim como coleções, em que o autor dedica cada obra literária a um orixá específico, como o livro *Exu: Laroyé!* (2021) de Edsoleda Santos, apresentado no Capítulo 3 desta dissertação.

O próximo capítulo é dedicado à apresentação de um breve panorama sobre o assunto temático a ser proposto para o catálogo virtual participativo - as religiões afro-brasileiras, que nas marcantes palavras da professora, poeta e pesquisadora sobre a mitologia das iabás na poesia de mulheres negras, Oluwa Seyi Salles Bento, durante a minha banca de qualificação, “são muito mais do que uma religião, são um modo de vida”.

2 – As religiões de matriz africana - “Ina Mojubá! / Kongojiro jamugonge, iá, iá, orere, / Kongojiro jamugone... / Kongojiro, kujá kujango!”

O segundo capítulo desta dissertação tem por objetivo apresentar, de forma introdutória, o complexo campo das religiões afro-brasileiras, assunto temático do catálogo virtual participativo, a ser proposto e desenvolvido no Iphan. Partindo do conceito de cultura afro-brasileira, elaborado pela pesquisadora Nancy de Souza, que se encontra no prefácio do livro *ABC afro-brasileiro* (2009), é apresentado o complexo campo religioso afro-brasileiro, com base no trabalho de pesquisa do antropólogo Vagner Gonçalves da Silva (2005), publicado em sua obra *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*. Em seguida, são apresentados o conceito de literatura infantojuvenil (SIMÕES, 2013) e as principais fases históricas da literatura infantojuvenil brasileira, conforme proposto por Gregorin Filho (2010), com destaque para o período contemporâneo, no qual as diversidades conquistaram, finalmente, o espaço editorial com publicações que valorizam as suas culturas. Nesse sentido, é apresentado o conceito de literatura afro-brasileira (DUARTE, 2008) e sua “relação de interseção”, conforme proponho, com os livros infantojuvenis com a temática das religiões de matriz africana.

Dessa forma, ao longo deste capítulo, são apresentadas obras literárias infantojuvenis que abordam a temática das religiões de matriz africana de forma ampla, encontradas durante a pesquisa, e delimitadas cronologicamente a partir de 2003, ano de promulgação da lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira. São eles: *ABC afro-brasileiro* (2009), publicado pela Edições SM, *Umbanda para crianças e iniciantes* (2024), publicado pela editora Madras, *Erêmi – o guia da umbanda para crianças de axé (ou de outra fé)* (2020), publicado pela Arole Cultural, e *A Ialorixá e o pajé* (2018), publicado pela editora Solisluna. Concluindo esse capítulo, também é apresentado um breve estudo comparativo entre as edições de 2005 e 2011 da obra literária infantojuvenil intitulada *Lendas de Exu*, do escritor Adilson Martins, cuja edição de 2005 sofreu racismo religioso no espaço escolar, de forma a identificar as estratégias editoriais utilizadas na nova edição.

2.1 – O complexo campo religioso afro-brasileiro

Após o desenvolvimento do capítulo anterior, sobre a importância do letramento racial crítico por meio da literatura infantojuvenil, este capítulo tem o objetivo de apresentar o complexo campo religioso afro-brasileiro e de analisar como ele foi representado em alguns livros infantojuvenis desde 2003, ano em que foi sancionada a lei nº 10.639.

Nesse sentido, o primeiro livro infantojuvenil que se destacou, durante a pesquisa, foi o livro intitulado *ABC afro-brasileiro*, apresentado na Figura 22, a seguir. Publicada em 2009 pela Edições SM, essa obra foi selecionada pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) para compor o seu catálogo[12] para a 47ª Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha, realizada, em 2010, na Itália.



Figura 22 – Capa e contracapa de *ABC afro-brasileiro* (2009)
Fonte: Cunha (2009)

Conforme descrito em sua contracapa, esse livro infantojuvenil faz um retrato, em forma de abecedário, da herança africana na cultura brasileira, com muitos de seus

[12] Esse catálogo se encontra disponível para consulta no site da FNLIJ, através do link: https://fnlij.org.br/wp-content/uploads/2023/05/CatalogoFNLIJBolonha2010.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.

verbetes dedicados a temas relacionados às religiões de matriz africana. Centrada no didatismo, essa obra distingue-se pelo seu lado lúdico verbo-visual, onde o texto escrito e o texto visual preenchem um a lacuna do outro, possibilitando a sua leitura como um livro ilustrado complementar, de acordo com o esquema apresentado na Tabela 1 desta dissertação. Para a criação desse retrato da herança africana, faz-se interessante observar como o texto escrito do peritexto editorial traz elementos que buscam reforçar o seu embasamento feito por meio de pesquisas sobre os temas afro-brasileiros, como demonstra a Figura 23, a seguir.



Figura 23 – Prefácio e orelhas de *ABC afro-brasileiro* (2009)
Fonte: Cunha (2009)

Nesse sentido, observa-se, primeiramente, na segunda orelha do livro, que sua autora, Carolina Cunha, declara, em primeira pessoa, ter nascido em Salvador, onde se

criou e onde estão assentadas as raízes do seu trabalho. O estado da Bahia é considerado o estado de maior ancestralidade africana fora do continente africano, conforme divulgado pela Secretaria de Turismo da Bahia, em seu projeto intitulado "Roteiro das comunidades de terreiros"13, lançado em agosto de 2024. Desse modo, colocar-se como uma autora soteropolitana significa buscar uma posição geográfica de legitimidade para a criação de obras literárias com a temática das religiões de matriz africana, dentre as quais, algumas são mencionadas no final desse texto: "*Eleguá* (2007), *Yemanjá* (2007), [...] *Awani* (2013) e *Ogum Igbo Igbo* (2014)" (CUNHA, 2009). Além disso, a autora se coloca como estudiosa dos temas afro-brasileiros há mais de vinte anos, e agradece a orientação indispensável de seus dois mentores, a griô Nancy Ibijare14 de Souza e o etnólogo e babalaô15 Pierre Verger. De acordo com as características apresentadas na Figura 8, o texto escrito da segunda orelha reforça, portanto, a importância do papel de pesquisadores e candomblecistas para a criação do livro.

Além do reconhecimento feito pela autora, a produção editorial colocou em destaque a contribuição de Nancy de Souza, dedicando-lhe a criação do texto do prefácio do livro conforme demonstra a Figura 23. Pesquisadora e olórìṣà àgbà16 do Ilé Àṣẹ Òpó Àgànjú, terreiro localizado em Lauro de Freitas, na Bahia, essa admirada griô do Espaço Cultural Pierre Verger, conhecida como "Vovó Cici de Oxalá"17, recebeu, em 2023, o título de Doutora Honoris Causa pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) por sua autoridade literária na arte de contação de histórias e transmissão de cultura narrativa africana milenar.

---

[13] Mais informações sobre esse projeto se encontram disponíveis no portal de notícias do estado da Bahia, no link https://www.comunicacao.ba.gov.br/2024/08/noticias/para-incrementar-o-afroturismo-projeto-ago-bahia-lanca-roteiro-turistico-das-comunidades-de-terreiros/

[14] Apesar da pesquisa no Dicionário yorubá-português de José Beniste (2020), não me foi possível identificar o significado do termo "Ibijaré".

[15] Derivação da palavra "Bàbáláwò" da língua iorubá. Significa 'Pai do Segredo' e é uma nomenclatura dada apenas aos Sacerdotes de Ifá. Fonte: https://www.raizesespirituais.com.br/babalao/

[16] Expressão em língua iorubá que significa "deus mais velho", se refere às orixás que representam as mães ancestrais e o feminino sagrado nas religiões de matriz africana. Fonte: dicionário online google iorubá-português.

[17] O pesquisador Israel Valente produziu, em 2023, o documentário intitulado Vovó Cici: Baobá das Letras, que se encontra disponível para consulta no link: https://www.youtube.com/watch?v=qk5XPoHjAEw. Acesso em: 03 jan. 2025.



Figura 24 – Nancy de Souza e Silva, a Vovó Cici de Oxalá, Egbomi[18] do Terreiro Ilê Axé Opô Aganjú

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (2016)[19].

Essa relação entre a obra *ABC afro-brasileiro* (2009) e o Espaço Cultural Pierre Verger é novamente fortalecida pelo texto escrito apresentado na primeira orelha. Ele é assinado por Angela Lühning, coordenadora desse espaço cultural e professora titular da Escola de Música da UFBA, onde atua como pesquisadora no campo da etnomusicologia/antropologia, participando do programa de pós-graduação em Música e do programa multidisciplinar de pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Em seu texto, a etnomusicóloga destaca a importância da representação e visibilidade da cultura afro-brasileira na literatura infantojuvenil, na luta contra o desconhecimento e preconceitos que essas manifestações culturais sofreram e ainda sofrem na sociedade

[18] Em língua iorubá, a expressão "ẹ̀gbọ́n mi" significa "minha irmã mais velha". Ebomi é uma palavra de origem iorubá utilizada para designar uma sacerdotisa idosa com vasta experiência e sabedoria na religião afro-brasileira, especialmente na Umbanda e no Candomblé.

Fonte: https://www.significadosdepalavras.com/ebomi#google_vignette. Acesso em: 03 jan. 2025.

[19] Disponível em: https://www.ba.gov.br/cultura/noticia/2024-02/51891/vovo-cici-dedicacao-memoria-aos-contos-e-contacao-de-historias /. Acesso em: 15 dez. 2024.

brasileira.

Concluindo a análise do peritexto editorial, no prefácio escrito por Nancy de Souza[20] para esse livro infantojuvenil, se encontram informações essenciais e basilares para o leitor em seu caminho de conhecimento sobre a cultura afro-brasileira e, portanto, sobre o complexo campo religioso afro-brasileiro. Nele, a griô e pesquisadora destaca que:

> Durante algumas centenas de anos, indivíduos provenientes das mais distintas sociedades africanas se viram deslocados mar adiante para as costas brasileiras do Atlântico. Vieram do Congo, Daomé, Togo, Mali, de Ifé, Oyó, Ketu, Angola, Gana, Moçambique... Para começo, não trouxeram materiais pertences; nada, a não ser uma memória viva de costumes e de palavras.
> Ao som dos atabaques, das cabaças, ao sabor das danças rituais, das comidas sagradas [...] sobretudo no interior dos axés, onde moram os segredos, fizeram deste um mundo imprevisto, de raízes múltiplas e entrelaçadas, que se elabora e evolui constantemente no lastro de antigas tradições orais. (SOUZA, 2009, p.5)

A partir dessa compreensão de que o complexo campo afro-religioso tem "raízes múltiplas e entrelaçadas, que se elabora e evolui constantemente no lastro de antigas tradições orais" (Ibidem), esse tema será apresentado nesse capítulo, entrelaçando os verbetes do livro infantojuvenil *ABC afro-brasileiro* (2009) com o trabalho de pesquisa de Vagner Gonçalves da Silva, professor do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, que compõe a sua *obra Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*, publicada em 2005, pela Selo Negro Edições.

Em seu capítulo intitulado "O candomblé e a reinvenção da África no Brasil", o pesquisador Vagner da Silva inicia o relato sobre a formação das religiões de matriz africana apresentando o "calundu". O termo de origem banto[21] se referia, até o século XVIII, ao lado de outros termos como "batuque" e "batucajé", a forma urbana de culto

---

[20] Apesar da pesquisa no *Dicionário yorubá*-português de José Beniste (2020), não me foi possível identificar o significado do termo "Ayanolá".

[21] No glossário ao final do livro infantojuvenil Falando banto de Eneida D. Gaspar, com ilustrações de Victor Tavares, publicado em 2011, pela Pallas Editora, o termo "banto" apresenta o seguinte verbete: "nome de um grupo de línguas da África e dos povos que falam essas línguas. Existem muitas línguas bantas: umbundo, ambundo, quimbundo, ovibundo, quicongo, quioco, nhungue, macua etc. Muitos escravos vindos para o Brasil eram bantos: os angolas, congos, cambindas, benguelas, moçambiques etc. Hoje em dia, línguas bantas são faladas em diversos países do centro e do sul da África, como Angola, Congo e Moçambique." (GASPAR, 2011, p. 24).

africano, que era organizada em torno de seus sacerdotes, chamados de “calundu” ou “calundeiro”. Ela abrangia uma variedade de cerimônias que sincretizavam elementos africanos, como danças coletivas, cantos e músicas acompanhadas por atabaques, trajes rituais, transe por possessão, adivinhação por meio de búzios, sacrifício de animais e banhos de ervas, a elementos católicos, como crucifixos, anjos e o sacramento do casamento, por exemplo, e também a elementos do espiritismo e a superstições populares de origem europeia.

Os primeiros calundus estiveram confinados aos espaços da fazenda, tendo sido realizados na escuridão das matas e roças ou nos espaços contíguos à senzala – o terreiro, sob a constante vigilância dos capatazes de forma a evitar a fuga dos escravos. Com o crescimento das cidades e o aumento do número dos negros libertos e pessoas escravizadas urbanas, que circulavam com maior autonomia do que as pessoas escravizadas das fazendas, as manifestações afro-religiosas encontraram no espaço urbano melhores condições para se desenvolverem. Relativamente resguardadas da repressão policial, algumas moradias dessa população negra, localizadas em velhos sobrados e casebres coletivos, serviam de ponto de encontro e de culto dos seus deuses, onde se realizavam, com certa frequência, as suas festas religiosas e a preservação dos altares com suas oferendas. O termo “ebó” vem da língua iorubá e significa “oferenda”. Entretanto, foi o termo “macumba” que se generalizou, sendo utilizado, em muitos dos casos em tom pejorativo, para se referir às oferendas e às próprias religiões e seus praticantes, chamados de macumbeiros. Segundo o babalorixá e antropólogo, doutor em ciências sociais pela Pontífica Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Rodney William Eugenio[22] , “[s]e quem pretende nos ofender usa a palavra como xingamento é porque atribui a ela o mesmo teor negativo que a palavra “negro” já teve. Tudo tem sido ressignificado e hoje o povo de terreiro diz com orgulho que é macumbeiro” (EUGENIO, 2022, online).

[22] Entrevista publicada no site da uol e disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/07/17/o-que-e-macumba-termo-deriva-do-instrumento-e-se-tornou-nome-de-culto.htm#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20macumba%20e%20qual%20a%20origem%20e%20uso%20do%20termo?&text=De%20forma%20geral%2C%20macumba%20%C3%A9,de%20Ax%C3%A9%20e%20Apropria%C3%A7%C3%A3o%20Cultural'. Acesso em: 03 jan. 2025.



Figura 25 – Verbete “E”, “ebó”, correspondente a macumba em falares bantos

Fonte: Cunha (2009, p. 12-13)

Essa característica de uso da moradia como espaço de culto foi mantida pela maioria das casas de candomblé do século XIX e dos atuais terreiros de candomblé, formas de organização das religiões de matriz africana que sucederam aos calundus. Também persiste, até hoje, a família-de-santo como forma de organização dos terreiros, onde os vínculos são estabelecidos baseados em laços de parentesco religioso. A pessoa passa a fazer parte de um terreiro e de sua família-de-santo pela “iniciação”, onde ela assume um nome religioso e um compromisso com seu deus pessoal e com seu pai ou mãe-de-santo. Esse iniciado ou essa iniciada passa a ter também irmãos e irmãs-de-santo, que são as pessoas iniciadas por seu pai ou mãe-de-santo, assim como tios, tias, avôs e avós-de-santo. Todos os parentes da família-de-santo devem tratar-se com respeito, amor e obediência aos mais velhos, e ligações de parentesco religioso são estabelecidas também entre terreiros “parentes” de uma mesma família fundadora (SILVA, 2005). Se na África, o controle da religião ficava na mão de sacerdotes ou famílias encarregadas de cultuar certos deuses, no Brasil, devido à separação de famílias e etnias causada pelo tráfico negreiro, “os terreiros tiveram de agrupar o culto a várias entidades, inclusive as de etnias diferentes” (Ibidem, p. 62). Muito importantes na consagração da ancestralidade religiosa africana são os termos “axé” (Àṣẹ) e “ilê-aiê” (ilê-aiyê), que vêm da língua iorubá e significam, respetivamente, força, energia e nossa terra, nossa casa. Além disso, o fio de contas é um instrumento religioso que simboliza a fé e a proteção nas religiões de matriz africana, sendo que, através dele, pode-se saber o grau de iniciação de uma pessoa no candomblé, seu orixá, inquice ou vodum e a qual

nação ela pertence.



Figura 26 – Verbetes “A”, “axé”, “F”, “fio de contas” e “I”, “ilê-aiê”

Fonte: Cunha (2009)

Como expressão de um anseio de reconstrução de sua identidade coletiva, a forma de cultuar os deuses, no candomblé, foi distinguida segundo modelos de rito chamados de “nação”. Os povos de língua e cultura “iorubá forneceram ao candomblé

sua infraestrutura de organização influenciada [...] [pelos] demais grupos étnicos. Desse processo resultaram os dois modelos de culto mais praticados: o rito jeje-nagô e o angola" (SILVA, 2005, p. 65).

O rito jeje-nagô abrange as nações nagôs (queto, ijexá) e as jejes (jeje-fon e jeje-marrin) e, conforme o autor:

> No terreiro onde esse rito é praticado, geralmente cultuam-se orixás, voduns, erês (espíritos infantis) e caboclos (espíritos indígenas). Os terreiros onde prevalece o culto aos orixás são popularmente conhecidos como candomblé de queto; os de culto aos voduns são chamados de candomblé jeje (SILVA, 2005, p. 66).



Figura 27 – Verbetes "K", "ketu", e, "V", "voduns"

Fonte: Cunha (2009)

Nos terreiros partidários da noção de "pureza" ritual, questão bastante debatida

pelos adeptos das religiões de matriz africana e pelos pesquisadores da área, o culto aos caboclos, assim como o sincretismo com os santos católicos, têm sido malvistos e em muitos casos abolidos. Nessa nação, os atabaques são percutidos com pequenas varinhas (os aguidavis), e canta-se para os orixás, principalmente em língua africana e segundo seus ritmos característicos, como o adarrum, agueré, bravum, ijexá, sató e vamunha. O rito angola enfatiza a herança das religiões de origem banto e abrange, principalmente, o cerimonial congo e cabinda. Essa nação é a mais popular e a mais praticada pelo povo-de-santo e cultua, além dos inquices (deuses dos bantos), os orixás, os voduns, os vunjes (espíritos infantis) e os caboclos. Os terreiros dessa nação são chamados de candomblé de angola e os atabaques são percutidos com as mãos, tendo como ritmos característicos a cabula, o congo e o barravento ou muzenza. As cantigas possuem muitos termos em português. Sempre aberto às influências católicas e ameríndias, e também à jeje-nagô, o candomblé de angola se difundiu por quase todo o Brasil, recebendo "nomes próprios como cabula, no Espírito Santo, macumba, no Rio de Janeiro, e candomblé de caboclo, na Bahia" (SILVA, 2005, p. 67). Sobre os atabaques nas religiões afro-brasileiras, destaca-se o verbete "hun" do livro *ABC afro-brasileiro* (2009).



Figura 28 – Verbete "H", "hun"
Fonte: Cunha (2009)

É importante destacar que a associação entre os deuses das várias etnias dos povos negros africanos já ocorria na África, antes mesmo do tráfico negreiro, facilitada pelo fato do conceito de inquice dos bantos, de orixá dos iorubás e de vodum dos jejes

se referirem a divindades "vistas como forças espirituais humanizadas, com personalidades próprias, características físicas, domínios naturais, e algumas [terem vivido] na terra antes de se tornarem espíritos divinizados" (SILVA, 2005, p. 69), e por essas religiões terem em comum a crença em um ser supremo, que "criou a natureza e as divindades intermediárias que estão acima dos homens [...] chamado de Olodumarê[23] entre os iorubás, de Mavu e Lissa[24] entre os jejes e de Zambi entre os bantos" (Ibidem, p. 69-70).

No Brasil, fatores como a repressão ao culto e a influência de etnias africanas, ameríndias e do catolicismo fizeram com que esses cultos apresentassem características regionais. Incorporando a cultura local, variações do rito jeje-nagô podem ser identificadas no "batuque" do Rio Grande do Sul e no "xangô" de Pernambuco. A forte influência dos jejes criou, na região do Maranhão e do Pará, a forma de culto chamada de "tambor-de-mina", sendo "mina" uma referência ao forte português São Jorge da Mina, localizado atualmente na cidade de Elmina, em Gana, importante entreposto do tráfico negreiro. O terreiro Casa das Minas[25], fundado em São Luís do Maranhão, no século XIX, foi onde mais se desenvolveu o culto aos voduns, divindades dos jejes, e onde apenas o culto às divindades africanas é admitido. Além de rezarem a ladainha em frente ao oratório cristão, antes de homenagearem as divindades africanas, no tambor-de-mina, divindades não-africanas como os "encantados", como os caboclos da mata Tabajara e Corre-Beirada, nobres portugueses e franceses, e turcos e mouros também são cultuados. O culto a esse amplo panteão também é chamado de "tambor-da-mata" ou "terecô". No Pará, "o culto aos voduns, realizado ao lado das entidades da mata, ficou conhecido como 'babassuê', derivação de batuque-de-Santa-Bárbara (ou barba-suêra), onde essa santa aparece como padroeira de muitos terreiros" (SILVA, 2005, p. 85).

O culto chamado de "cabula" recebeu forte influência das práticas bantos, mas parece ter desaparecido, tendo se transformado em outras denominações, como as "macumbas" do Rio de Janeiro, que se aproximavam muito das práticas da cabula, pelo fato de o chefe de culto também ser chamado de "embanda, umbanda ou quimbanda, e

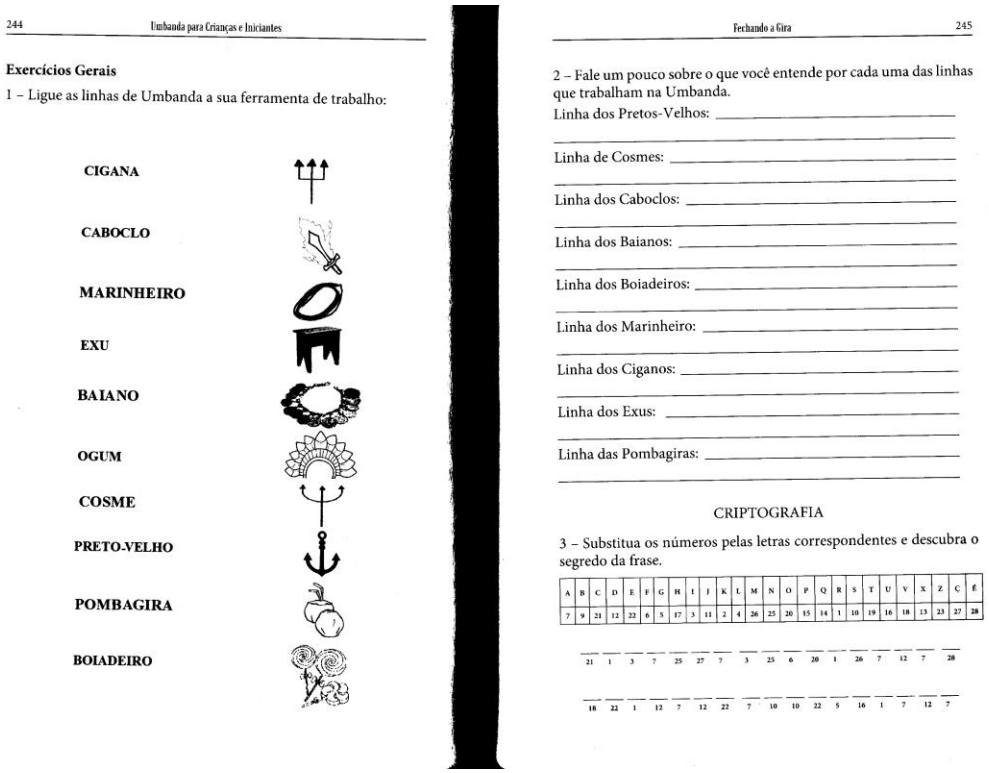
[23] Ver a referência a "Olodumarê (o criador do universo)" do verbete "A", "axé", apresentado na Figura 26.
[24] Ver a referência ao "panteão celeste de Mawu-Lisa" do verbete "V", "voduns", apresentado na Figura 27.
[25] O Terreiro Casa das Minas Jeje, em São Luís, Maranhão, foi tombado pelo Iphan em 2002.

seus ajudantes, cambono ou cambone. As iniciadas eram as filhas-de-santo, por influência do rito jeje-nagô, ou médiuns, por influência do espiritismo" (Ibidem, p. 86). Nas sessões de macumba, procurava-se cultuar o maior número de linhas possível, as quais são agrupadas de acordo com as entidades, como os orixás, inquices, caboclos e santos católicos, como a "linha da Costa, de Umbanda, de Quimbanda, de Mina, de Cabinda, do Congo, do Mar, de Caboclo, linha Cruzada, etc" (SILVA, 2005, p. 87). Essa abrangência de cultos sob o termo "macumba" parece ter sido o motivo de sua grande popularidade e denominação indiscriminada para as religiões de matriz africana, em geral. "O culto aos caboclos, tão presentes na religiosidade dos bantos, deu origem ao candomblé de caboclo, considerado [...] como uma variação do candomblé de angola, no qual os deuses indígenas [têm] o mesmo [papel central] dos orixás" (Ibidem, p. 87). Além de representarem os espíritos dos indígenas mortos que retornam à terra como "encantados", também podem ser vistos como representantes da população mestiça, sendo classificados, em muitos terreiros, como "caboclos de pena", porque usam o cocar, ou "boiadeiros", quando vestem chapéu de couro, e seus nomes costumam fazer referência à natureza cultuada pelos indígenas, como "caboclo Sol", "caboclo Lua Nova", "caboclo Mata Verde", entre outros (SILVA, 2005).

Finalizando essa apresentação introdutória das religiões de matriz africana, na região norte do Brasil, que vai da Amazônia a Pernambuco, onde a influência indígena foi mais intensa, desenvolveram-se os cultos denominados de "catimbó", "pajelança" e "cura" ou "mesa de cura". Sem grandes distinções entre si, essas religiões são, essencialmente, de caráter mágico-curativo, baseadas no culto dos "mestres", que são "entidades sobrenaturais que se manifestam como espíritos de [indígenas] (caboclos), de animais ou de antigos e prestigiados chefes de culto" (SILVA, 2005, p. 89), onde "[a] função básica dos mestres, quando incorporados, é curar doenças, receitar remédios e exorcizar com o poder de seu maracá as 'coisas-feitas' e os maus espíritos do corpo das pessoas" (Ibidem, p. 89). Na pajelança da região amazônica, é muito frequente a utilização da bebida sagrada denominada "jurema", feita com a casca da árvore de mesmo nome, para que o pajé tenha visões e sonhos (SILVA, 2005).

Sobre essas práticas religiosas do candomblé que se amalgamaram com elementos de outras crenças, indígenas e europeias, formando outras religiões afro-brasileiras, como a umbanda, foram encontrados, durante a pesquisa, somente dois

livros dedicados ao público infantojuvenil. O primeiro livro, intitulado *Umbanda para crianças e iniciantes*, de autoria de Doris Carajilescov Pires, foi publicado em 2024, pela Madras Editora. Conforme demonstra a Figura 29, a seguir, esse livro volumoso de 271 páginas, além de abordar temas importantes da umbanda, traz exercícios, em forma de: perguntas, caça-palavras, palavras cruzadas, criptogramas, desenhos para colorir, desenhos a serem criados através de "ligue os pontos", e, jogo do labirinto; que combinados com a apresentação de datas festivas, dão a esse livro a forma de um almanaque.



244 Umbanda para Crianças e Iniciantes

Exercícios Gerais

1 – Ligue as linhas de Umbanda a sua ferramenta de trabalho:

CIGANA
CABOCLO
MARINHEIRO
EXU
BAIANO
OGUM
COSME
PRETO-VELHO
POMBAGIRA
BOIADEIRO

Fechando a Gira 245

2 – Fale um pouco sobre o que você entende por cada uma das linhas que trabalham na Umbanda.

Linha dos Pretos-Velhos: _____

Linha de Cosmes: _____

Linha dos Caboclos: _____

Linha dos Baianos: _____

Linha dos Boiadeiros: _____

Linha dos Marinheiro: _____

Linha dos Ciganos: _____

Linha dos Exus: _____

Linha das Pombagiras: _____

CRIPTOGRAFIA

3 – Substitua os números pelas letras correspondentes e descubra o segredo da frase.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	X	Z	Ç	É
7	9	21	12	22	6	5	17	3	11	2	4	26	25	20	15	14	1	10	19	16	18	13	23	27	28

21 1 3 7 25 27 7 3 25 6 20 1 26 7 12 7 28

18 22 1 12 7 12 22 7 10 10 22 5 16 1 7 12 7

Figura 29 – Exercício do livro *Umbanda para crianças e iniciantes* (2024)
Fonte: Carajilescov (2024)

Através da análise do seu peritexto editorial, apresentado na Figura 30, a seguir, percebe-se que, alinhada às características recorrentes dos autores que se dedicam à criação de obras infantojuvenis no campo afro-religioso, apresentadas na Figura 8, a autora é apresentada, na primeira orelha do livro, como pesquisadora e umbandista. Faz-

se interessante, entretanto, observar, na ilustração da capa do livro, a escolha de representação dos orixás, apesar do texto escrito na contracapa indicar que, além dos orixás, serão tratados no livro temas como: Allan Kardec, Zélio de Moraes, Umbanda, as guias, os atabaques e outros.

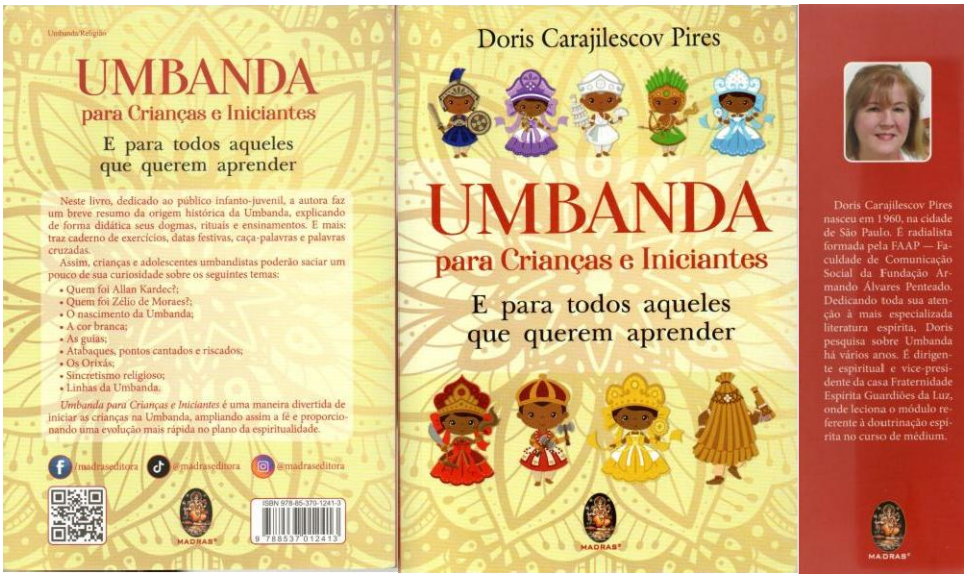


Figura 30 – Capa, contracapa e primeira orelha do livro *Umbanda para crianças e iniciantes* (2024)

Fonte: Carajilescov (2024)

Nesse sentido, contrapõe-se o segundo livro infantojuvenil encontrado durante a pesquisa sobre a umbanda, intitulado *Erêmi: o guia da umbanda para crianças de axé (ou de outra fé)*, de criação de Luana Leandro e Bruno Fernandes Barelli, publicado em 2020, pela editora Arole Cultural, pois, em sua capa estão representados os erês, o preto-velho, o caboclo, o boiadeiro, a pombagira e exu, conforme demonstra a Figura 31, a seguir.

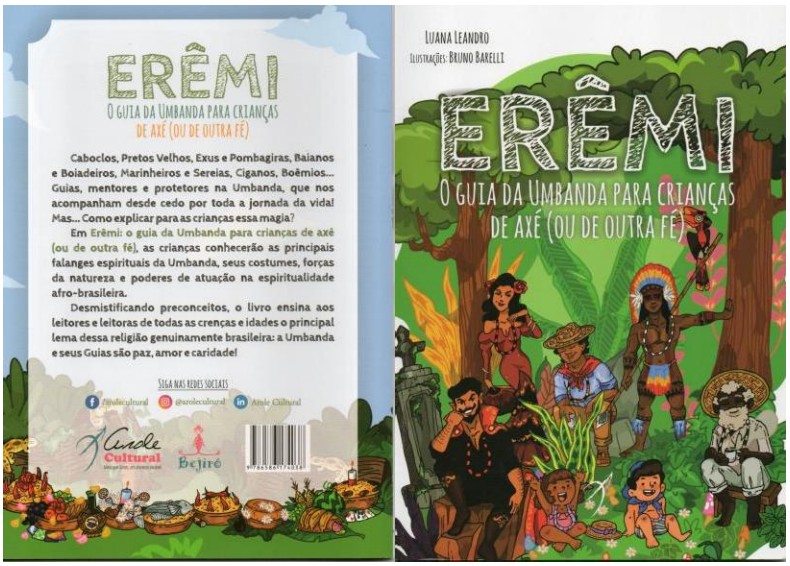


Figura 31 – Contracapa e capa de *Erêmi* (2020)

Fonte: Leandro e Barelli (2020)

No artigo online “Entre orixás e livros”, de 05 de junho de 2019, o portal de notícias sobre o mercado editorial PublishNews destaca o trabalho de publicação da Arole Cultural:

> Até pouco tempo atrás, o leitor mais atento podia enumerar, usando os dedos de uma mão, aquelas editoras que se dedicavam a publicar livros sobre as religiões de matrizes africanas. A Madras e a Pallas são as mais conhecidas e que estão há mais tempo na estrada, mas esse número tem crescido. Recentemente, duas novas casas chegaram – cada uma com as suas especificidades – para ocupar um espaço ao sol. A Arole, que já completa dois anos de vida, é uma delas. A casa, capitaneada pelo babalorixá Diego de Oxóssi e focada especificamente no candomblé, computa 12 títulos publicados (com a previsão de mais 20 até o fim desse ano); 15 mil exemplares vendidos e mais de três mil clientes ativos e recorrentes em seu e-commerce próprio. (NETO, 2019)

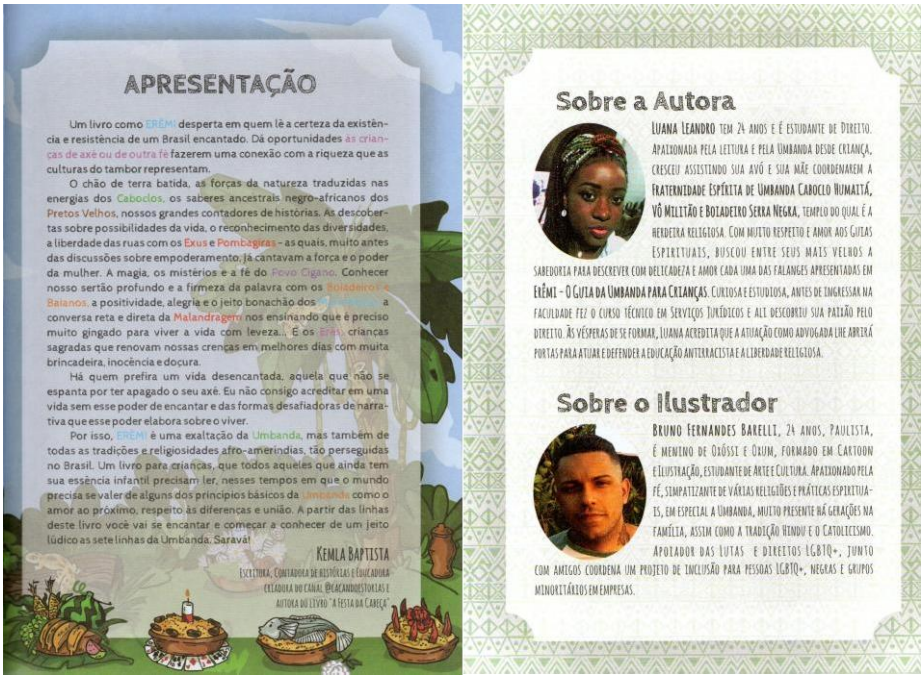
Através da análise do peritexto editorial, apresentado na Figura 32, a seguir, percebe-se que os jovens autores do livro são apresentados como umbandistas e defensores da liberdade religiosa, da educação antirracista e dos direitos LGBTQ+. Fortalecendo a importância de uma educação antirracista, a apresentação do livro é feita por um texto escrito assinado pela escritora, contadora de histórias e educadora Kemla

Baptista[26], no qual ela destaca que "[u]m livro como *Erêmi* desperta em quem lê a certeza da existência e resistência de um Brasil encantado [...] [o livro] é uma exaltação da Umbanda, mas também de todas as tradições e religiosidades afro-ameríndias, tão perseguidas no Brasil" (BAPTISTA, 2020, p. 3).



Figura 32 – Imagens da contadora de histórias Kemla Baptista e seu podcast

Fonte: Freitas (2021)[27]



APRESENTAÇÃO

Um livro como ERÊMI desperta em quem lê a certeza da existência e resistência de um Brasil encantado. Dá oportunidades às crianças de axé ou de outra fé fazerem uma conexão com a riqueza que as culturas do tambor representam.

O chão de terra batida, as forças da natureza traduzidas nas energias dos Caboclos, os saberes ancestrais negro-africanos dos Pretos Velhos, nossos grandes contadores de histórias. As descobertas sobre possibilidades da vida, o reconhecimento das diversidades, a liberdade das ruas com os Exus e Pombagiras – as quais, muito antes das discussões sobre empoderamento, já cantavam a força e o poder da mulher. A magia, os mistérios e a fé do Povo Cigano. Conhecer nosso sertão profundo e a firmeza da palavra com os Boiadeiros e Baianos, a positividade, alegria e o jeito bonachão dos Malandragem a conversa reta e direta da Malandragem nos ensinando que é preciso muito gingado para viver a vida com leveza... E os Erês, crianças sagradas que renovam nossas crenças em melhores dias com muita brincadeira, inocência e doçura.

Há quem prefira um vida desencantada, aquela que não se espanta por ter apagado o seu axé. Eu não consigo acreditar em uma vida sem esse poder de encantar e das formas desafiadoras de narrativa que esse poder elabora sobre o viver.

Por isso, ERÊMI é uma exaltação da Umbanda, mas também de todas as tradições e religiosidades afro-ameríndias, tão perseguidas no Brasil. Um livro para crianças, que todos aqueles que ainda tem sua essência infantil precisam ler, nesses tempos em que o mundo precisa se valer de alguns dos princípios básicos da Umbanda como o amor ao próximo, respeito às diferenças e união. A partir das linhas deste livro você vai se encantar e começar a conhecer de um jeito lúdico as sete linhas da Umbanda. Saravá!

KEMLA BAPTISTA

ESCRITORA, CONTADORA DE HISTÓRIAS E EDUCADORA CRIADORA DO CANAL @CACANDOESTORIAS E AUTORA DO LIVRO "A FESTA DA CABEÇA"

Sobre a Autora

LUANA LEANDRO TEM 24 ANOS E É ESTUDANTE DE DIREITO. APAIXONADA PELA LEITURA E PELA UMBANDA DESDE CRIANÇA, CRESCEU ASSISTINDO SUA AVÓ E SUA MÃE COORDENAREM A FRATERNIDADE ESPÍRITA DE UMBANDA CABOCLO RUMAITÁ, VÔ MILITÃO E BOIADEIRO SERRA NEGRA, TEMPLO DO QUAL É A HERDEIRA RELIGIOSA. COM MUITO RESPEITO E AMOR AOS GUIAS ESPIRITUAIS, BUSCOU ENTRE SEUS MAIS VELHOS A SABEDORIA PARA DESCREVER COM DELICADEZA E AMOR CADA UMA DAS FALANGES APRESENTADAS EM ERÊMI - O GUIA DA UMBANDA PARA CRIANÇAS. CURIOSA E ESTUDIOSA, ANTES DE INGRESSAR NA FACULDADE FEZ O CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS E ALI DESCOBRIU SUA PAIXÃO PELO DIREITO. ÀS VÉSPERAS DE SE FORMAR, LUANA ACREDITA QUE A ATUAÇÃO COMO ADVOGADA LHE ABRIRÁ PORTAS PARA ATUAR E DEFENDER A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A LIBERDADE RELIGIOSA.

Sobre o Ilustrador

BRUNO FERNANDES BARELLI, 24 ANOS, PAULISTA, É MENINO DE OXÓSSI E OXUM, FORMADO EM CARTOON E ILUSTRAÇÃO, ESTUDANTE DE ARTE E CULTURA. APAIXONADO PELA FÉ, SIMPATIZANTE DE VÁRIAS RELIGIÕES E PRÁTICAS ESPIRITUAIS, EM ESPECIAL A UMBANDA, MUITO PRESENTE HÁ GERAÇÕES NA FAMÍLIA, ASSIM COMO A TRADIÇÃO HINDU E O CATOLICISMO. APOIADOR DAS LUTAS E DIREITOS LGBTQ+, JUNTO COM AMIGOS COORDENA UM PROJETO DE INCLUSÃO PARA PESSOAS LGBTQ+, NEGRAS E GRUPOS MINORITÁRIOS EM EMPRESAS.

Figura 33 – Apresentação e informação sobre os autores de *Erêmi* (2020)

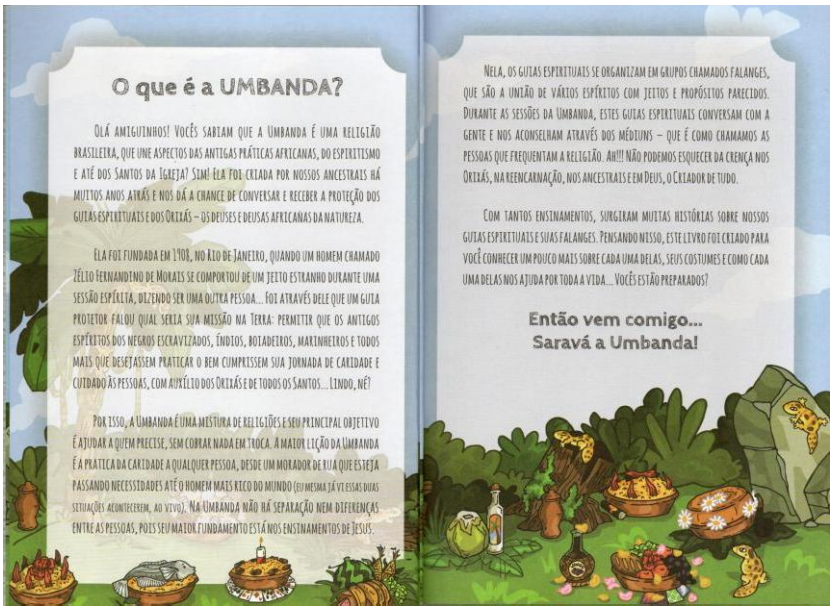
Fonte: Leandro e Barelli (2020)

---

[26] O vídeo intitulado *Evidências das Culturas Negras – Infância Negra com Vovó Cici e Kemla Baptista* se encontra disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=Sg3lJptppR0. Acesso em: 03 jan. 2025.

[27] Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/causadores-kemla-baptista/. Acesso em: 03 jan. 2025.

Apresentando as principais linhas da umbanda, destacadas em cores diferentes no texto de apresentação, assim como o livro infantojuvenil *Ọmọ-oba*, analisado no Capítulo 1 desta dissertação, o livro *Erêmi* (2020) apresenta-se, de acordo com a proposta tipológica apresentada na Tabela 1, como um "texto narrativo com pelo menos uma imagem por página dupla (não é dependente da imagem)". Centrado no didatismo, esse livro tem um capítulo dedicado à pergunta "O que é a Umbanda?" e os seus demais capítulos se dedicam a apresentar as falanges (grupos) dos guias espirituais: caboclos e caboclas; pretos e pretas velhas; Cosme, Damião e os erês; baianos e baianas; boiadeiros e boiadeiras; marinheiros e o povo das águas; sereias; pombagiras; ciganos e o povo do oriente; os malandros e a boemia; os orixás; orí, o anjo-da-guarda; e Exu e o povo da rua, os quais, juntamente com o capítulo introdutório, se encontram disponíveis para leitura e análise na Figura 34, a seguir.



O que é a UMBANDA?

Olá amiguinhos! Vocês sabiam que a Umbanda é uma religião brasileira, que une aspectos das antigas práticas africanas, do espiritismo e até dos Santos da Igreja? Sim! Ela foi criada por nossos ancestrais há muitos anos atrás e nos dá a chance de conversar e receber a proteção dos guias espirituais e dos Orixás – os deuses e deusas africanas da natureza.

Ela foi fundada em 1908, no Rio de Janeiro, quando um homem chamado Zélio Fernandino de Morais se comportou de um jeito estranho durante uma sessão espírita, dizendo ser uma outra pessoa... Foi através dele que um guia protetor falou qual seria sua missão na Terra: permitir que os antigos espíritos dos negros escravizados, índios, boiadeiros, marinheiros e todos mais que desejassem praticar o bem cumprissem sua jornada de caridade e cuidado às pessoas, com auxílio dos Orixás e de todos os Santos... Lindo, né?

Por isso, a Umbanda é uma mistura de religiões e seu principal objetivo é ajudar a quem precise, sem cobrar nada em troca. A maior lição da Umbanda é a prática da caridade a qualquer pessoa, desde um morador de rua que esteja passando necessidades até o homem mais rico do mundo (eu mesma já vi essas duas situações acontecerem, ao vivo). Na Umbanda não há separação nem diferenças entre as pessoas, pois seu maior fundamento está nos ensinamentos de Jesus.

Nela, os guias espirituais se organizam em grupos chamados falanges, que são a união de vários espíritos com jeitos e propósitos parecidos. Durante as sessões da Umbanda, estes guias espirituais conversam com a gente e nos aconselham através dos médiuns – que é como chamamos as pessoas que frequentam a religião. Ah!!! Não podemos esquecer da crença nos Orixás, na reencarnação, nos ancestrais e em Deus, o Criador de tudo.

Com tantos ensinamentos, surgiram muitas histórias sobre nossos guias espirituais e suas falanges. Pensando nisso, este livro foi criado para você conhecer um pouco mais sobre cada uma delas, seus costumes e como cada uma delas nos ajuda por toda a vida... Vocês estão preparados?

Então vem comigo...
Saravá a Umbanda!



Figura 34 – Capítulos “O que é a Umbanda?” e “Exu e o povo da rua” do livro *Erêmi* (2020)

Fonte: Leandro e Barelli (2020)

Assim como a publicação mais expressiva de livros infantojuvenis com a temática do racismo religioso revelou-se necessária, a partir do trabalho de pesquisa apresentado no Capítulo 1 desta dissertação, o complexo campo religioso afro-brasileiro também se revelou, a partir da pesquisa apresentada neste subcapítulo 2.1, carente de obras literárias infantojuvenis dedicadas às religiões afro-brasileiras, como a umbanda, e, principalmente, com relação àquelas que se desenvolveram em distintas regiões do território brasileiro. De forma a buscar compreender essas lacunas no mercado editorial, o subcapítulo seguinte será dedicado a apresentar o conceito de literatura afro-brasileira e sua relação com os livros infantojuvenis dedicados à temática das religiões de matriz africana.

2.2 – Literatura infantojuvenil afro-brasileira e os livros infantojuvenis com temática das religiões afro-brasileiras: uma relação de interseção

Do ponto de vista da criação literária, a literatura infantojuvenil é a única

manifestação literária que tem um leitor implícito determinado *a priori* - a criança ou o adolescente (SIMÕES, 2013). Além disso, tendo em vista a realidade socioeconômica brasileira, o acesso a obras literárias infantojuvenis se dá, geralmente, por meio das bibliotecas escolares. Nesse sentido, o autor ou autora de um livro infantojuvenil "depara-se com outro leitor potencial, o adulto (pais, família ou professores) que faz a mediação entre o livro e a criança, já que mesmo tendo a criança a liberdade de escolha, é o adulto quem determina o acesso ou não da criança ao livro desejado" (Ibidem, 2013, p. 220). Outrossim, esse duplo interlocutor – criança e adulto – e a concepção de infância na qual se inserem têm determinado, ao longo dos anos, certas características que a obra literária infantojuvenil e seu projeto editorial têm apresentado, conforme esquematizado na Figura 35, a seguir.

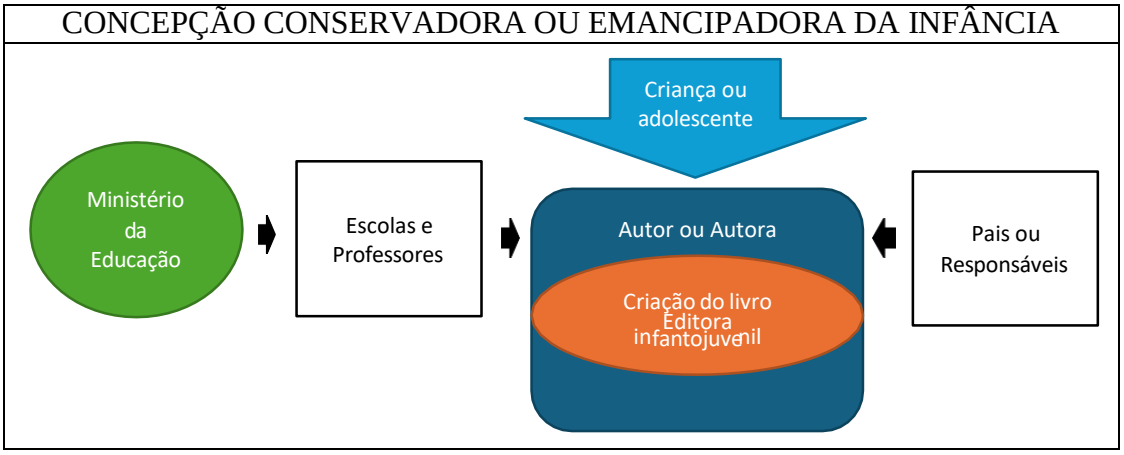


Figura 35 – Fatores que influenciam a criação do livro infantojuvenil
Fonte: Elaboração própria, com base em Simões (2013)

Nesse sentido, Gregorin Filho (2010) destaca que a história da literatura infantojuvenil brasileira está estritamente vinculada à história das práticas pedagógicas, e que a concepção conservadora da infância, com uma educação rigidamente disciplinadora e punitiva, foi sendo substituída, nesse processo histórico, por uma concepção emancipadora da infância. Essa visão emancipadora está em consonância com Nelly Novaes Coelho que diz que: "[a] criança é vista como um ser-em-formação, cujo potencial deve desenvolver-se em liberdade, mas orientado no sentido de alcançar total plenitude em sua realização" (COELHO, 2000, p. 7). Desse modo, Gregorin Filho

(2010) propõe quatro períodos bem demarcados na história da literatura infantojuvenil no Brasil, que são: a) período dos precursores; b) período de Monteiro Lobato; c) período Pós-Lobato; e d) período contemporâneo.

O primeiro período se estende do Brasil-Colônia até a década de 1920 e se caracteriza pela falta de um projeto educativo formal no país até as primeiras iniciativas de organização e sistematização da instrução pública. Os livros infantojuvenis, então, eram basicamente traduções e adaptações de obras literárias europeias, e a literatura infantojuvenil, dentro de uma concepção conservadora da infância, se definia como um instrumento pedagógico pautado pela exemplaridade e pela doutrinação. Seguidamente, o período de 1920 até meados de 1980 se caracteriza pela ruptura operada pela produção de Monteiro Lobato, cujo aspecto mais inovador foi ter dado voz à criança "ainda que uma voz vinda da boca de uma boneca de pano, Emília. A contestação e a irreverência infantis sem barreiras começam a ter espaço e a ser lidas, e adquirem maior concretude com as ilustrações das personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo" (GREGORIN FILHO, 2010, p. 28). Ademais, os livros infantojuvenis de Monteiro Lobato alcançaram grande sucesso de público em suas sucessivas reedições. Ainda com um tom didatizante e a prevalência da "palavra-informação", na obra de Monteiro Lobato, a criança começa a ser percebida como uma realidade mais complexa, capaz de reflexão e crítica.

Os termos "palavra-informação" e "palavra arte" são propostos por Maria Antonieta Antunes Cunha (1988) como forma de analisar a produção de literatura para crianças. Conforme Simões:

> Na perspectiva de uma concepção conservadora de infância, a literatura infantil é, preponderantemente, a expressão da palavra-informação em que a função da literatura infantil deve ser formativa e informativa, portanto atendendo à necessidade de instrução da criança, ao mesmo tempo em que atende sua necessidade pela fantasia, pela distração, pela ludicidade e pelo desenvolvimento de sua imaginação e criatividade. Na perspectiva de uma concepção emancipadora da criança, a literatura infantil é, ao contrário, a expressão da palavra-arte em que a literatura infantil não é exclusivamente informação, mas pluralidade de significados, possibilitando múltiplas interpretações e possibilidades de fruição, como, ademais, é a função de toda outra obra de arte: fonte de conhecimento, reflexão e prazer estético consistindo, justamente nisso, sua função formativa e emancipadora. (SIMÕES, 2013, p. 233)

O período pós-Lobato, que se estende de meados de 1980 a meados de 1990, é:

> marcado pela influência das inovações introduzidas por Lobato e pelo experimentalismo que se instaura, por causa disso, na produção de livros para crianças. Esse experimentalismo se firma a partir das influências da abertura política. A literatura se mostra inquieta e questionadora abordando questões cotidianas e mais realistas. Há uma busca pela aproximação com o leitor-criança através do aguçamento da curiosidade do leitor e do estabelecimento do dialogismo no texto. Além disso, o apelo à visualidade começa a impor sua força na determinação da especificidade da literatura infantil. (SIMÕES, 2013, p. 241)

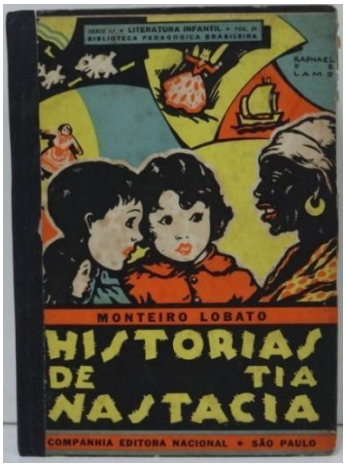
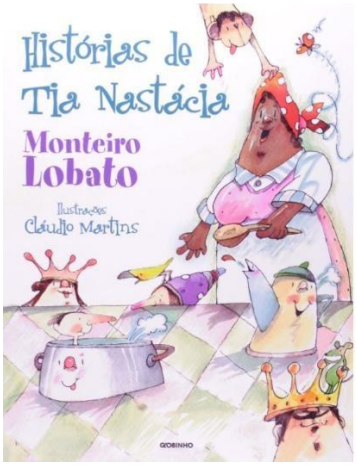
Com o fortalecimento, a partir da redemocratização do país e da CF de 1988, da concepção emancipadora da infância, o período contemporâneo começa em meados de 1990, quando a produção literária para as crianças não nasce mais para se tornar mero recurso pedagógico, pois tem como funções principais: o lúdico, o catártico, o libertador, o cognitivo e o pragmático. A maioria das autoras e autores contemporâneos da literatura infantojuvenil de hoje "trazem as vozes das crianças e o universo cotidiano com seus conflitos [...] [que são] levados às crianças com uma proposta de diálogo, não somente de imposição de valores, por meio de uma literatura que busca a arte, sua característica primeira" (GREGORIN FILHO, 2010, p. 35).

A literatura infantojuvenil contemporânea visa, portanto, a preparar esse ser-em-formação para a vida num mundo repleto de diversidades, as quais foram, até então, em sua grande maioria, silenciadas ou mal representadas no cânone literário brasileiro, como é o caso das personagens e histórias relacionadas à cultura afro-brasileira. Nesse sentido, destaca-se a importância da lei 10.639 de 2003, que impulsionou a produção de livros infantojuvenis com essa temática e colocou em evidência o termo "cultura afro-brasileira" (PEREIRA, 2016).

Nesse âmbito da literatura, a Fundação Cultural Palmares publicou, em 2006, o livro *Literatura afro-brasileira*, cujo capítulo V, intitulado "Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil", de Ione da Silva Jovino, apresenta um breve panorama sobre a representação de personagens negros na literatura infantojuvenil brasileira. Nesse texto, a autora destaca que, embora a obra de Monteiro Lobato seja um marco importante na história da literatura infantojuvenil brasileira, ela reforça uma visão subalternizada e depreciativa das personagens negras, de suas histórias e da cultura afro-brasileira. Por exemplo, em *Histórias de Tia Nastácia*, de Monteiro Lobato (1937), a

personagem Tia Nastácia é uma mulher negra e empregada doméstica, que ao contar histórias da tradição oral, oriundas de pessoas negras mais velhas, tem suas narrativas depreciadas pelas demais personagens. Conforme destacado no trecho desse livro, na Tabela 4, a seguir, tanto a contadora de histórias negra como a tradição oral afrodescendente são colocadas em uma posição de inferioridade, seja culturalmente em relação ao cânone literário europeu: “Viva Andersen! Viva Carroll!”; seja racialmente, com as expressões “negra beiçuda” e “criaturas igualmente ignorantes”.

Quadro 4 – Trecho do livro *Histórias de Tia Nastácia* (1937) e suas capas nas edições de 1934, 1974 e 2011

— Não estou entendendo nada. — Mas isto não é para entender, Emília — respondeu a negra. — É da história. Foi assim que minha mãe Tiaga me contou o caso da princesa ladrona, que eu passo adiante do jeito que recebi. — E esta! — exclamou Emília olhando para dona Benta. — As tais histórias populares andam tão atrapalhadas que as contadeiras contam até o que não entendem. Esses versinhos do fim são a maior bobagem que ainda vi. Ai meu Deus do céu! Viva Andersen! Viva Carroll! — Sim — disse dona Benta. — Nós não podemos exigir do povo o apuro artístico dos grandes escritores. O povo... Que é o povo? São essas pobres tias velhas, como Nastácia, sem cultura nenhuma, que nem ler sabem e que outra coisa não fazem senão ouvir as histórias de outras criaturas igualmente ignorantes, e passá-las para outros ouvidos, mais adulterados ainda. (...) — Pois cá comigo — disse Emília — só aturo essas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e bárbaras — coisa mesmo de negra beiçuda, como tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto...
  

Fonte: Lobato (1982)

Faz-se interessante observar também, a partir da Tabela 4, como a capa de *Histórias de Tia Nastácia*, publicada em 2011, rompe com a caracterização da personagem Tia Nastácia como uma "negra beiçuda", presente nas capas das publicações de 1934 e 1974. Pois, segundo Jovino (2006), é somente a partir de meados dos anos de 1980 que serão encontradas obras literárias infantojuvenis que mostram personagens "negras na sua resistência ao enfrentar os preconceitos, resgatando sua identidade racial, desempenhando papéis e funções sociais diferentes, valorizando as mitologias e as religiões de matriz africana" (JOVINO, 2006, p. 189).

Tendo sido o *corpus* de livros infantojuvenis com a temática das religiões de matriz africana, analisados para essa dissertação, delimitados cronologicamente por publicações a partir de 2003, durante o desenvolvimento da minha pesquisa, houve uma intenção inicial de classificar essas obras literárias como pertencentes à literatura afro-brasileira, em específico, à literatura infantojuvenil afro-brasileira. Entretanto, a análise da autoria desses livros infantojuvenis, conforme os critérios apresentados na Figura 8 desta dissertação, revelou que grande parte dessa produção literária possui, como proponho definir, uma "relação de interseção" com o conceito de literatura afro-brasileira.

Enquanto o conceito de literatura negra, cunhado por intelectuais como o poeta Cuti (Luiz Silva), que em seu artigo intitulado "Negro ou afro não tanto faz" (2010), defende o uso da expressão literatura negro-brasileira para os autores que se assumem, em seus textos, como negros nascidos "na e da população negra que se formou fora da África, e de sua experiência no Brasil" (CUTI, 2010, p.44), se constituindo em uma tradição literária de militância e celebração identitária negra, o conceito de literatura afro-brasileira, conforme apresentado pelo teórico Eduardo de Assis Duarte (2008), em seu artigo intitulado "Literatura afro-brasileira: um conceito em construção", se constitui a partir da conjunção dinâmica de cinco grandes fatores: temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público leitor.

Sobre a temática, a literatura afro-brasileira se nutre do universo humano, social, cultura e artístico do sujeito afrodescendente. Além de uma temática afro-brasileira, esse elemento deve ser complementado por um ponto de vista que se identifica ao processo de resistência e luta desse segmento da população brasileira, ou seja, "[n]as palavras de

Zilá Bernd, essa literatura apresenta um sujeito de enunciação que se afirma e se quer negro" (DUARTE, 2008, p. 13). No âmbito da linguagem, a obra literária se constitui através de uma discursividade específica, com um vocabulário pertencente a práticas linguísticas oriundas da África. Nesse sentido, destaca-se a presença de palavras, expressões e frases na língua iorubá em muitos dos livros infantojuvenis com a temática das religiões afro-brasileiras. Apesar da temática e do ponto de vista das obras literárias infantojuvenis com a temática das religiões afro-brasileiras serem, indiscutivelmente, de valorização e de fortalecimento da cultura afrodescendente, os dois critérios restantes tornaram problemática a classificação dessas obras literárias infantojuvenis como pertencentes à literatura afro-brasileira: a autoria e o público leitor. Primeiramente, a análise do peritexto editorial dessas obras literárias revelou que muitos de seus autores não são declarados ou não se autodeclaram como negros. Além disso, "a formação de um *público leitor* afrodescendente como fator de intencionalidade próprio a essa literatura" (DUARTE, 2008, p. 13) faz parte de um projeto amplo de formação leitora e educacional que busca alcançar, conforme o título do livro infantojuvenil *Erêmi: o guia da Umbanda para crianças de axé (ou de outra fé)* (2020), um público leitor negro e não negro, adepto e não adepto de uma religião afro-brasileira. Por esse motivo, tendo em vista que há livros infantojuvenis com a temática das religiões de matriz africana de autores negros e que essas obras literárias também buscam alcançar um público leitor afrodescendente, proponho essa "relação de interseção", conforme demonstra a Figura 36, a seguir.

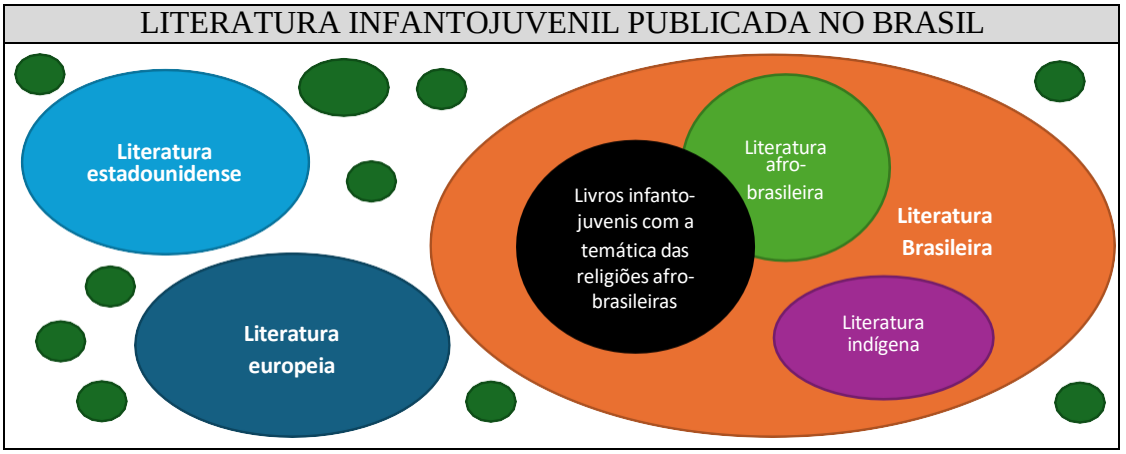


Figura 36 – Relação de interseção da literatura infantojuvenil afro-brasileira com os

livros infantojuvenis sobre a temática das religiões de matriz africana
Fonte: Elaboração própria, com base no catálogo dos selos Brinque-Book, Companhia das Letrinhas, Escarlate e Pequena Zahar, por origem do autor[28]

No campo editorial, essa fissura no cânone literário brasileiro, provocada pela construção da literatura afro-brasileira e/ou negra, é, segundo o intelectual e poeta Edimilson de Almeida Pereira (2010), salutar. Ele aponta que sua cartografia temática, que tem como traços a valorização das heranças afrodescendentes, a reapropriação positiva de símbolos associados negativamente aos negros, a denúncia da violência e da exclusão social e o reconhecimento das figuras heroicas negras através da afirmação de um sujeito enunciador negro, revela-se no desenvolvimento e fortalecimento, nas últimas décadas, do trabalho realizado por editoras dedicadas à publicação de temática negra. Entre elas estão: Selo Negro, em São Paulo; Malê, no Rio de Janeiro; Nandyala; e Mazza, em Belo Horizonte (GODOY, 2023).

Conforme apresentado na Figura 37, a seguir, a editora Mazza destaca, nas páginas iniciais do seu site, o seu empenho em publicar autoras e autores negros que abordam aspectos da cultura afro-brasileira, como é o caso do livro infantojuvenil *Omo-oba*, da autora negra Kiusam de Oliveira, publicado em 2009 pela referida editora, o qual foi analisado no primeiro capítulo desta dissertação.

[28] O site da Companhia das Letrinhas permite a busca de livros infantojuvenis publicados por selo e por origem do autor no seguinte *link*: https://www.companhiadasletras.com.br/Busca?selo=Brinque-Book%2CCompanhia+das+Letrinhas%2CEscarlate%2CPequena+Zahar (acesso em: 03 jan. 2025). Para os selos Brinque-Book, Companhia das Letrinhas, Escarlate e Pequena Zahar foram encontrados os seguintes quantitativos de livros infantojuvenis publicados por origem do autor: Alemanha (27); Angola (2); Argentina (3); Bélgica (3); Bósnia-Herzegovina (2); Brasil (716); Chile (18); Coreia do Sul (7); Dinamarca (3); Escócia (4); Espanha (7); Estados Unidos (67); França (31); Inglaterra (84); Irlanda (4); Israel (10); Itália (11); Japão (1); Moçambique (2); Nigéria (2); Noruega (5); Paquistão (2); Peru (2); Portugal (9); Reino Unido (4); República Tcheca (6); Rússia (2); Suécia (15); Uruguai (1).



Figura 37 – Páginas iniciais do site das editoras Mazza e Nandyala, dedicadas à publicação da temática negra

Fontes: Mazza Edições[29]; Nandyala Livros[30]

Com relação à temática das religiões de matriz africana, destaca-se a publicação da obra *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*, publicada em 2005, pela Selo Negro Edições, a qual serviu como fonte teórica para a breve apresentação sobre o complexo campo afro-religioso, realizada ao início deste capítulo da dissertação. Com relação à editora Malê, seu catálogo dispõe de obras literárias de importantes autores e autoras negras para a literatura brasileira, como Conceição Evaristo, Miriam Alves e Eliana Alves Cruz, assim como obras dedicadas, entre outros temas relacionados à cultura afro-brasileira, à temática das religiões de matriz africana, conforme apresentado na Figura 38, a seguir. Além disso, observa-se, também na Figura 38, um exemplo da criação de um selo específico para a produção literária infantojuvenil, fato crescente, nas duas últimas décadas (GODOY, 2023), como é o caso do selo Malê Mirim no livro infantojuvenil intitulado *Gênios de nossa gente – personalidades negras*, da autora Eliana Alves Cruz e com ilustrações de Estevão Ribeiro (2024).



[29] Disponível em: https://mazzaedicoes.com.br/a-editora/. Acesso em: 03 jan. 2025.

[30] Disponível em: https://nandyalalivros.com.br/. Acesso em: 03 jan. 2025.



Figura 38 – Alguns livros da editora Malê e do selo Malê Mirim
Fonte: Malê Edições[31]

No âmbito das editoras dedicadas à cultura afro-brasileira, destaca-se, também, em grande medida, a Pallas Editora. Fundada em 1975, de acordo com a apresentação em seu site, a Pallas Editora tem dedicado, ao longo dos últimos quase 50 anos, grande parte de seu catálogo aos temas afrodescendentes, pois acredita na compreensão e na valorização dos saberes africanos na diáspora, como uma das matrizes mais importantes da cultura brasileira, abrangendo em seu catálogo desde a "religiosidade – com o registro escrito das tradições orais africanas em nosso país – à literatura, passando pela antropologia, pela sociologia, por livros de referência, pelo cinema, pela filosofia entre outros" (PALLAS EDITORA, 2024, online), conforme demonstra a Figura 39, a seguir.



[31] Disponível em: https://www.editoramale.com.br/. Acesso em: 03 jan. 2025.



Figura 39 – Páginas iniciais do site da editora Pallas
Fonte: Pallas Editora[32]

Sediada na cidade do Rio de Janeiro, em 2013, a Pallas Editora criou o seu selo Pallas Míni[33], buscando consolidar, de acordo com a informação em seu site, conforme demonstra a Figura 39, o seu catálogo de literatura infantojuvenil, “com foco em histórias africanas e afro-brasileiras, em que a cultura negra é protagonista [...] [trabalhando] também no segmento educacional [...] [estimulando] o conhecimento de forma lúdica e prazerosa em pequenos grandes leitores” (PALLAS EDITORA, 2024, online).

[32] Disponível em: https://pallaseditora.com.br/. Acesso em: 03 jan. 2025.

[33] O selo Pallas Míni foi criado em 12 de novembro de 2013, conforme informação enviada pela Editora Pallas em resposta ao meu e-mail enviado no dia 26 de dezembro de 2024.



Figura 40 – Informação no site da Pallas Editora sobre o seu selo Pallas Míni
Fonte: Pallas Editora[34]

Dentre as obras publicadas pela Pallas Editora com a temática das religiões de matriz africana, foram selecionados, durante a pesquisa, os livros infantojuvenis *Modupé, meu amigo* (2015), analisado no primeiro capítulo desta dissertação, e *Exu e o*

[34] Disponível em: https://pallaseditora.com.br/. Acesso em: 03 jan. 2025.

mentiroso[35] (2012), de Rogério Athayde, com ilustrações de Clara Zúñiga, o qual será apresentado e analisado no próximo capítulo, dedicado à proposta do primeiro número do catálogo virtual participativo, e *Lendas de Exu*, de Adilson Martins, cujas edições de 2005 e 2011 são analisadas em um breve estudo comparativo, no subcapítulo, a seguir.

2.2.1 – Livro infantojuvenil *Lendas de Exu*: breve estudo comparativo entre as edições de 2005 e 2011

Conforme destacado em seu artigo pelas pesquisadoras da UFRRJ Luena Pereira e Thais Aguiar (2022), o livro infantojuvenil *Lendas de Exu*, de Adilson Martins (2005; 2011), foi "a primeira obra baseada em Exu a ser autorizada a abordagem nas escolas [tendo sofrido, porém, em 2009] censura dentro de um colégio por representar deidades cultuadas pelas religiões de matriz africana/afro-brasileira" (PEREIRA; AGUIAR, 2022, p. 125). Nesse sentido, esse livro foi tema da dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), de Maria Cristina Marques (2014), intitulada "*Lendas de Exu* sob os holofotes da educação", na qual é relatado todo o processo de racismo religioso sofrido pela obra e por ela própria, enquanto professora, por tê-lo utilizado em sala de aula.

Durante a minha banca de qualificação, a pesquisadora e professora da UFRRJ Luena Pereira me enviou, gentilmente, por e-mail, a capa do livro *Lendas de Exu* da edição de 2005. Criada por Anuska Design, é toda na cor preta, com o título na cor vermelha, sendo essas as cores do orixá Exu, as quais também foram utilizadas em uma das ilustrações do livro *Minhas contas* (2008; 2022), apresentada na Figura 14, no primeiro capítulo desta dissertação. Na análise do peritexto editorial do livro *Lendas de Exu*, nas edições de 2005 e 2011, destaca-se, portanto, primeiramente a alteração da capa, da contracapa e das ilustrações da capa, que, na edição de 2011, foram criadas por Substância 4, tendo sido mantida a criação do projeto gráfico e da diagramação do miolo

[35] O livro *Exu e o mentiroso* (2012) encontra-se no fundo da imagem da contadora de histórias Kemla Baptista, apresentada na Figura 32.

por Anuska Design. Conforme demonstram as Figuras 41 e 42, a seguir, a capa, a contracapa e a folha de rosto do livro passaram a ter, na edição de 2011, a cor branca. O título passou a ter a cor preta, e à capa foi acrescida uma figura de Exu, desenhada em um estilo gráfico direcionado ao público infantojuvenil.

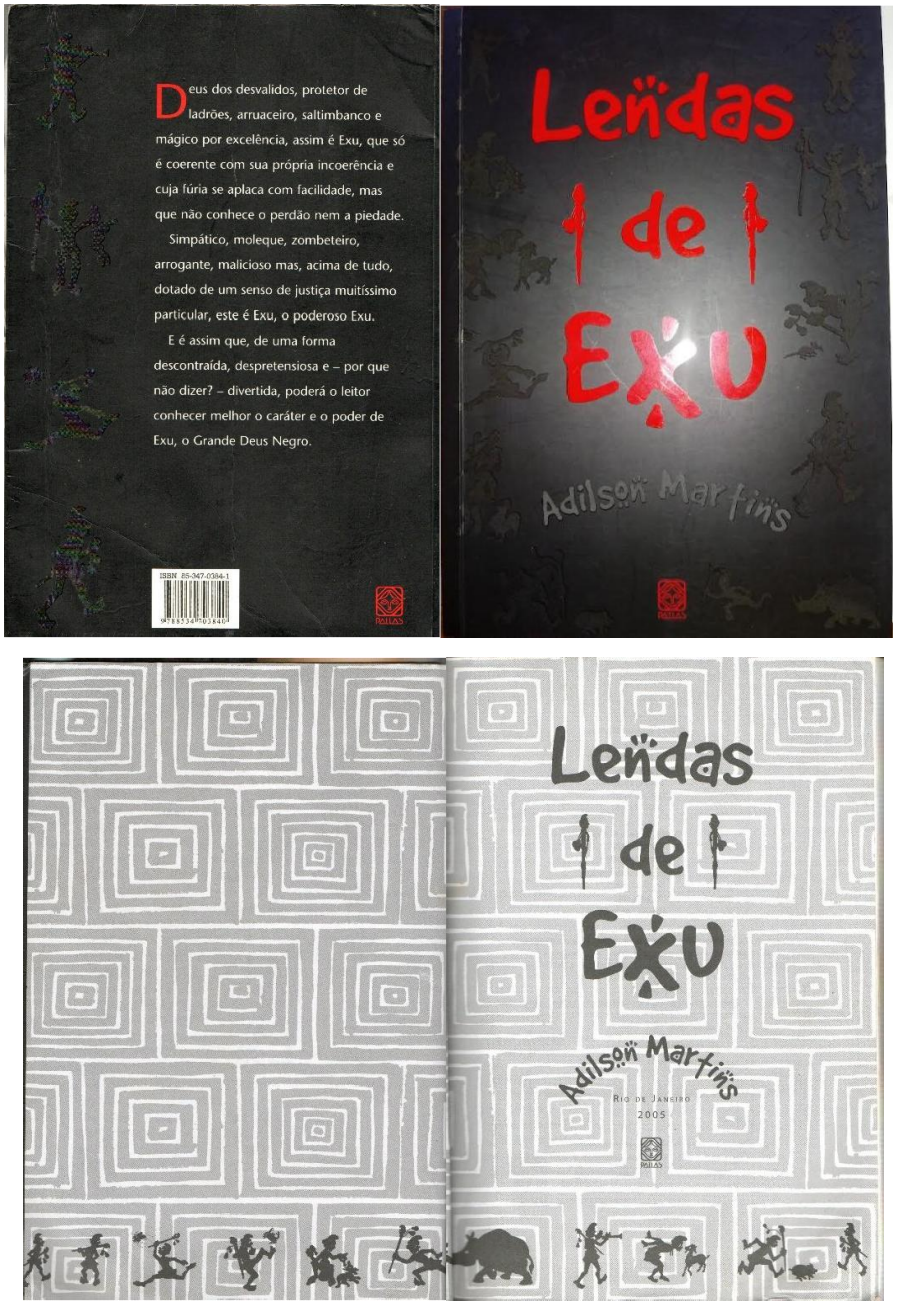
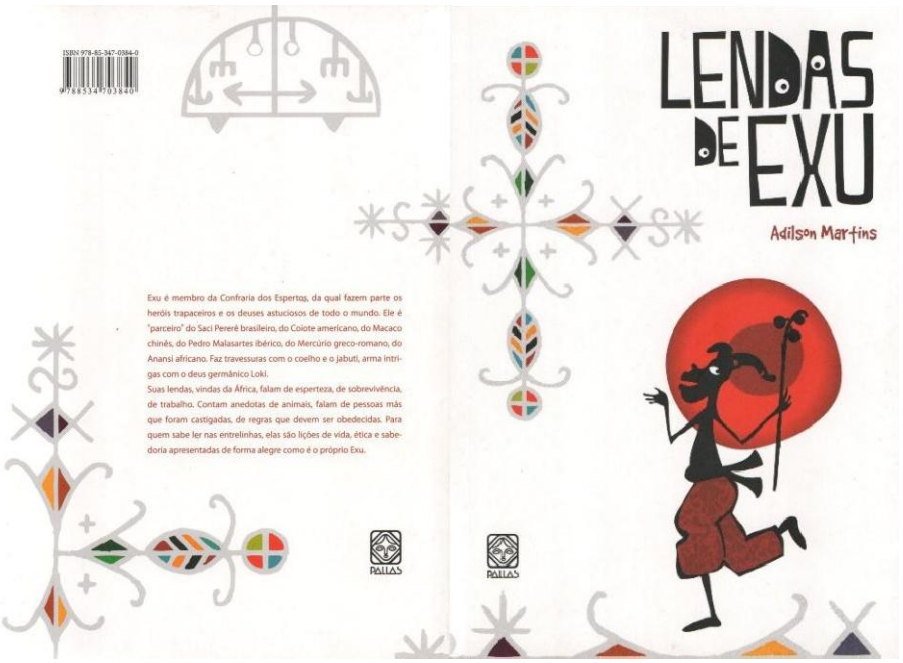


Figura 41 – Contracapa, capa e folha de rosto de *Lendas de Exu*

Fonte: Martins (2005)

Em comparação ao texto escrito da contracapa da edição de 2005, o qual caracteriza Exu como um deus "que não conhece o perdão nem a piedade" e indica que o livro possibilitará ao "leitor conhecer melhor o caráter e o poder de Exu, o Grande Deus Negro" (MARTINS, 2005), o texto da edição de 2011 reforça a ideia de um livro infantojuvenil de lendas, no qual Exu, sendo "membro da Confraria dos Espertos, da qual fazem parte os heróis trapaceiros e os deuses de todo o mundo [...] é 'parceiro' do Saci Pererê brasileiro, do Coiote americano, do Macaco Chinês, do Pedro Malasartes ibérico, [...] do Anansi africano" (MARTINS, 2011), posicionando-o, portanto, como um livro destinado às práticas escolares de leitura.



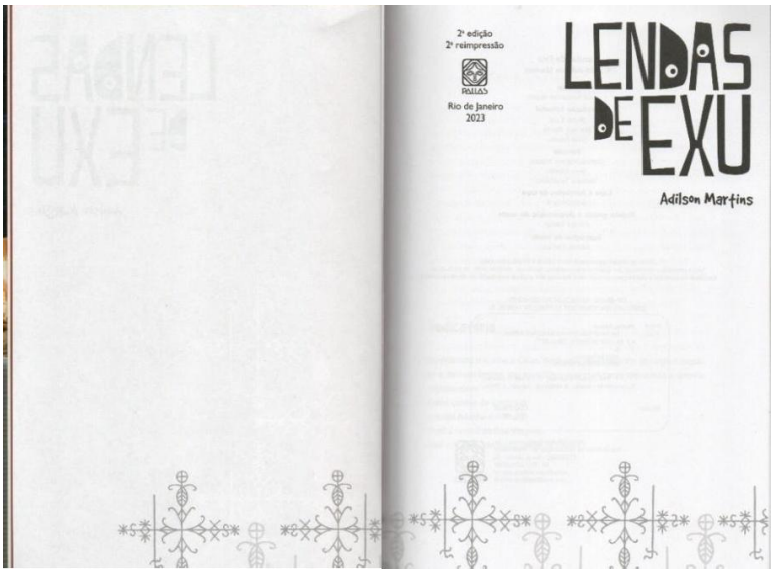


Figura 42 – Contracapa, capa e folha de rosto de *Lendas de Exu*
Fonte: Martins (2011)

Além disso, foi acrescentada à edição de 2011 um texto escrito dedicado ao autor, Adilson Martins, com uma foto sua que reforça a imagem do autor como um escritor, conforme demonstra a Figura 43, a seguir. Nesse texto escrito, é dado destaque aos outros livros infantojuvenis escritor pelo autor: *Erinlé o caçador e outros contos africanos* (2008) e *O papagaio que não gostava de mentiras e outras fábulas africanas* (2008).

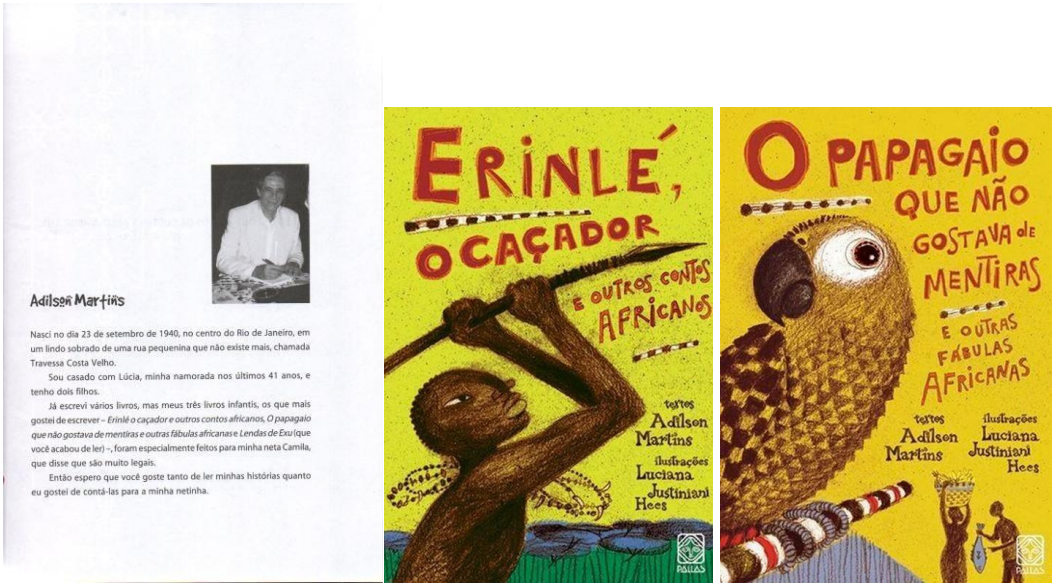
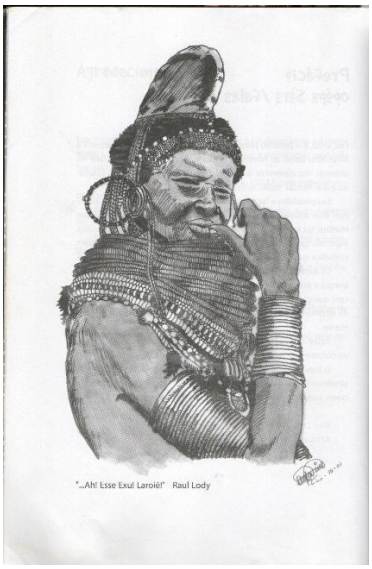


Figura 43 – Texto sobre Adilson Martins em *Lendas de Exu* (2011) e capas de *Erinlé, o caçador e outros contos africanos* (2008) e *O papagaio que não gostava de mentiras e outras fábulas africanas* (2008)

Fonte: Martins (2011)

No que diz respeito ao conteúdo do livro infantojuvenil *Lendas de Exu*, não houve nenhuma alteração com relação aos 44 contos que compõem a obra. No entanto, o texto da introdução da edição de 2005, dedicado a explicar sobre as religiões de matriz africana e, em especial, sobre o orixá Exu, e a ilustração que o acompanhava, foram substituídos, na edição de 2011, por um texto escrito dedicado a posicionar Exu como "um herói como tantos que você conhece" (MARTINS, 2011, p. 11), conforme demonstra a Tabela 5, a seguir.

Quadro 5 – Introdução do livro *Lendas de Exu*, nas edições de 2005 e 2011

Introdução da edição de 2005
 No maravilhoso panteão africano existem centenas de entidades espirituais, objeto de culto dos seguidores das religiões africanas. Todos esses deuses representam manifestações diferenciadas de um Deus Supremo, Olodumare, e se encontram divididos em duas hierarquias distintas. [...] Desta forma, pertencem à categoria mais elevadas Orixás como Obatalá, Orunmilá, Odudúa, Oxaguiã, Oxalufã, Babá Ajalá, além de muitos outros, ao passo que os mais conhecidos e culturados como Ogum, Xangô, Oxóssi, Oxun, Iemanjá, Iansã etc. Fazem farte do grupo de Eboras, embora recebam, também, a denominação de Orixás. Apesar da perfeita distinção hierárquica, nenhum deles é tão importante, tão poderoso e ao mesmo tempo tão injustiçado quanto Exu. Desde o primeiro contato com os seguidores do culto aos Orixás, os missionários cristãos, reconhecendo o grande poder e a enorme influência exercida por Exu sobre os povos aos quais pretendiam dominar pela imposição de suas religiões, trataram de desmoralizar esta entidade e a forma que encontraram para isso foi associá-lo à execrável figura do seu próprio demônio. [...] Quando o culto se disseminou nas Américas, a confusão, portanto, já estava estabelecida, muito embora os seguidores do verdadeiro candomblé tenham a plena consciência de que Exu não é o diabo cristão e nada tem a ver com aquela figura maléfica. No Brasil, por influência do cristianismo, esta magnífica entidade foi comparada ao diabo e, deste sincretismo, criou-se a imagem de Exu provida de rabo e chifres, portando tridentes e, por vezes, dotado de asas como as dos morcegos. Com o surgimento da Umbanda, a confusão tornou-se ainda maior. Determinadas entidades espirituais, dotadas de características próprias e "modus operandis" semelhantes, foram confundidas com Exu, quando na verdade são espíritos desencarnados, eguns, que através das manifestações mediúnicas visam cumprir missões que não nos cabe explicar. [...] A verdadeira importância de Exu deve ser resgatada e seu status, como Orixá, revelado, muito embora isto possa provocar tensões entre numerosos segmentos de adeptos, tanto da Umbanda quanto do Candomblé.
Introdução da edição de 2011
Você já ouviu falar de heróis vigaristas ou de deuses astuciosos? Eles aparecem no folclore de muitos povos. Nosso Saci Pererê é um bom exemplo.

> [...] Na África Ocidental, o homem-aranha Anansi inventa muitoas malandragens.
> [...] Outro vigarista africano, o coelho, foi levado pelos escravos para a América do Norte e tornou-se um dos personagens mais famosos do folclore dos Estados Unidos. Em 1938, o estúdio cinematográfico *Warner Bros*. Criou *Bugs Bunny*, o protagonista da série *Looney Tunes*. Pernalonga, como o coelho é conhecido no Brasil, é hoje uma estrela internacional dos desenhos animados.
> [...] Os portugueses trouxeram para o Brasil o espertalhão Pedro Malasartes.
> [...] Todos esses personagens nos levam ao herói das histórias deste livro. Exu é "irmão" de todos eles.
> [...] Mas, ao contrário de seus "irmãos" da Confraria dos Espertos, Exu sempre foi mal-entendido. Por quê?
> A resposta está na imagem errada que os europeus fizeram dos deuses africanos. Nenhum deles teve uma vida fácil no Novo Mundo. Pertenciam à cultura de povos desterrados e escravizados, que precisavam aprender as coisas "cultas" e "superiores" e esquecer suas "crendices". Foi necessária muita luta para que nossa herança cultural africana começasse a ser respeitada.
> [...] Em *Lendas de Exu*, Adilson Martins está contribuindo para mudar essa situação. Como bom pesquisador que é, reuniu mais de quarenta histórias sobre Exu. Algumas são conhecidas no Brasil; outras vêm diretamente da África. Todas são muito bem recontadas pelo autor. São uma leitura agradável, além de ser uma grande fonte de conhecimentos sobre nossa herança cultural.
> Essa coleção de lendas surgiu em momento bem oportuno. Desde 2003, a lei número 10.639 tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas do Brasil. Então, por que não unir o útil ao agradável?

Fonte: Martins (2005, p. 11-13)

A leitura comparada dos textos escritos na introdução do livro *Lendas de Exu*, nas edições de 2005 e 2011, possibilita identificar a estratégia de Pallas Editora em reposicionar esse livro como um livro escrito por um autor-pesquisador do tema das religiões afro-brasileiras, ou seja, sobre um tema que atende à lei 10.639/2003 e, portanto, adequado ao ambiente escolar. Nesse sentido, parece-me interessante observar, também, como o nome do autor é apresentado, nos livros infantojuvenis, como Adilson Martins, tendo em vista que em outras obras do autor publicadas pela editora, dedicadas ao público adulto, é dada importância à sua posição de babalaô, conforme demonstra a Figura 44, a seguir, inclusive nos livros publicados postumamente, pois o autor faleceu no ano de 2011.

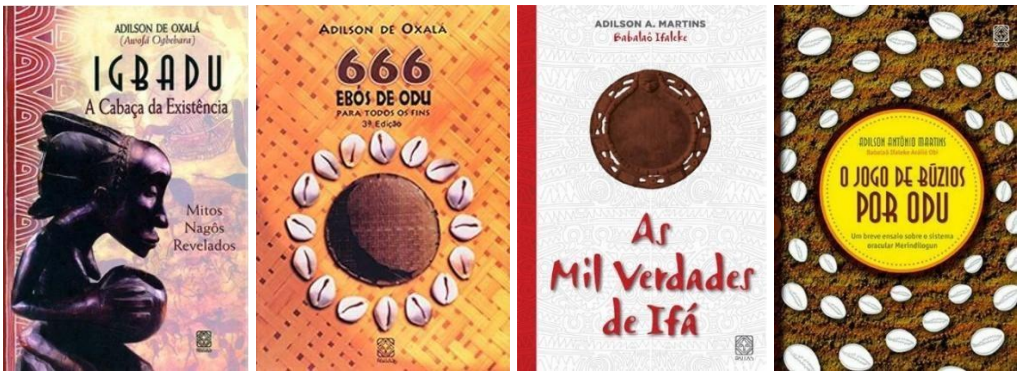


Figura 44 – *Igbadu, a cabaça da existência* (2006), *666 ebós de odu* (2006), *As mil verdades de Ifá* (2012), e *O jogo de búzios por odu* (2013), de Adilson Martins

Fontes: Martins (2006; 2006; 2012; 2013)

Assim como Pierre Verger, Adilson Martins também foi um babalaô:

> O termo Babalaô tem origem na língua iorubá, uma das principais línguas faladas na Nigéria e em outros países da África Ocidental. A palavra é composta por "baba", que significa "pai", e "alaô", que pode ser traduzido como "aquele que possui o segredo". Dessa forma, Babalaô pode ser entendido como "pai detentor do segredo" ou "pai do segredo". Esse título é conferido ao sacerdote devido ao seu conhecimento profundo dos rituais, dos mitos e dos ensinamentos transmitidos pelos ancestrais. O Babalaô desempenha diversas funções dentro da religião do Candomblé. Uma das principais é a realização de consultas oraculares, por meio das quais ele busca orientação divina para os questionamentos e problemas apresentados pelos fiéis. Essas consultas podem ser feitas de diferentes formas, como a leitura dos búzios, a interpretação dos odus (símbolos divinatórios) ou a comunicação direta com os orixás (divindades). Além disso, o Babalaô também é responsável por realizar rituais de iniciação, nos quais os adeptos são consagrados aos orixás e recebem o axé (energia vital) necessária para seguir o caminho religioso. Ele também é encarregado de realizar oferendas e sacrifícios aos deuses, com o objetivo de estabelecer uma relação de reciprocidade e fortalecer os laços entre os seres humanos e as divindades. O Babalaô é um sacerdote que possui um conhecimento vasto e profundo sobre a religião do Candomblé. Ele deve estudar e dominar os mitos, os rituais, as rezas, as danças e as músicas relacionadas aos orixás e aos ancestrais. Além disso, ele precisa conhecer os segredos e as tradições transmitidos oralmente ao longo das gerações, bem como as diferentes formas de culto e as variações regionais da religião. Esse conhecimento é adquirido por meio de um longo processo de aprendizado, que envolve a convivência com outros sacerdotes mais experientes, a participação em rituais e cerimônias, a observação

> atenta dos ensinamentos transmitidos pelos mais velhos e a realização de estudos teóricos sobre a religião. A formação de um Babalaô pode levar anos, e o aprendizado é contínuo ao longo de toda a vida. (MAGIA E EQUILÍBRIO, 2023)

Percebe-se, portanto, uma estratégia editorial de omissão do título religioso, na capa dos livros infantojuvenis com a temática das religiões de matriz africana, quando o seu autor é adepto de uma dessas religiões. Nesse sentido, destaca-se uma exceção encontrada, o livro infantojuvenil intitulado *A Ialorixá e o pajé*, de autoria de Mãe Stella de Óxossi, com ilustrações de Enéas Guerra, publicado pela Solisluna Editora, em 2018. Nessa obra literária, a autora é apresentada por seu título religioso, na capa do livro, conforme demonstra a Figura 45. A Solisluna Editora iniciou suas atividades em 1993, em Lauro de Freitas, na Bahia, pelos designers Enéas Guerra e Valéria Pergentino e tem em seu catálogo os livros *Orixás: deuses iorubas na África e no novo mundo* (2018) e *Lendas africanas dos Orixás* (2019), de Pierre Verger.

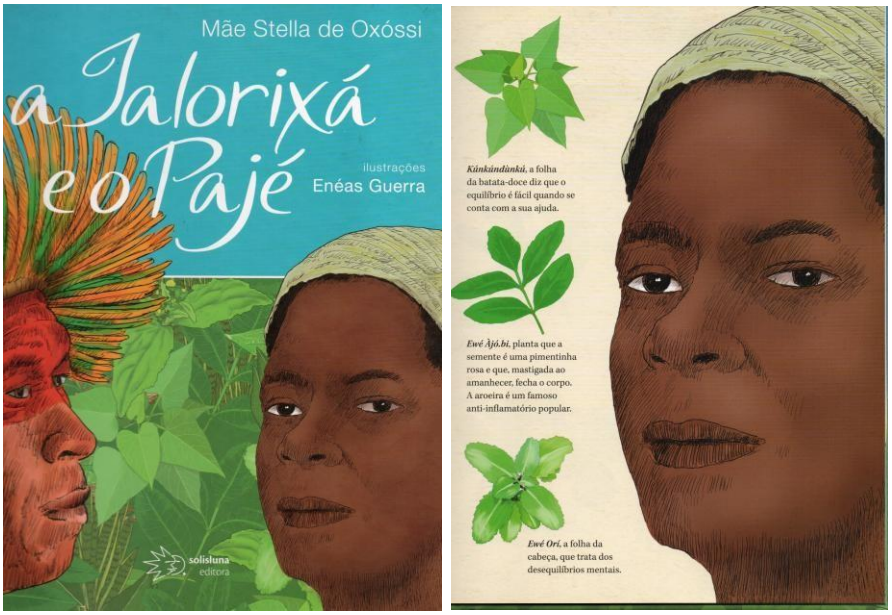




Figura 45 –*A Ialorixá e o pajé,* de Mãe Stella de Oxóssi
Fonte: Santos e Sampaio (2018)

Além de destacar-se por trazer o título religioso de sua autora na capa, esse livro infantojuvenil também se mostra inovador ao trazer o relato do encontro de Mãe Stella com um pajé, quando ela era uma jovem enfermeira, e "a troca de conhecimentos sobre plantas, ervas medicinais, raízes, sementes, folhas e rituais entre uma pessoa nascida na cultura afro-brasileira e outra na cultura indígena", conforme apresentado no site da editora (SOLISLUNA, online). Devido ao fato de esse encontro e a troca de conhecimentos ser um tema pouco desenvolvido na literatura infantojuvenil brasileira com a temática das religiões afro-brasileiras, esse pode se tornar um tema interessante a ser proposto em um número do catálogo virtual participativo. Entretanto, tendo em vista a problemática recepção de livros infantojuvenis que têm a palavra "Exu" em seu título no ambiente escolar, proponho ser esse o tema do primeiro número do catálogo virtual participativo a ser desenvolvido pelo Iphan, conforme será apresentado no próximo capítulo.

3 – Exu na literatura infantojuvenil - “Sentado, sua cabeça bate no teto e de pé / não atinge nem mesmo a altura do fogareiro”

O terceiro e último capítulo desta dissertação tem por objetivo apresentar, como forma de enfrentamento ao racismo religioso que atinge o campo religioso afro-brasileiro, a proposta de uma ação de educação patrimonial, a ser desenvolvida no Iphan, através de um catálogo virtual participativo. Em contraposição ao trabalho educativo dentro de uma perspectiva tradicional e unidirecional, esse catálogo se insere na “nova pedagogia do patrimônio”, conceito definido pela Profª Simone Scifoni, o qual “entende a educação na perspectiva do diálogo e do fortalecimento da autonomia dos sujeitos” (SCIFONI, 2022, p. 2).

Nesse sentido, de forma a retomar a ação de educação patrimonial desenvolvida no período de 2007 a 2014, com a publicação e distribuição do catálogo comentado *Patrimônio e leitura*, esse catálogo virtual participativo deve ser desenvolvido pelo Iphan através de uma ferramenta tecnológica como a plataforma Moodle, com a elaboração de atividades síncronas e assíncronas, em especial, através da promoção de fóruns, nos quais poderão participar todas as partes interessadas na criação e fruição da literatura infantojuvenil com a temática das religiões de matriz africana.

Para o primeiro número do catálogo virtual participativo, intitulado “*Caminhos de Exu* na literatura infantojuvenil”, a proposta é que, através da apresentação dos livros *Awani* (2014), *Lendas de Exu* (2011), *Omo-oba: histórias de princesas e príncipes* (2023), *Eleguá e a sagrada semente de cola* (2007), *Exu: um deus afro-atlântico no Brasil* (2022), e *Exu, dois amigos e uma luta* (2019), nos fóruns denominados “Laroiê, Exu!”, “Contação de histórias e a representação intersemiótica de Exu”, e “Os dois lados do gorro”, uma relação dialógica seja criada e permita a construção mútua de conhecimentos sobre a temática das religiões afro-brasileiras.

Por possibilitar discussões assíncronas, a atividade na plataforma Moodle denominada “Fórum” facilita a troca de ideias e o aprofundamento de tópicos sugeridos no catálogo virtual participativo. Além da troca de mensagens entre os participantes, o fórum possibilita anexar arquivos, como imagens, aos seus *posts*, o que torna a interação mais visual e dinâmica, e especialmente interessante tendo em vista a importância do

papel do texto visual para a literatura infantojuvenil. Além disso, no que tange o papel de mediador do Iphan para o catálogo virtual participativo, a atividade Fórum também possibilita o estabelecimento de um limite de mensagens por integrante, o que promove uma contribuição equilibrada entre os participantes. Entre os cinco tipos de fórum disponíveis na plataforma Moodle, proponho, a princípio, a utilização do "Fórum de Perguntas e Respostas" para os participantes convidados, e a utilização do "Fórum Geral", no qual qualquer participante pode iniciar uma nova discussão, sendo uma ferramenta ideal para debates abertos, onde a participação livre é incentivada.

3.1 – O Iphan e a educação patrimonial

O Iphan é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, tendo como função proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. De forma a poder exercer a sua função, o Iphan possui 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa); 37 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades que são conjuntos urbanos tombados, as chamadas Cidades Históricas; e, ainda, seis Unidades Especiais, sendo duas delas localizadas em Brasília, o Centro Nacional de Arqueologia e Centro de Documentação do Patrimônio, e quatro localizadas no Rio de Janeiro: Sítio Roberto Burle Marx, Paço Imperial, Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular, e Centro Lucio Costa, um centro voltado para a formação de gestores e pesquisadores na área do patrimônio cultural, onde tenho exercido a função de analista de planejamento desde 2015.

A Educação Patrimonial no Iphan envolve todo o conjunto de processos educativos que mobilizam ações de sensibilização e de mediação sobre o campo do Patrimônio Cultural nas políticas públicas. Tais processos devem estar amparados em uma série de premissas conceituais: as comunidades devem ser participantes efetivas das ações educativas; os bens culturais estão inseridos nos espaços de vida das pessoas; a Educação Patrimonial é um processo de mediação; o patrimônio cultural é um campo de conflito; os territórios são espaços educativos; as ações educativas devem levar em

conta a intersetorialidade das políticas públicas; e a abordagem da educação patrimonial deve ser transversal e dialógica. Dentre as ações de educação patrimonial do Iphan, destacam-se: as Casas do Patrimônio; publicações, como o catálogo *Patrimônio e Leitura,* voltado para a literatura infantojuvenil; inventários participativos; e o Edital para projetos de Educação Patrimonial, lançado em 2023, com um investimento total previsto de R$2 milhões, onde organizações da sociedade civil e entidades públicas de todas as esferas puderam submeter propostas para projetos de Educação Patrimonial, em todo o país.

3.2 – Catálogo comentado *Patrimônio e leitura* e a educação patrimonial

Entre as ações de educação patrimonial através da literatura infantojuvenil desenvolvidas pelo Iphan, encontra-se o catálogo comentado de literatura infantojuvenil *Patrimônio e leitura.* Essa ação foi o resultado de uma iniciativa da Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (Copedoc) do Iphan, cujo corpo técnico atualmente integra o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Centro Lucio Costa (CLC/Iphan), em parceria com o Programa de Alfabetização e Leitura (PROALE) da Faculdade de Educação e do Curso de Especialização em Literatura Infantojuvenil do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Com o objetivo de apoiar o trabalho dos professores da educação básica na formação de leitores-cidadãos, esse catálogo buscou instigar o interesse desses jovens leitores por obras literárias infantojuvenis que já circulavam nos espaços educacionais e que tratavam de temas relacionados ao patrimônio cultural brasileiro, como, entre outros, memória, identidade, história, modos de fazer e saberes tradicionais.

A indicação dos livros infantojuvenis foi feita pelo PROALE, integrante do júri da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, e tinha como finalidade auxiliar o professor a introduzir em sala de aula os temas de patrimônio cultural toda vez que um livro selecionado para o catálogo *Patrimônio e leitura* fizesse parte do programa de leitura das escolas. As resenhas das obras literárias selecionadas procuraram demonstrar a importância da memória como construção individual e coletiva, da oralidade como

transmissão do saber e da iconografia como forma de registro documental, e foram acompanhadas de breves textos informativos que procuraram oferecer ilustrações oriundas de uma pesquisa iconográfica feitas nos arquivos do Iphan, disponibilizando, dessa forma, imagens consultadas, geralmente, somente por técnicos da instituição e pesquisadores especializados (REZENDE, 2009), conforme demonstra a Figura 46, a seguir.

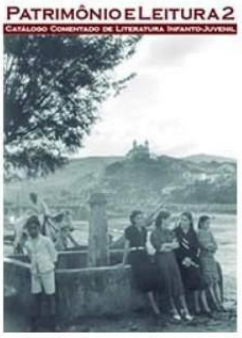


Patrimônio e Leitura: Catálogo Comentado de Literatura Infantojuvenil - 1

Autor: Maria Beatriz Rezende
Edição: 2007
Páginas: 48

Publicação: Iphan

Reúne obras clássicas da literatura infantil e juvenil e outros títulos premiados, cujas resenhas procuram demonstrar a presença de temas como a diversidade cultural brasileira - as culturas indígena, afrodescendente e europeia; a memória como construção individual e coletiva; a cidade histórica e seu patrimônio arquitetônico, artístico e natural; a oralidade como transmissão do saber.



Patrimônio e Leitura: Catálogo Comentado de Literatura Infantojuvenil - 2

Autor: Maria Beatriz Rezende
Edição: 2009
Páginas: 48

Publicação: Iphan

Apresenta obras que vão desde narrativas memorialistas, histórico-ficcionais e de aventura a poesia. As resenhas procuram demonstrar a presença de temas como a cultura popular - o folclore, as festas, a culinária; a memória como construção individual e coletiva; o saber das populações tradicionais; as narrativas históricas; a iconografia como registro documental.



Patrimônio e Leitura: Catálogo Comentado de Literatura Infantojuvenil - 3

Autor: Maria Beatriz Rezende
Edição: 2012
Páginas: 48

Publicação: Iphan

Mescla narrativas variadas, com propostas poéticas ou de cunho mais informativo, com ênfase na linguagem da imagem ou texto, sempre com o objetivo de enriquecer os recursos para a aproximação das obras com os temas do patrimônio cultural. Neste número, as narrativas possibilitam o contato com manifestações culturais formadoras da nossa sociedade, como o samba, a capoeira, o futebol, os folguedos; os brincantes; a criação de lendas; a língua como um modo de conceber o mundo, suas variedades regionais, sua transformação ao longo do tempo; nossos artistas.

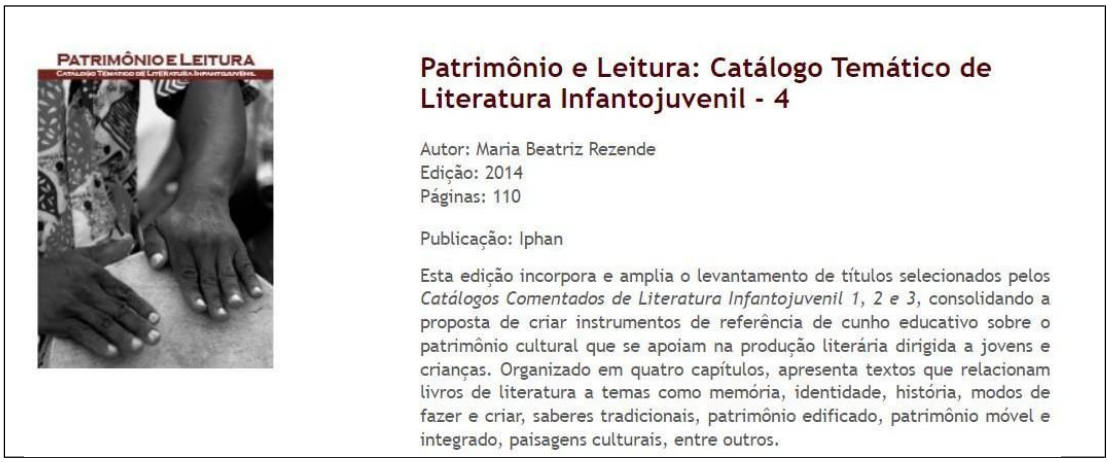


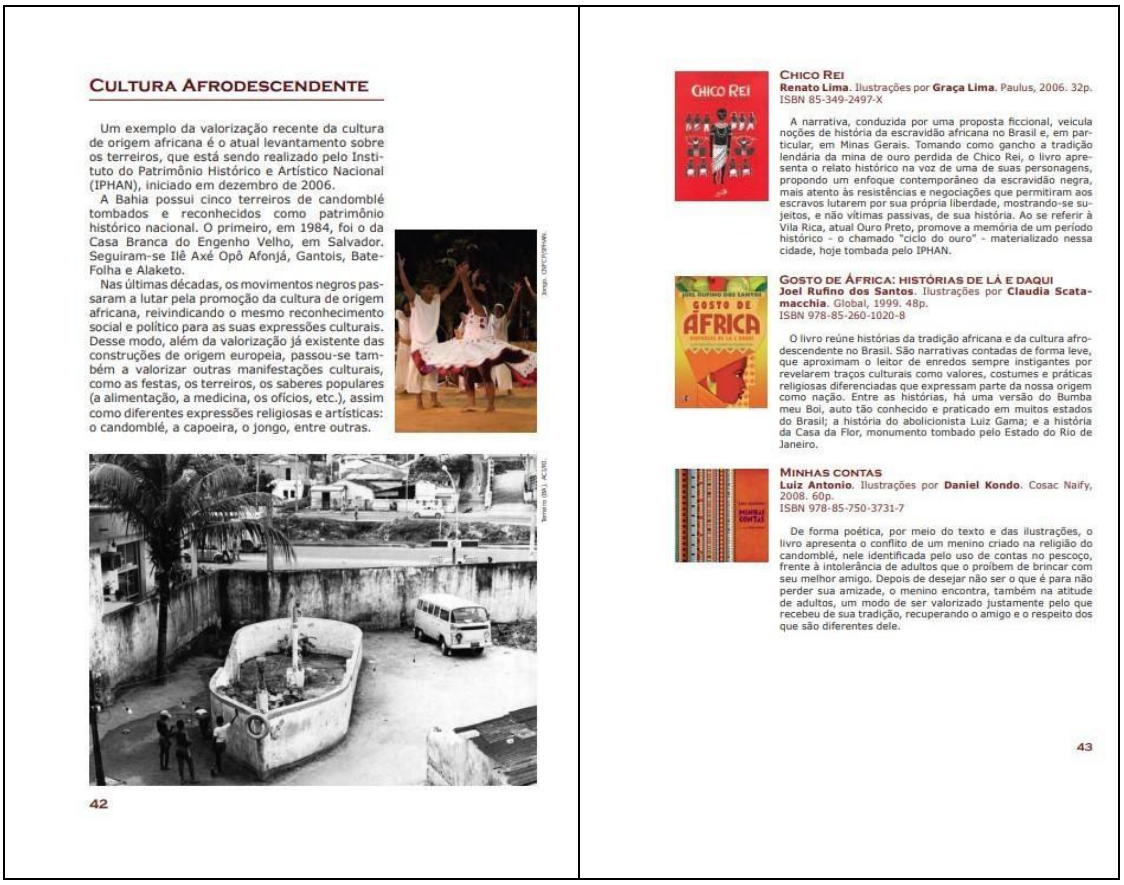
Figura 46 – *Patrimônio e leitura*: capa e resenha dos catálogos 1 a 4

Fonte: Portal Iphan[36]

Essa ação educacional, denominada *Patrimônio e leitura*, resultou na criação e publicação de quatro catálogos, no período de 2007 a 2014, conforme demonstra a Figura 46, os quais se encontram disponíveis para consulta, no formato digital, na seção "Publicações"[37] do portal do Iphan. Com a temática das religiões de matriz africana, constou, conforme demonstra a Figura 47, no catálogo de número 4 da coletânea *Patrimônio e leitura*, publicado em 2014, o livro *Minhas contas*, de Luiz Antonio e Daniel Kondo (2008). Essa bela obra literária infantojuvenil, que aborda a questão do racismo religioso enfrentado pelos praticantes das religiões de matriz africana, foi apresentada e analisada no Capítulo 1 desta dissertação.

[36] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=30&busca=&pagina=4. Acesso em: 03 jan. 2025.

[37] O link de acesso a essas publicações é: http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=30&busca=&pagina=4. Acesso em: 03 jan. 2025.



CULTURA AFRODESCENDENTE

Um exemplo da valorização recente da cultura de origem africana é o atual levantamento sobre os terreiros, que está sendo realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), iniciado em dezembro de 2006.

A Bahia possui cinco terreiros de candomblé tombados e reconhecidos como patrimônio histórico nacional. O primeiro, em 1984, foi o da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador. Seguiram-se Ilê Axé Opô Afonjá, Gantois, Bate-Folha e Alaketo.

Nas últimas décadas, os movimentos negros passaram a lutar pela promoção da cultura de origem africana, reivindicando o mesmo reconhecimento social e político para as suas expressões culturais. Desse modo, além da valorização já existente das construções de origem europeia, passou-se também a valorizar outras manifestações culturais, como as festas, os terreiros, os saberes populares (a alimentação, a medicina, os ofícios, etc.), assim como diferentes expressões religiosas e artísticas: o candomblé, a capoeira, o jongo, entre outras.

42

CHICO REI
Renato Lima. Ilustrações por **Graça Lima**. Paulus, 2006. 32p.
ISBN 85-349-2497-X

A narrativa, conduzida por uma proposta ficcional, veicula noções de história da escravidão africana no Brasil e, em particular, em Minas Gerais. Tomando como gancho a tradição lendária da mina de ouro perdida de Chico Rei, o livro apresenta o relato histórico na voz de uma de suas personagens, propondo um enfoque contemporâneo da escravidão negra, mais atento às resistências e negociações que permitiram aos escravos lutarem por sua própria liberdade, mostrando-se sujeitos, e não vítimas passivas, de sua história. Ao se referir à Vila Rica, atual Ouro Preto, promove a memória de um período histórico – o chamado "ciclo do ouro" – materializado nessa cidade, hoje tombada pelo IPHAN.

GOSTO DE ÁFRICA: HISTÓRIAS DE LÁ E DAQUI
Joel Rufino dos Santos. Ilustrações por **Claudia Scatamacchia**. Global, 1999. 48p.
ISBN 978-85-260-1020-8

O livro reúne histórias da tradição africana e da cultura afrodescendente no Brasil. São narrativas contadas de forma leve, que aproximam o leitor de enredos sempre instigantes por revelarem traços culturais como valores, costumes e práticas religiosas diferenciadas que expressam parte da nossa origem como nação. Entre as histórias, há uma versão do Bumba meu Boi, auto tão conhecido e praticado em muitos estados do Brasil; a história do abolicionista Luiz Gama; e a história da Casa da Flor, monumento tombado pelo Estado do Rio de Janeiro.

MINHAS CONTAS
Luiz Antonio. Ilustrações por **Daniel Kondo**. Cosac Naify, 2008. 60p.
ISBN 978-85-750-3731-7

De forma poética, por meio do texto e das ilustrações, o livro apresenta o conflito de um menino criado na religião do candomblé, nele identificada pelo uso de contas no pescoço, frente à intolerância de adultos que o proíbem de brincar com seu melhor amigo. Depois de desejar não ser o que é para não perder sua amizade, o menino encontra, também na atitude de adultos, um modo de ser valorizado justamente pelo que recebeu de sua tradição, recuperando o amigo e o respeito dos que são diferentes dele.

43

Figura 47 – *Patrimônio e leitura*: catálogo comentado de literatura infantojuvenil 4 – Cultura Afrodescendente

Fonte: Rezende (2014)

Entretanto, estudos acadêmicos, como "*Lendas de Exu* sob os holofotes da educação" (MARQUES, 2014) e "Iemanjá e Iansã na sala de aula: diálogos sobre religião africana na literatura juvenil brasileira" (DONADONI, 2020), relatam a recorrente aversão, por parte do corpo docente e discente das escolas da educação básica, com relação à leitura de obras infantojuvenis com a temática das religiões de matriz africana. Devido à falta de conhecimento prévio sobre o tema, o preconceito se dá, geralmente, pela associação dessa temática ao demônio cristão. Além disso, "[s]omente em momentos externos a aula, os estudantes praticantes de religiões africanas tiveram coragem de procurar a professora para conversar sobre o texto" (DONADONI, 2020, p. 573). Nesse sentido, se a publicação e distribuição desses livros nas escolas atende ao determinado pela lei 10.639/2003, um olhar atento deve ser dado à busca de um efetivo letramento racial crítico, tendo em vista que:

> a religiosidade afro-brasileira, marcada pela referência à ancestralidade e aos cultos afro-brasileiros [...] vem se constituindo num dos pontos de resistência à implementação da lei 10.639 nas escolas pela associação da cultura negra à religiosidade afro-brasileira, produzindo tensão com setores religiosos de matriz pentecostal. (PEREIRA, 2016, p.455)

3.3 – Proposta de um catálogo virtual participativo – nº 1: *Caminhos de Exu* na literatura infantojuvenil brasileira

A proposição de publicação de um catálogo virtual participativo de livros infantojuvenis sobre as religiões de matriz africana, a ser desenvolvido como uma ação de educação patrimonial no Iphan, objetiva promover e apoiar o trabalho dos professores da educação básica, assim como amplificar a voz dos grupos silenciados envolvidos nessas práticas pedagógicas, em especial, aos adeptos de religiões afro-brasileiras. Em contraposição ao trabalho educativo dentro de uma perspectiva tradicional e unidirecional, essa proposição se insere no que a Profª Simone Scifoni (2022), definiu como "nova pedagogia do patrimônio", a qual "entende a educação na perspectiva do diálogo e do fortalecimento da autonomia dos sujeitos, que se dá pela produção de conhecimentos sobre as próprias cultura e memória, bem como pela problematização do que já se encontra instituído" (SCIFONI, 2022, p. 2). Concebendo o ensinar e aprender como dimensões articuladas de um mesmo ato – ensinar-aprender, e seguindo, portanto, o pensamento de Paulo Freire (2017), essa proposição de um catálogo virtual participativo coloca "o diálogo como fundamental na valorização e no respeito ao outro, o que pede a escuta e a abertura para aprender com [esse outro]" (SCIFONI, 2022, p. 5).

Para Nelly Novaes Coelho (2000), a literatura infantojuvenil pertenceria à arte literária e à área pedagógica, onde essas duas atitudes resultam da indissolubilidade que existe entre a intenção artística e a intenção educativa, incorporadas nas próprias raízes da literatura infantojuvenil. Dessa forma, a proposta é que o catálogo virtual participativo, promovido e mediado pelo Iphan, através de uma ferramenta tecnológica educacional como a plataforma Moodle, atualmente já disponível no Centro Lucio

Costa/Iphan, se desenvolva por meio de uma relação dialógica entre autores, leitores, editoras, profissionais da educação, pais e responsáveis, adeptos de religiões afro-brasileiras, pesquisadores e o corpo técnico do Iphan, conforme demonstra a Figura 48, a seguir.

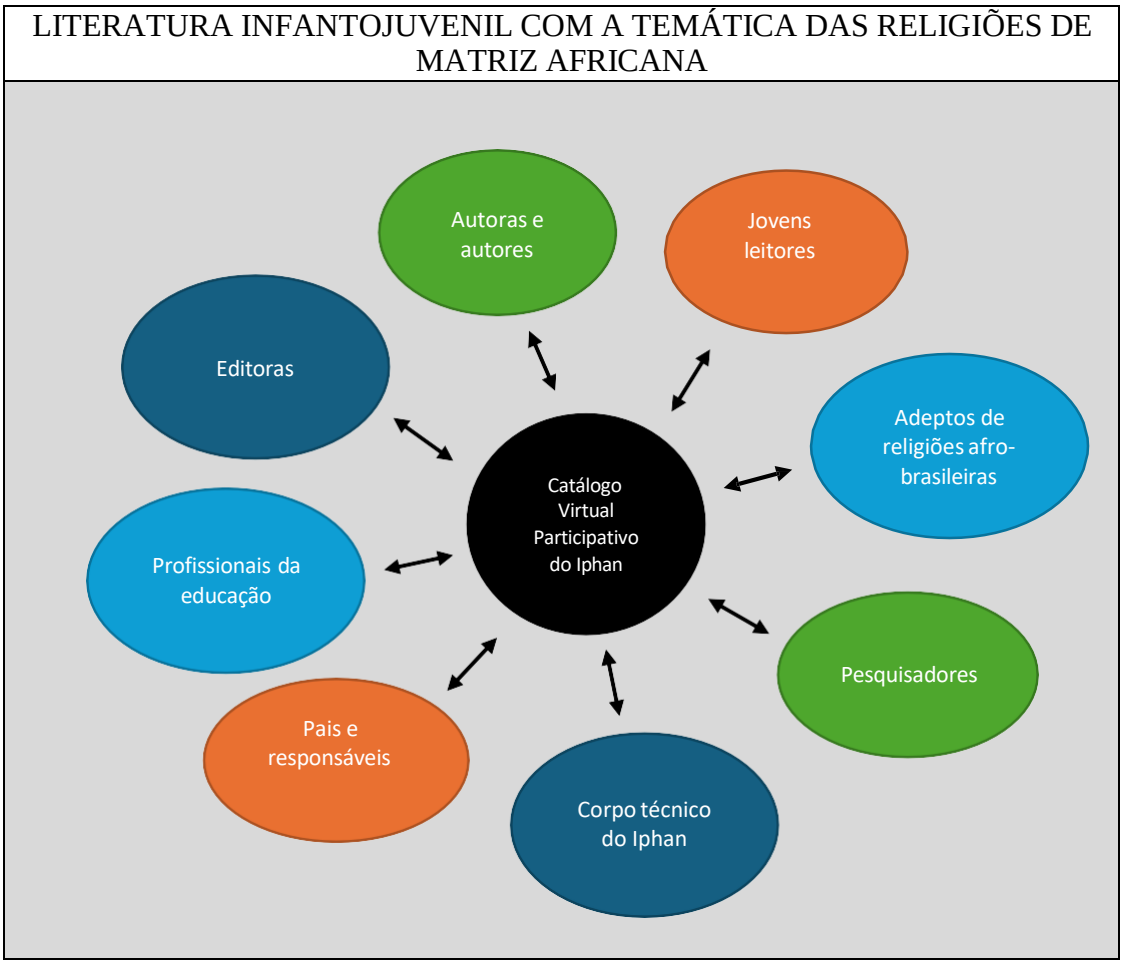


Figura 48 – Relação dialógica entre as partes envolvidas nos processos de criação e de fruição da literatura infantojuvenil com a temática das religiões de matriz africana através do catálogo virtual participativo do Iphan

Fonte: Elaboração própria

Sobre o tema a ser desenvolvido, especificamente, para o número 1 do catálogo, proponho que este seja intitulado “Caminhos de Exu”, tendo em vista que, durante a minha pesquisa, a identificação de uma nova edição do livro infantojuvenil intitulado *Caminhos de Exu* (2005), que passou a ter o título de *Awani* (2014), conforme demonstra

a Figura 49, a seguir, e a supressão da palavra “Exu” do texto escrito da nova edição, orientou o meu trabalho acadêmico no sentido de buscar identificar estratégias editoriais de enfrentamento do racismo religioso que as obras literárias infantojuvenis com a temática das religiões afro-brasileiras sofrem no espaço escolar.

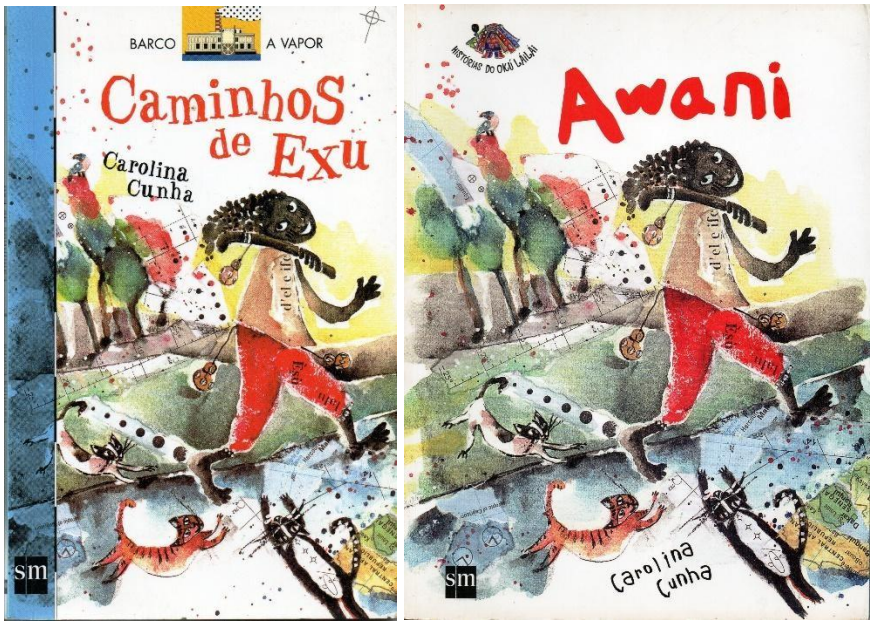


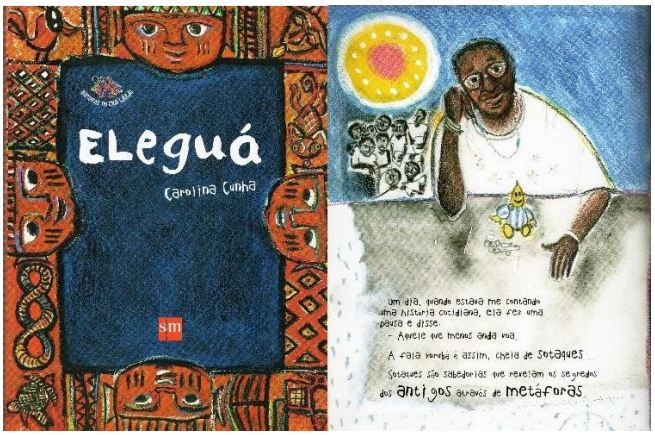
Figura 49 – *Caminhos de Exu* (2005) e *Awani* (2014)
Fonte: Cunha (2005; 2014)

Nesse sentido, para o primeiro fórum de discussão do catálogo virtual participativo, a ser intitulado “Laroiê, Exu!”[38], proponho convidar as editoras Edições SM, Pallas e Companhia das Letrinhas a apresentarem os projetos artísticos e pedagógicos dos seus livros infantojuvenis com a personagem Exu, respectivamente, *Awani* (2014), *Lendas de Exu* (2011) e *Omo-oba: histórias de princesas e príncipes* (2023). Entre as perguntas motivadoras do fórum, poderiam constar as seguintes:

[38] Segundo Beniste (2020, p. 495), essa é a saudação à divindade africana Exu, onde o termo “laroiê” significa “debate”, “discussão”, “controvérsia”, e um debate é, justamente, a proposta do catálogo virtual participativo.

- Quais foram os desafios encontrados na elaboração dos projetos artísticos e pedagógicos de um livro infantojuvenil com a personagem Exu?
- Quais fatores motivaram a elaboração de uma nova edição do livro?
- Como o mercado editorial tem se desenvolvido, nas últimas décadas, à demanda provocada pela lei 10.639 de 2003 no que tange a temática das religiões afro-brasileiras?

A literatura infantojuvenil é uma manifestação literária única por carregar um diálogo intersemiótico entre texto escrito e texto visual (SIMÕES, 2013). Nesse sentido, para o segundo fórum de discussão do catálogo virtual participativo, a ser intitulado "Contação de histórias e a representação intersemiótica[39] de Exu", proponho convidar as autoras e os autores a apresentarem como se deu o processo de criação da representação da personagem Exu nos seus livros infantojuvenis. Entre essas autoras e autores, destaco Carolina Cunha e seus livros *Awani* (2014) e *Eleguá e a sagrada semente de cola* (2007), conforme apresentados na Figura 50, a seguir.



[39] A tradução intersemiótica é um termo cunhado por Roman Jakobson, que definiiu três tipos de tradução: intralingual, interlingual e intersemiótica. Para o autor, a tradução intersemiótica é a tradução que se faz por meio de linguagens diferentes (JAKOBSON, 1969). No campo da literatura infanto-juvenil, a relação intersemiótica se dá na relação entre o texto verbal e o texto visual.

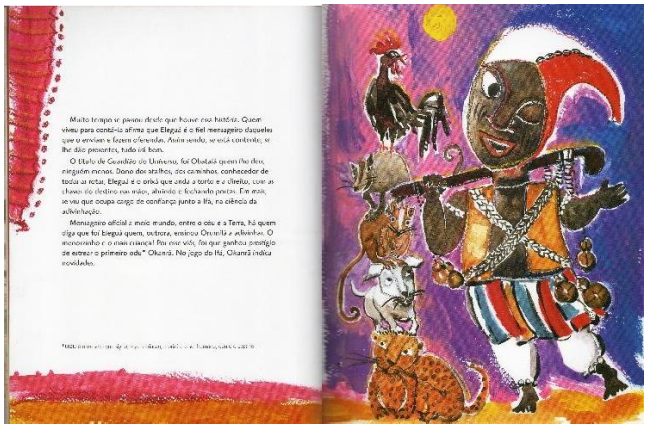


Figura 50 – Capa e trechos de *Eleguá e a sagrada semente de cola* (2007)
Fonte: Cunha (2007)

Interessante destacar, a partir das imagens da Figura 50, que a autora Carolina Cunha faz, em suas ilustrações do livro *Eleguá e a sagrada semente de cola* (2007), uma homenagem à pesquisadora e contadora de histórias Vovó Cici (Nancy de Souza), assim como uma referência à fábula da tradição oral alemã intitulada "Os músicos de Bremen", a qual foi compilada e publicada pelos irmãos Grimm, no século XIX.

Para esse fórum, proponho convidar também a Edsoleda Santos, autora dos livros da série "Lendas africanas dos Orixás", publicados pela Solisluna Editora. Nessa coletânea, no livro intitulado *Exu: Laroyé!* (2021), no verso da folha de rosto, onde se encontra a ficha catalográfica do livro, há uma nota da edição, que declara que: "A autora inspirou-se na versão original de Pierre Verger para a escrita do texto e criação dos desenhos" (SANTOS, 2021, p. 2), assim como a frase "À memória de todos os nossos ancestrais africanos" (Ibidem). Conforme demonstra a Figura 51, a seguir, percebe-se, efetivamente, a inspiração da obra fotográfica de Pierre Verger nas ilustrações criadas por Edsoleda Santos.



Figura 51 – Livros *Orixás: deuses iorubas na África e no novo mundo* (2018) e *Exu: Laroyé!* (2021)

Fontes: Verger (2018); Santos (2021)

Para esse fórum, parece-me interessante convidar, do mesmo modo, os autores Rogério Athayde e Clara Zúñiga, autores do livro *Exu e o mentiroso*, publicado em 2012, pela editora Pallas. Conforme demonstra a Figura 52, a seguir, esse livro infantojuvenil tem um projeto gráfico inovador, onde as ilustrações foram feitas através da colagem de vários objetos e tecidos.



Figura 52 – Segunda orelha, contracapa, capa e trechos de *Exu e o mentiroso* (2012)

Fonte: Athayde e Zúñiga (2012)

Entre as perguntas motivadoras desse fórum, poderiam constar as seguintes:

- Quais foram as suas fontes de inspiração para a criação do seu livro infantojuvenil com a personagem Exu?
- Quais fatores influenciaram o seu processo de criação?
- Qual é a sua experiência na criação de obras literárias com a temática das religiões afro-brasileiras?

Finalmente, para o terceiro fórum, a ser intitulado “Os dois lados do gorro”, proponho convidar o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva a apresentar o seu livro, intitulado *Exu: um deus afro-atlântico no Brasil*, conforme demonstra a Figura 53, a seguir, publicado em 2022 pela Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, o qual apresenta uma “compilação inédita de 183 mitos referentes a essa divindade [...] [onde] o termo ‘mito’ [...] [denomina] um conjunto amplo de narrativas que em termos locais podem ter outros nomes como oriquis, itãs, odus, poemas, caminhos, histórias, lendas etc” (SILVA, 2022, p.32). Entre esses mitos, um dos mais conhecidos nas rodas de candomblé se chama “Exu com seu chapéu multicolorido provoca desentendimento” (Ibidem, p.357), no qual Exu passa entre dois amigos vestindo um gorro com uma cor de cada lado, provocando o desentendimento entre eles sobre a cor do gorro, e onde a moral da história é: cada pessoa ou grupo tem seu ponto de vista e a verdade pode ter mais de um lado.

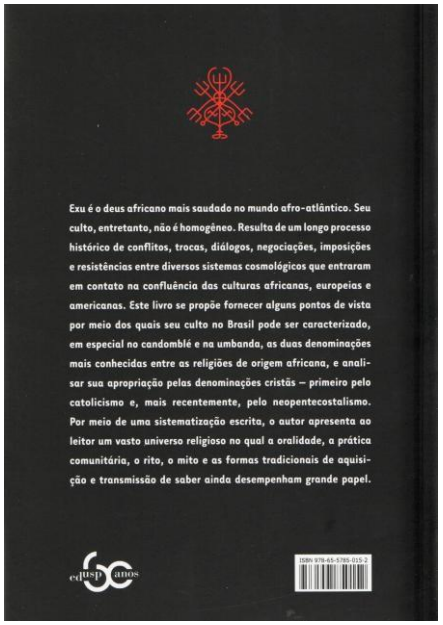




Figura 53 – Contracapa e capas de *Exu: um deus afro-atlântico no Brasil* (2022)
Fonte: Silva (2022)

Nesse sentido, proponho convidar também para esse fórum Míghian Danae, doutora em Educação na área de Sociologia da Educação na Faculdade de Educação da USP (FEUSP), e autora do livro infantojuvenil intitulado *Exu, dois amigos e uma luta*, com ilustrações de Caco Bressane, publicado em 2019 pela Arole Cultural, cuja história retrata o mito "Exu com seu chapéu multicolorido provoca desentendimento", conforme demonstra a Figura 54, a seguir.

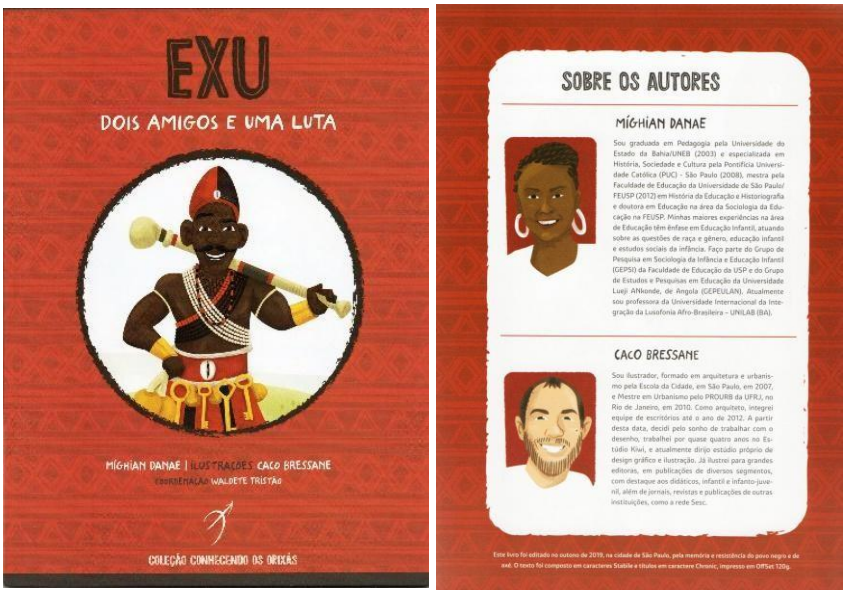




Figura 54 – Capa, informação sobre os autores e trechos do livro *Exu dois amigos e uma luta* (2019)

Fonte: Danae e Bressane (2019)

Entre as perguntas motivadoras desse fórum, poderiam constar as seguintes:

- No complexo campo das religiões de matriz africana, a oralidade e as formas tradicionais de aquisição e transmissão de saber ainda desempenham um papel importante (SILVA, 2022). Qual seria o papel da literatura infantojuvenil com a temática das religiões afro-brasileiras nesse processo de aquisição e transmissão de saber?

- No Brasil, o grau de demonização do culto de Exu passou a ser um indício do grau de pureza das religiões afro-brasileiras, aferido por adeptos e pesquisadores em seus embates por legitimidade no campo religioso e acadêmico (Ibidem). Qual é a sua opinião sobre esses embates?
- A publicação de estudos acadêmicos, como o livro *Exu: um deus afro-atlântico no Brasil* (2022), e de obras artísticas que abordam Exu, como o livro infantojuvenil *Exu, dois amigos e uma luta* (2019) tem crescido muito nos últimos anos (SILVA, 2022). Seria essa, na sua opinião, a melhor forma de combate ao racismo religioso que sofrem as religiões de matriz africana no Brasil?

Finalmente, faz-se importante destacar que, com a possibilidade de desenvolvimento de atividades síncronas e assíncronas na plataforma Moodle, o objetivo do catálogo virtual participativo é o de promover o diálogo e a construção mútua de conhecimento, entre aqueles convidados a participarem dos fóruns e autores, leitores, editoras, profissionais da educação, pais e responsáveis, adeptos de religiões afro-brasileiras, pesquisadores e o corpo técnico do Iphan, conforme demonstrado na Figura 48, mediante o acesso dessas partes à plataforma e ao catálogo, como visitante ou através da inscrição como participante.

Considerações Finais

Este trabalho acadêmico buscou demonstrar como a literatura infantojuvenil sobre as religiões de matriz africana pode ser uma importante ferramenta de letramento racial crítico para o desenvolvimento e implantação de uma educação antirracista na sociedade brasileira.

A literatura atua na configuração do imaginário do seu leitor, e os livros que li, durante a minha infância, nas décadas de 1970 e 1980, me fizeram sonhar em conhecer países europeus. Foi somente nos últimos anos, através da pesquisa para o mestrado em relações étnico-raciais, que comecei a descobrir obras literárias infantojuvenis sobre as religiões afro-brasileiras e a entrar em contato com esse campo religioso tão importante para a cultura brasileira e tão representativo do protagonismo feminino negro na história de nosso país. Motivada por essa leitura, em uma visita, a trabalho, à cidade de Salvador da Bahia, aproveitei a ocasião e visitei o Memorial de Mãe Menininha do Gantois, homenageada no verbete "M" do livro infanto-juvenil *ABC afro-brasileiro* (2009), conforme demonstra a Figura 55, a seguir.

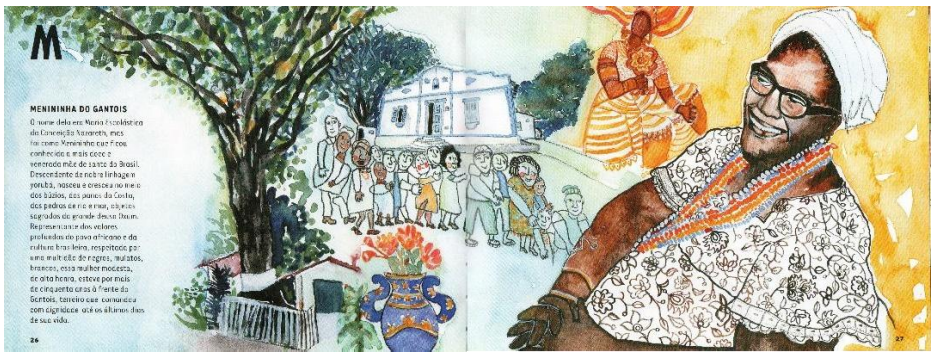


Figura 55 – Verbete "M", "Menininha do Gantois"
Fonte: Cunha (2009)

Durante a visita ao memorial, fui informada de que no dia seguinte, a primeira sexta-feira do mês, seria realizada, no Terreiro do Gantois, uma cerimônia religiosa

chamada “Ebó a Oxalá”, a qual eu estava convidada a assistir, vestida de branco. Criada em uma família e escola católicas, fiquei encantada com a beleza dessa cerimônia de candomblé, liderada por mulheres negras e não negras, e onde todos os adeptos se mostraram, durante a cerimônia, dedicados ao cuidado do outro. A leitura dos livros infantojuvenis, apresentados nessa dissertação, como *Modupé, meu amigo* (2015), me auxiliaram a compreender melhor o ritual religioso, assim como a refletir sobre a importante forma de resistência que as religiões afro-brasileiras representam.

Nesse sentido, se a lei 10.639 de 2003 impulsionou a produção de livros infantojuvenis sobre a história e a cultura afro-brasileira, a resistência para a utilização desses livros em sala de aula, em particular, daqueles que têm como temática as religiões de matriz africana, mostra que ainda há muito a ser feito na luta contra o racismo religioso na sociedade brasileira, e que meu papel, enquanto cidadã, servidora pública e pesquisadora negra, é o de participar nessa luta, seja através da proposta de um catálogo virtual participativo no Iphan, seja através de muitas outras ações de valorização e fortalecimento da cultura afro-brasileira.

Referências

ANTONIO, Luiz. **Minhas contas**. Ilustrado por Daniel Kondo. 2.ed. São Paulo: Grua, 2022.

ATHAYDE, Rogério. **Exu e o mentiroso**: uma história yorubá recontada por Rogério Athayde. Ilustrado por Clara Zúñiga. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

AUGSBURBER, Alberto E. **El mercado del libro en America Latina: situación atual y perspectivas**. UNESCO, 1981.

BAILEY JR. Herbert Smith. **The Art and Science of Book Publishing**. Athens, Ohio University Press, 1990.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/. Acesso em: 01 dez. 2024.

BAPTISTA, Kemla. Apresentação. In: **Erêmi: o guia da umbanda para crianças de axé (ou outra fé)**. São Paulo: Arole Cultural, 2020.

BARRETO Júnior, Jurandir Antonio Sá. Discriminação legal às religiões de matrizes africanas (1889 – 1988). **Em favor da Igualdade Racial**, Rio Branco – Acre, v. 4, n.3, p. 115-128, set./dez. 2021. Disponível em: https://www.sumarios.org/artigo/discrimina%C3%A7%C3%A3o-legal-%C3%A0s-religi%C3%B5es-de-matrizes-africanas-1889-1988. Acesso em: 20 maio 2024.

BASE DE CONHECIMENTO. Atividade Fórum no Moodle. *In:* **Base de Conhecimento.** Disponível em: https://conhecimento.cefor.ifes.edu.br/base/atividade-de-forum-no-moodle/#:~:text=A%20atividade%20de%20F%C3%B3rum%20no,dos%20t%C3%B3picos%20discutidos%20no%20curso. Acesso em: 03 jan. 2025.

BENISTE, José. **Dicionário yorubá-português**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Código Criminal de 1830**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 119-A de 1890**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-

a.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20119-A%2C%C2%A0DE%207%20DE%20JANEIRO%20DE%201890.,cultos%2C%20extingue%20o%20padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Brasília, 2003.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 06 jan. 2024.

BOAZ, Danielle N. Religious Racism in Brazil; Intr. e Trad. Dr. Gustavo Melo Cerqueira, Babalorixá do Ilé Axé Omi Ogun siwajú. **Comissão Internacional de Combate ao Racismo Religioso**. 2022. Disponível em: https://www.religiousracism.org/brasil. Acesso em:: 04 fev. 2024.

CAPONE, Stefania; CARNEIRO, Leonardo. **Modupé, meu amigo**. Ilustrado por Victor Tavares. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

CARAJILESCOV, Doris. **Umbanda para crianças e iniciantes**. São Paulo: Madras, 2024.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTRO, Lúcia Maria Xavier de; COSTA, Babá Adailton Moreira; CERQUEIRA, Babá Gustavo Melo; SOUZA, Luciane Barbosa de; RIBEIRO, Marina dos Santos. **Terreiros em luta**: caminhos para o enfrentamento ao racismo religiosos. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://criola.org.br/wp-content/uploads/2018/06/cartilha_racismo_religioso_online_distribuicao.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed., 1998.

CHARTIER, R. "Escutar os mortos com os olhos". **Humanidades – Estudos Avançados 24 (69)**, 2010.

CIRNE, Ademar. **Racismo religioso em escolas da Bahia: autoafirmação e inclusão de crianças e jovens de terreiro**. Editus – Editora da UESC, 2020. Disponível em: https://books.scielo.org/id/qfnhd. Acesso em: 20 out. 2024.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil:** história, teoria, análise. São Paulo: Moderna, 2000.

CONCEIÇÃO, J. S. Quando o assunto é sobre religiões de matriz africana: lei 10.639/2003. **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p.113-126, 2016. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v25n45/0104-7043-faeeba-25-45-00113.pdf Acesso em: 04 fev. 2025.

CONECTAS. O que é racismo religioso e como ele afeta a população negra. *In:* **Conectas**, 22 de julho 2022. Disponível em: https://www.conectas.org/noticias/o-que-e-racismo-religioso-e-como-ele-afeta-a-populacao-negra/ Acesso em: 20 maio 2024.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: uma antologia I**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219-237.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **Os debates do significado de educar para as relações étnico- raciais na educação brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSCar, São Carlos. 134p. 2010.

CUNHA, Carolina. **Caminhos de Exu**. Ilustrações da autora. São Paulo: Edições SM, 2005.

_____. **Eleguá e a sagrada serpente de cola**. Ilustrações da autora. São Paulo: Edições SM, 2007.

_____. **ABC afro-brasileiro**. Ilustrações da autora. São Paulo: Edições SM, 2009.

_____. **Awani**. Ilustrações da autora. 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2014. (Coleção Histórias do Okú Lái Lái)

CUTI. Autocensura: “eu” negro x “tigre” do silêncio. In: CUTI. **Literatura Negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DANAE, Míghian. **Exu, dois amigos e uma luta**. Ilustrada por Caco Bressane. 1. ed. São Paulo: Arole Cultural, 2019.

DONADONI, Marcilene Moreira. Iemanjá e Iansã na sala de aula: diálogos sobre religião africana na literatura juvenil brasileira. **Revista X**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. 562–577, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/74606. Acesso em: 23 fev. 2025. 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. Portal de periódicos da Universidade de Brasília, 2008.

EUGENIO, Rodney William. O que é macumba: termo deriva do instrumento e se tornou nome de culto. *In*: **Uol**, 17 de julho de 2022.
Disponível em:
https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/07/17/o-que-e-macumba-termo-deriva-do-instrumento-e-se-tornou-nome-de-culto.htm#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20macumba%20e%20qual%20a%20origem%20e%20uso%20do%20termo?&text=De%20forma%20geral%2C%20macumba%20%C3%A9,de%20Ax%C3%A9%20e%20Apropria%C3%A7%C3%A3o%20Cultura
Acesso em: 23 fevereiro 2025.

FALAVINA, Iraci; GURGEL, Guilherme. O que é racismo religioso. E qual seu efeito nas crianças. *In:* **Nexo Jornal**, 21 de janeiro de 2022. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/21/O-que-%C3%A9-racismo-religioso.-E-qual-seu-efeito-nas-crian%C3%A7as. Acesso em: 20 maio 2024.

FERNANDES, Cristina. O Pacto da Branquitude, por Cida Bento. *In:* **CEERT**, 13 de abril de 2022. Disponível em: https://ceert.org.br/noticias/44659/livro-o-pacto-da-branquitude-e-lancado-em-debate-virtual-organizado-pela-companhia-das-letras-e-folha-de-spaulo. Acesso em 29 de maio de 2023.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Addressing 'race'/ethnicity in Brazilian schools:** A study of EFL teachers. PhD thesis. University of London – Institute of Education. London, 325 p., 2004.

_____. Formação de professores de língua inglesa e o preparo para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol das práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia. **Línguas & Letras**, v.7, n.12, p. 171-187, 2006.

_____. Limites, desafios e possibilidades para aplicação de estratégias antirracistas e da Lei Federal nº 10.639/2003. In: Ferreira, A.J. (Org.). **PEAB – Projeto de estudos afro-brasileiros:** contexto, pesquisas e relatos de experiências. Cascavel, PR: Unioeste, p.47-60, 2008.

_____. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**, v.6, n.14, jul- out. 2014, p. 236-263.

_____(Org.). **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem.** Campinas (SP): Pontes Editores, 2015a.

_____. **Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas com atividades reflexivas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015b.

FERREIRA, Aparecida de Jesus; FERREIRA, S. A. “Raça/etnia, gênero e suas implicações na construção das identidades sociais em sala de aula de línguas”. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v.3, nº 2, p.114-129, ago./dez., 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GASPAR, Eneida. **Falando banto**. Ilustrações Victor Tavares. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2009.

GODOY, Maria Carolina de. Imagens e palavras na literatura infantil e juvenil afro-brasileira: desconstruindo preconceitos. **Letrônica**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e44326, 2023. DOI: 10.15448/1984-4301.2023.1.44326. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/letronica/article/view/44326. Acesso em: 5 dez. 2024.

GOMES, Eunice Simões Lins; CAMPOS, Eline de Oliveira; AMORIM, Josefa Vênus de. Ensino religioso, intolerância e direitos humanos no Brasil. *In:* **Congresso Internacional da AFIRSE** (Associação Francófona Internacional de Pesquisa Científica em Educação) – V Colóquio Nacional. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2009, p. 230-241.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista:** caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade: Brasília, p.39-62, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, vol. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura infantil:** múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

GRUA LIVROS. Disponível em: https://www.grualivros.com.br/?srsltid=AfmBOopu4fEdpdRL3LxDIeY5hqAGrvDeAl6rrjTEXy4j28gj5BgY5zY3. Acesso em: 03 jan. 2025.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016. 134 p. : il. color. ; 21 cm.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria 137, de 28 de

abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União, 29 abr. 2016, sec. 1, n.81, p. 06.

JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: _____. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, Florentina e LIMA, Maria Nazaré (Org). **Literatura Afro-brasileira**. Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

KIEFER, Barbara. **What is a Picturebook, Anyway?**: The Evolution of Form and Substance through the Postmodern Era and Beyond. In Lawrence R. Sipe and Sylvia Pantaleo, (ed.) Postmodern Picturebooks. London: Routledge, 2008.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In*:___(Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KNAPP, Wolfgang. **O que é editora**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LADSON-BILLINGS, Gloria. "Just what is critical race theory and what´s it doing in a nice field like education?". **Qualitative Studies in Education**, vol. 11, n. 1, p. 7-24, 1988.

_____. Preparing teachers for diverse student populations: a critical race theory perspective. **Review of Research in Education**, n.24, p. 211-247, 1999.

LADSON-BILLINGS, Gloria; TATE, William. Towards a critical race theory of education. **Teachers College Record**, v. 97, n. 1, p. 47-67, 1995.

LEANDRO, Luana. **Erêmi**: o guia da umbanda para crianças de axé (ou de outra fé). Ilustrado por Bruno Barelli. 1.ed. São Paulo: Arole Cultural, 2020.

LINDEN, Sophie Van Der. **Para ler o livro ilustrado**. Título original: Lire l´album. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

LOBATO, Monteiro. **Histórias da Tia Nastácia**. São Paulo: Brasiliense, Brasília: INL, 1982, 21ª edição. p. 18-19 (1ª edição: 1937).

MAGIA E EQUILÍBRIO. O que é: Babalaô. *In:* **Magia e Equilíbrio.** 22 de setembro de 2023. Disponível em: https://magiaeequilibrio.com.br/glossario/o-que-e-babalao/. Acesso em: 03 jan. 2025.

MARQUES, Maria Cristina. ***Lendas de Exu* sob os holofotes da educação**. 2014. 176f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais), Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, Cefet/RJ, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://dippg.cefet-

rj.br/pprer/attachments/article/81/22_Maria%20Cristina%20Marques.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.

MARTINS, Adilson. **Lendas de Exu**. Ilustrações do autor. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

_____. **Lendas de Exu**. Ilustrações do autor. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: CIRNE, Ademar. **Racismo religioso em escolas da Bahia: autoafirmação e inclusão de crianças e jovens de terreiro**. Editus – Editora da UESC, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **Axés do sangue e da esperança**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, 1983.

NETO, Leonardo. Temer refunda o PNLD. *In:* **Publishnews**, 20 de julho de 2017. Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2017/07/20/temer-refunda-o-pnld. Acesso em: 04 jan. 2025.

NETO, Leonardo. Entre orixás e livros. *In:* **Publishnews**, 05 de junho de 2019. Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2019/06/05/entre-orixas-e-livros. Acesso em: 04 jan. 2025.

NIKOLAJEVA, Maria; SCOTT, Carole. **Livro ilustrado:** palavras e imagens. Título original: *How Picturebooks Work*. Tradução: Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**. (Feminismos Plurais – Coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.

OLIVEIRA, Keila de.; FERREIRA, Aparecida de Jesus. "Literatura Infantil Como Meio Articulador do Letramento Racial Crítico em Sala de Aula". **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 33–45, 2020. DOI: 10.46230/2674-8266-11-2910. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/2910. Acesso em: 29 maio 2023.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de; SILVA, Graziella Moura da. Discurso docente e comunidade escolar: lei 10.639/2003 e religiões afro-brasileiras. **Interações**, Belo Horizonte, v. 17, n. 01, p. 054-073, jan/jun. 2022.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Ọmọ-Obá**: Histórias de Princesas Africanas; ilustrações de Josias Marinho. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

_____, Kiusam de. **Omo-oba**: histórias de princesas e príncipes; ilustrações Ayodê França. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2023.

PALLAS EDITORA. Disponível em: https://pallaseditora.com.br/. 2024. Acesso em: 03 dez. 2024.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. Territórios cruzados: relações entre cânone literário e literatura negra e/ou afro-brasileir. *In*: PEREIRA, Edimilson de Almeida; JUNIOR, Robert Daibert (Org.). **Depois, o Atlântico: Modos de pensar, crer e narrar na diáspora africana**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010, p. 319-349. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/1035-territorios- cruzados-relacoes-entre-canone-literario-e-literatura-negra-e-ou-afro-brasileira1. Acesso em: 03.06.2023.

PEREIRA, Luena. Literatura Negra Infanto-Juvenil: Discursos afro-brasileiros em construção. **INTERSEÇÕES** [Rio de Janeiro] v. 18 n. 2, p. 431-457, dez. 2016.

PEREIRA, Luena. N. N.; AGUIAR, Thais. T. As religiões de matriz africana na literatura infanto-juvenil. **Revista Calundu**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2022. DOI: 10.26512/revistacalundu.v5i2.38984. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/38984. Acesso em: 26 maio 2023.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/62075/36367 Acesso em: 01 dez. 2024.

REZENDE, Maria Beatriz. **Patrimônio e leitura**: catálogo temático de literatura infanto-juvenil. Maria Beatriz Rezende (Org). Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc; Niterói: PROALE/UFF, 2014.

ROCHA, Carolina. Racismo Religioso. *In:* **Religião e Poder,** 23 de março de 2022. Disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/racismo-religioso/. Acesso em: 20 maio 2024.

ROSA, Sonia. **Literatura infantil afrocentrada e letramento racial**: uma narrativa autobiográfica. São Paulo: Jandaíra, 2022.

RYAN, Caitlin L.; DIXSON, Adrienne D. "Repensar a pedagogia para (re)centralizar raça: algumas reflexões". In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.) **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem**. Campinas, SP: Pondes Editores, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul.** Coimbra, Almedina, 2009.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Edsoleda. **Exu: Laroyé!** Ilustrações da autora. Lauro de Freitas, BA: Solisluna Editora, 2021.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. **A Ialorixá e o pajé**. Ilustrado por Enéas Guerra Sampaio. Lauro de Freitas, BA: Solisluna Editora, 2018.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? **Educação & Sociedade**, v. 43, p. [1-13], 2022.
Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.255310. Acesso em: 12 fev. 2025.

SEGURA, Liliane Cristina. **Estratégia e Planejamento Editorial**: A interdependência entre o planejamento operacional e a estratégia da empresa. Tese de dissertação de mestrado em Pós-Graduação em Administração de Empresas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

_____, Vagner Gonçalves da. **Exu: Um Deus Afro-atlântico no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

SIMÕES, L. B. T. Literatura infantil: entre a infância, a pedagogia e a arte. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 23, n. 46, 30 jul. 2013.

SOLISLUNA. A Ialorixá e o Pajé. *In:* **Solisluna**. Disponível em: https://solisluna.com.br/products/a-ialorixa-e-o-paje. Acesso em: 03 jan. 2025.

SOUZA, Nancy de. Prefácio. *In*: CUNHA, Carolina. **ABC afro-brasileiro**. Ilustrações da autora. São Paulo: Edições SM, 2009.

STREET, Brian Vincent. **Literacy in Theory and Practice**. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

_____. "Práticas letradas e mitos do letramento". *In*: **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola editorial, 2014